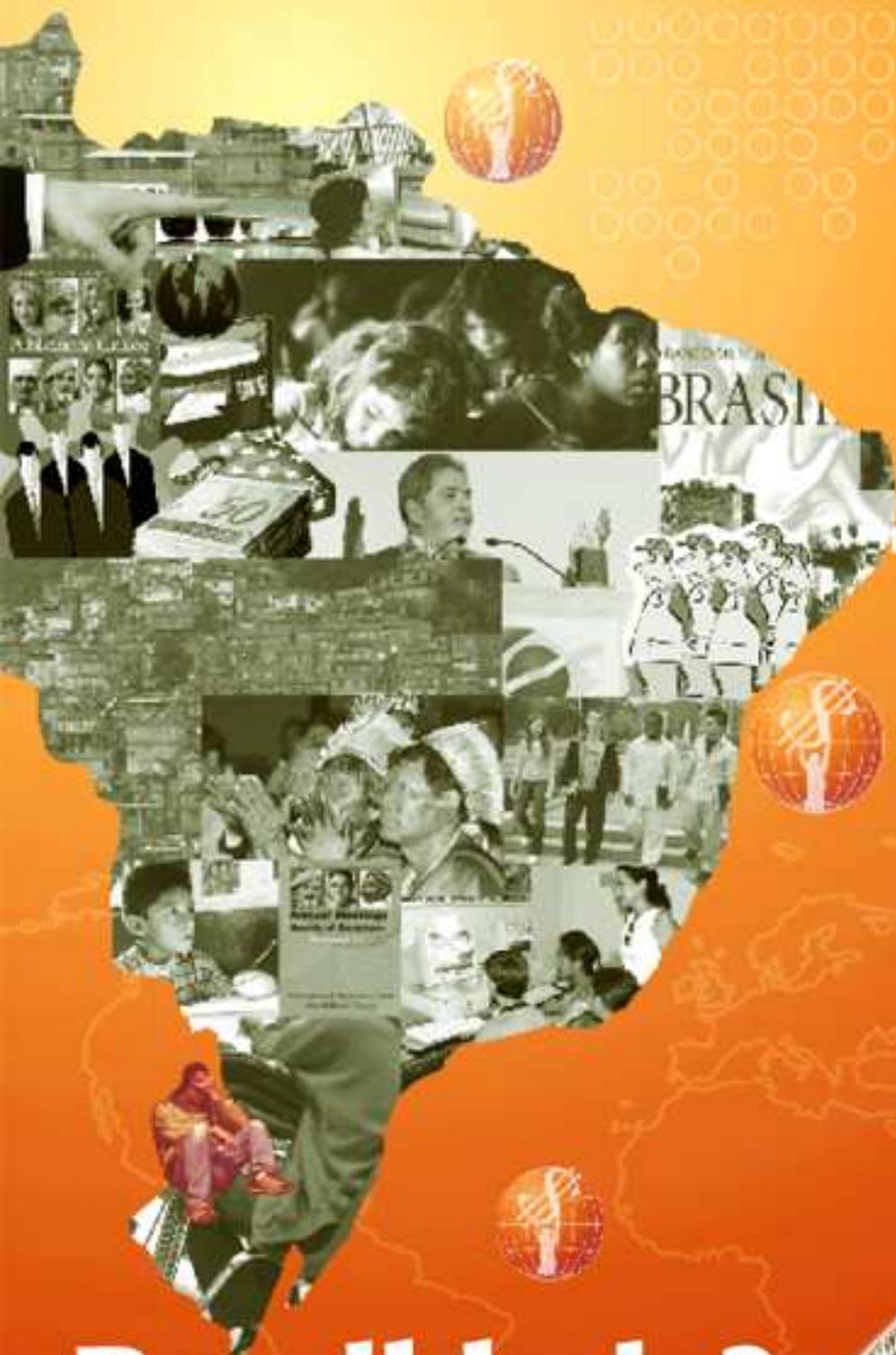


UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

36

Ano XIV - Nº 36 - Julho de 2005 - ISSN 1517-1779



Educação? Para quem?

Pós-modernidade
em debate

Empresariado e
reestruturação capitalista

Ciência e Tecnologia

Brasil hoje?



SUMÁRIO



3 EDITORIAL

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

- 9 • Capitalismo dependente e contra-revolução prolongada: a contribuição de Florestan Fernandes para a análise do Brasil nos anos de neoliberalismo.
Kátia Lima
- 23 • A Globalização neoliberal, a política e os movimentos sociais de esquerda.
Antonio Julio de Menezes Neto
- 33 • Lula e o social-liberalismo.
Thomas Coutrot e Flávio Farias. Tradução de Janete Luzia Leite
- 39 • A militarização da política americana.
Alberto Moncada. Tradução de Edmundo Fernandes Dias.
- 43 • Colonialismo: um crime contra a humanidade ainda a ser reparado.
Waldir José Rampinelli

EDUCAÇÃO? PARA QUEM?

- 49 • Universidade e Democracia.
Sérgio Martins
- 63 • Quotas: reparações retroativas, por quê e para quê.
Isaac Warden Lewis
- 73 • A Política de formação de professores leigos no Brasil: O Proformação.
Raquel de Almeida Moraes e Carlos Alberto Ferreira Lima

PÓS-MODERNIDADE EM DEBATE

- 83 • A consciência de ruptura pós-moderna.
Eliziário Andrade
- 97 • A pós-modernidade e a Universidade.
Ernâni Lampert

EMPRESARIADO E REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA

- 107 • Empresariado industrial, Democracia e o Estado brasileiro.
Ramon de Oliveira
- 115 • Transformações na indústria automobilística brasileira: a planta da Volkswagen-Audi na região metropolitana de Curitiba, modelo produtivo e ação sindical.
Lafaiete Santos Neves

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- 125 • Biotecnologia e soberania nacional.
Clélia Rejane Antônio Bertoncini e Hélio Cabral Lima
- 137 • Células tronco e a medicina regenerativa.
Alice Teixeira Ferreira

Capitalismo dependente e contra-revolução prolongada:

a contribuição de Florestan Fernandes para a análise do Brasil nos anos de neoliberalismo

Kátia Lima

Professora-pesquisadora da UFF e membro do GTPE ADUFF

Apresentação:

O presente artigo tem como objetivo recuperar os estudos de Florestan Fernandes sobre a formação econômico-social brasileira a partir dos seguintes eixos teóricos: a) o conceito de capitalismo dependente e b) o conceito de contra-revolução prolongada.

As crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contra-revolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias e ora se metamorfoseia e se recicla por meio de projetos de democracia restrita, de acordo com as diferentes configurações históricas da luta de classes. Essa “contra-revolução em escala mundial”, cuja fase/face atual é o neoliberalismo, está sendo possível como consequência da “revolução das técnicas contra-revolucioná-

rias” (Fernandes, 1980, p.84) realizada pela burguesia para o enfrentamento de suas crises e conversão do mundo à sua imagem e semelhança.

As análises elaboradas por Florestan Fernandes indicam a necessidade de uma profunda crítica às ações burguesas que procuram impedir e esvaziar a capacidade organizativa da classe trabalhadora para auto-emancipação; permitem apreender as diferentes fases da contra-revolução neoliberal no Brasil: da adesão ao neoliberalismo conduzida por Collor de

Mello e Itamar Franco ao social-liberalismo de Lula da Silva, atravessando o governo Cardoso. Por fim, reafirmam a importância e atualidade do conceito marxista de revolução socialista.

As análises elaboradas por Florestan Fernandes indicam a necessidade de uma profunda crítica às ações burguesas que procuram impedir e esvaziar a capacidade organizativa da classe trabalhadora.

Brasil: desenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente e da contra-revolução burguesa.

Florestan Fernandes analisa o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir da forma de inte-

gração do país à economia internacional, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas. No entanto, essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição “de fora”, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir internamente relações de dominação ideológica e exploração econômica.

A industrialização brasileira se desenvolve subordinada econômica, política e culturalmente à Europa, e posteriormente aos EUA, mantendo características dos ciclos econômicos anteriores, combinando formas arcaicas e modernas de produção que articulam a industrialização por substituição de importações e a crescente urbanização com a ordem rural vigente. Processo identificado por Florestan como a “modernização do arcaico” e a “arcaização do moderno”, é que imprime a direção do crescimento econômico e da industrialização em grande escala no Brasil. Um processo lento e heterogêneo que encontra suas origens remotas na desagregação da ordem social fundada no latifúndio e no trabalho escravo. Essa caracterização será importante para a compreensão do caráter antidemocrático e autoritário da burguesia brasileira e de sua ação incessante de marginalização da classe trabalhadora. Contraditoriamente, o padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista implica novas relações na luta de classes, criando as condições materiais para a organização da classe trabalhadora e por sua afirmação como classe.

Diante dessas disputas, o caráter antidemocrático da burguesia encontra suas bases no padrão de hegemonia estabelecido. As relações patrimonialistas e o uso autocrático das instituições oligárquicas serão reorganizados para viabilizar a associação das oligarquias com os setores intermediários em formação, com o

objetivo de preservar e intensificar os privilégios das camadas dominantes que se ajustarão aos interesses socioeconômicos requeridos pelo capitalismo monopolista, constituindo um **“padrão composto de hegemonia burguesa, produto do capitalismo dependente”**. (Fernandes, 1975, p. 108, grifos nossos).

No bojo da crítica a esse desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista – pelas relações estabelecidas entre os países imperialistas e os países periféricos – e combinado – pela associação de elementos “arcaicos” e “modernos” no desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, é que Florestan constrói o conceito de capitalismo dependente.

Essa caracterização será importante para a compreensão do caráter antidemocrático e autoritário da burguesia brasileira e de sua ação incessante de marginalização da classe trabalhadora.

Esse padrão de desenvolvimento, especialmente após a Segunda Guerra, impulsionará os países centrais a realizarem uma incorporação devastadora dos países periféricos ao seu projeto de sociabilidade, pela utilização das matérias-primas da periferia; da disputa pelo atrativo mercado que constituem para os investidores internacionais, bem como, da necessidade de luta do capitalismo por sua sobrevivência diante do crescente processo de organização da classe trabalhadora através dos movimentos socialistas. Essa transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista para os países periféricos é que acelera o processo de transição da economia agrária para uma economia urbano-industrial, marcado pela assimilação de técnicas e valores dos países centrais, uma assimilação realizada mediante de saltos históricos (Fernandes, 1979, p. 66).

Apesar da imagem construída pelos países imperialistas de que o subdesenvolvimento seria uma contingência interna ou uma condição transitória de determinados países e regiões, para posteriormente alcançarem o pleno desenvolvimento, “ignorou-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava

fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial, algo que Rosa Luxemburgo deixara bem esclarecido em sua teoria geral da acumulação capitalista” (Fernandes, 1975a, p. 290).

Esse padrão dependente de desenvolvimento capitalista estará expresso, na atualidade, em um “imperialismo total” (Fernandes, 1975^a) que (a) organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, da comunicação e o consumo de massa, até a importação maciça de tecnologia e de uma concepção de educação voltada para a formação da força de trabalho e para a conformação aos valores burgueses; (b) aprofunda as dificuldades para que os países latino-americanos garantam seu crescimento econômico em bases autônomas e, (c) estimula o fato de que, nas economias periféricas, como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estejam empenhados na exploração do subdesenvolvimento como estratégia para garantir sua lucratividade.

Nesse quadro, identificado como “imperialismo total”, a burguesia brasileira associa-se conscientemente à burguesia internacional para a manutenção de seus interesses econômicos e políticos, bem como limita a participação dos trabalhadores com vistas a impedir qualquer possibilidade de construção de uma “revolução contra a ordem”, ou mesmo uma “revolução dentro da ordem” que não fosse controlada e consentida por seus quadros dirigentes. O primeiro conceito, “revolução contra a ordem”, indica a construção de uma revolução anticapitalista e antiburguesa, isto é, a transformação estrutural da sociedade capitalista, objetivando sua superação e a construção do socialismo, tarefas que só podem ser realizadas pela classe trabalhadora. O segundo identifica, na ótica do

A nação é historicamente reduzida a um ente abstrato que encarna, necessariamente, a vontade política da burguesia, seja de sua face “nacional” ou “internacional”.

capital, a realização de um conjunto de ações que, circunscritas à reforma do capitalismo, reproduzam e legitimem, em última instância, seu projeto de sociabilidade. Na ótica do trabalho, “a revolução dentro da ordem” possibilita um processo, instrumental e conjuntural, de ampliação da participação política da classe trabalhadora na sociedade burguesa e de construção de condições objetivas e subjetivas com vistas à superação da ordem burguesa através da revolução socialista.

A inserção dependente do país na economia mundial evidencia uma característica marcante da evolução política do Brasil: a assimilação de um determinado padrão de solidariedade de classe existente tanto entre as frações internas da burguesia brasileira, como nas relações que são estabelecidas com a burguesia internacional, em nome da manutenção do poder econômico e político que desfrutam. É nesse quadro que Florestan analisa a configuração da revolução burguesa no Brasil como expressão da modernização das estruturas econômicas e sociais brasileiras, que ocorre de forma diferenciada da “revolução burguesa clássica”. Esses processos de transição não-clássicos ao capitalismo combinam uma burguesia sem perfil revolucionário; uma classe trabalhadora ainda em processo de organização de um projeto contra a ordem burguesa; a intervenção decisiva do Estado, espaço de disputas entre e intraclasses, e a ação direta do imperialismo.

A impossibilidade de realização da “revolução burguesa clássica” está associada aos limites da racionalidade do próprio padrão dependente de desenvolvimento e ao padrão composto de hegemonia burguesa inerente ao capitalismo dependente, bem como dos sucessivos arranjos e pactos conservadores para salvar seus interesses de classe apresentados ao conjunto da população como os interesses da nação. A nação é historicamente reduzida a

um ente abstrato que encarna, necessariamente, a vontade política da burguesia, seja de sua face “nacional” ou “internacional”.

Capitalismo dependente e subdesenvolvimento estão, portanto, associados. Todo esse processo é de interesse da burguesia brasileira. “Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados.” (Fernandes, 1975, p. 26).

Esses pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe, mais do que marcas de determinados momentos históricos demonstram as características da burguesia brasileira: submissão ao capital internacional, negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses particularistas que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo.

Essa composição política entre setores conservadores, acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe, e a exclusão ou a busca do consenso passivo ou ativo dos trabalhadores não são fenômenos historicamente determinados, mas são características inerentes à ação das burguesias dos países periféricos.

A consolidação do capitalismo no Brasil se efetivou, portanto, a partir de uma “revolução pelo alto”, configurando a realização de acordos entre essas várias frações da classe dominante. Essa “revolução pelo alto” objetivou passivizar o desafio histórico de construção do socialismo, expressando a modalidade como a burguesia se movimentou na construção do Estado burguês e na reprodução de sua dominação. Para viabilizá-la, ocorre a assimilação pelo bloco no poder de diversas frações da burguesia e até mesmo de setores da classe tra-

Esses pactos de dominação ou pactos conservadores entre frações da classe, mais do que marcas de determinados momentos históricos demonstram as características da burguesia brasileira.

balhadora, configurando o fenômeno que Gramsci identificou como “transformismo”², isto é, uma estratégia de incorporação em um governo conservador e moderado de intelectuais isolados ou grupos inteiros, mediante arranjos entre as classes e frações de classes com o objetivo de “mudar para que tudo permaneça como está”.

Esses “acordos pelo alto”, e a incorporação de frações da burguesia e da classe trabalhadora ao poder também não são ações demarcadas historicamente, mas

atravessam nossa formação social e denotam o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações anti-sociais e antinacionais, configurando o padrão burguês de dominação característico das sociedades de capitalismo dependente.

É nesse quadro analítico que Florestan utiliza o conceito de contra-revolução burguesa. Os conceitos de revolução e contra-revolução são fundamentais na teoria marxista. Ao longo de sua obra, Marx e Engels formulam um conjunto de análises sobre a revolução como um fenômeno da luta de classes. O desenvolvimento do capitalismo está associado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico de revolução burguesa, como ruptura radical com as antigas relações de produção, ou pelo papel conciliador assumido pelo padrão capitalista dependente de revolução burguesa. Essa transformação histórica da burguesia em classe dominante e dirigente impõe o debate sobre as ações contra-revolucionárias que executa historicamente e em cada formação econômico-social, inicialmente para configurar o sistema capitalista e, posteriormente para sair de suas crises; reconstituir constantemente suas margens de lucros e reproduzir seu projeto de sociabilidade. A teoria marxista identifica, portanto, o caráter revolucionário e contra-revolucionário assumido historicamente pela burguesia.

Como o desenvolvimento do capitalismo está enlaçado aos antagonismos entre o capital e o trabalho, a luta de classes indica, simultaneamente, uma forma de dominação burguesa e um elemento de negação e de contraposição a essa dominação. Esse elemento de negação está presente na luta histórica da classe trabalhadora por sua autonomia e organização como classe, um elemento essencialmente revolucionário, que caracteriza o papel histórico da classe trabalhadora como sujeito político na construção da “revolução contra a ordem” burguesa.

O capitalismo como contradição em processo e revolução e contra-revolução como elementos correlatos expressam a manifestação histórica da luta de classes. Marx escreve em 1848 o artigo *A burguesia e a contra-revolução* no qual elabora uma análise da revolução alemã, indicando o procedimento contra-revolucionário que caracterizou a política conciliadora da burguesia pelo estabelecimento de acordos com as forças conservadoras da monarquia para divisão do poder político. Também analisa em *A luta de classes na França* e em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* o papel da contra-revolução na França, demonstrando como a burguesia “de classe revolucionária convertia-se rapidamente em classe contra-revolucionária e em breve demonstraria, no esmagamento da Comuna de Paris, do que era capaz”. (Fernandes, 1995, p.60).

Na mesma direção política, estão as várias publicações de Lênin, entre elas, *O Estado e a Revolução* e *Que fazer?*. A primeira analisa as principais tarefas do proletariado na construção do processo revolucionário e a segunda apresenta a síntese dos avanços realizados pelo socialismo na Rússia e os embates com as forças contra-revolucionárias institucionalizadas em um regime opressor e cruel.

Rosa Luxemburgo também participa efetivamente dos debates e da luta do movimento socialista contra a contra-revolução burguesa, identificando como o processo revolucionário e essas ações contra-revolucionárias espalham-



se pela Europa, criticando severamente o papel do revisionismo social-democrata que, retirando da pauta a revolução socialista, substituída por um conjunto de reformas pontuais, fortalece essas ações contra-revolucionárias e o esmagamento da organização e das lutas socialistas. Esse debate está presente especialmente em *Reforma ou Revolução?* publicado em 1900.

Trotsky é outro importante marxista que problematiza essa temática em várias publicações. Destaco especialmente *Revolução e contra-revolução na Alemanha* e o segundo volume de *A história da revolução russa – a tentativa de contra-revolução*, nos quais Trotsky analisa esse padrão totalitário de defesa dos

interesses conservadores no contexto das lutas socialistas na Alemanha, bem como a ação contra-revolucionária em meio ao processo de conquista de poder pelos bolcheviques.

Recuperando esse conceito como profícuo instrumental para a análise do padrão de hegemonia burguesa no Brasil, Florestan aborda como a burguesia brasileira atua de uma forma diferenciada, em termos do padrão burguês “clássico” de revolução nacional. Na medida em que a conformação da ordem capitalista no Brasil não implicou uma ruptura com a ordem rural, mas foi sendo efetivada a partir de um conjunto de composições, por um lado, entre os estratos sociais de origem oligárquica e os emergentes interesses industriais e financeiros e, por outro, com os países imperialistas, a burguesia não assume seu papel como “classe revolucionária”. Sua ação estará circunscrita a essas composições e a aceleração do padrão dependente de desenvolvimento. Nesse sentido, Florestan (1975a, p. 362) identifica a contra-revolução burguesa de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada à ditadura militar e ao Estado autocrático burguês.

“O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe militar e em nome de ‘ideais revolucionários’, constitui, de fato, uma contra-revolução. Seu caráter contra-revolucionário se evidencia de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial.” (Fernandes, 1980, pp. 113/114).

A segunda forma de identificação da contra-revolução burguesa está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contra-revolução” (1975a, p. 347).

“Com a ‘situação sob controle’, a defesa a quente da ordem pode ser feita sem que os ‘organismos de segurança’ necessitem do

suporte tático de um clima de guerra civil, embora este se mantenha, através da repressão policial-militar e da ‘compressão política’. Em consequência, a contra-revolução preventiva, que se dissipa ao nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal” (Fernandes, 1975^a, p.362).

O conceito de contra-revolução burguesa é utilizado para identificar ações autocráticas de defesa da ordem do capital, características de governos militares, bem como ações relativas às práticas formais da democracia restrita, ou seja, institucionalizada por meio de um conjunto de relações jurídicas e políticas.

“Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido político; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (Fernandes, 1975^a, p.212).

O desdobramento do processo contra-revolucionário, nessas fases seguras e construtivas, foi possível na medida em que a burguesia combina repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, mas uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que convivem com as desigualdades socioeconômicas, fazendo com que as relações de classe, os antagonismos entre capital e trabalho sobrevivam até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Essa ação contra-revolucionária da burguesia “a frio” é possível graças a um elemento político fundamental: no capitalismo a totalidade da vida social é apresentada pela sua decomposição em esferas diferenciadas - o político e o econômico. Essa separação ocorre na medida em que o controle da produção e sua apropriação pela burguesia são identificados como

O conceito de contra-revolução burguesa é utilizado para identificar ações autocráticas de defesa da ordem do capital.

questões econômicas, afastadas, na aparência, da arena política.

Criticando essa separação como estratégia da ideologia capitalista para obscurecer a luta de classes, Wood (2003, p. 28) afirma que “na verdade, essa separação ‘estrutural’ talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital”. Como a apropriação da mais-valia e a relação entre trabalhadores e burguesia, ou produtores diretos e apropriadores, como identifica a autora, não assumem a forma de servidão ou dependência, mas sim de um contrato entre trabalhadores e proprietários, livres e juridicamente iguais, o capitalismo foi capaz de afastar, de um lado, a esfera da produção econômica e, de outro, o conjunto das formas políticas, sociais e jurídicas que consubstanciam a sua institucionalidade e configuram o estabelecimento desse contrato social. “Ao nos referirmos à institucionalidade, não nos prendemos à forma jurídica, mas ao adensamento da rede de práticas que constituem, a um só tempo, a individualidade e o coletivo. Obviamente, a juridicidade específica de cada sociedade faz parte dessa malha, mas não é a sua determinante privilegiada” (Dias, 1999, p. 40).

Dessa forma, é possível explorar o trabalhador, apropriar-se da mais-valia e manter a propriedade privada e, simultaneamente, criar um ordenamento político, social e jurídico, no qual os antagonismos de classe são esvaziados pela construção da aparência necessária de instâncias democráticas de representação, divisão de poderes e dos direitos fundamentais dos cidadãos, sem alterar as formas de propriedade e exploração. Uma cidadania abstrata, descaracterizada, sob a aparência de que trabalhadores e burgueses são iguais juridicamente, portanto, uma concepção de cidadania absolutamente descolada da luta de classes. Wood (2003), recuperando a crítica da economia polí-

tica elaborada por Marx - cujo objetivo era revelar a face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas clássicos -, afirma que Marx concebe a economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas como um conjunto de relações sociais. Nesse sentido, a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas, consideradas como constituintes orgânicos do sistema produtivo. A esfera da produção é determinante no capitalismo, não no sentido de se manter afastada dessas formas jurídico-políticas, de precedê-las, ou de identificá-las como meros reflexos da esfera produtiva, mas no sentido de que a atividade produtiva exprime uma relação de poder estabelecida entre as classes sociais. A organização

política das classes em luta é que dá forma às relações de produção, portanto, a esfera da produção econômica no capitalismo é essencialmente política.

O ideário burguês realiza, dessa forma, dois movimentos. Por um lado, esvazia a economia de seu conteúdo político e social, isto é, despolitiza a economia, identificando a existência de uma esfera específica para a negociação do contrato social e, por outro, reduz a esfera política a um campo de conciliação de classes. Assim, o trabalhador só pode desfrutar de liberdade e igualdade jurídicas e de direitos sociais e políticos se não retirar do capital seu poder de apropriação. As ações contra-revolucionárias da burguesia “a frio” demonstram, portanto, sua capacidade de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista.

Essa ampliação do conceito de contra-revolução burguesa será realizada por Florestan Fernandes no livro “*Brasil em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*”, publicado em 1980 e em *O que é Revolução*, cuja primei-

Uma cidadania abstrata, descaracterizada, sob a aparência de que trabalhadores e burgueses são iguais juridicamente, portanto, uma concepção de cidadania absolutamente descolada da luta de classes.

ra edição foi publicada em 1981. No primeiro trabalho, o autor recupera a análise sobre o refluxo e declínio da contra-revolução associada à ditadura militar e indica a oportunidade histórica que está colocada para o socialismo revolucionário no sentido de analisar esse refluxo; criticar a política do “socialismo democrático”³, que limitava sua ação ao alargamento da participação dos trabalhadores dentro da ordem, e construir condições objetivas e subjetivas para a ruptura com a ordem burguesa.

O refluxo da contra-revolução “a quente”, entretanto, convive com a expansão da contra-revolução “a frio”. Para realização dessas ações contra-revolucionárias, “as nações hegemônicas e sua superpotência adotaram uma estratégia de contra-revolução preventiva generalizada” (1980, p.39), na qual três aspectos são fundamentais: (1) o estabelecimento de um pacto de dominação entre as frações da burguesia; (2) a constituição de alianças com a classe trabalhadora e (3) o estímulo para a ampliação de um processo de social-democratização das lutas dos trabalhadores, limitado-as à ação constitucional e parlamentar e estimulando o “emburguesamento” das suas burocracias sindicais e partidárias.

Em relação ao primeiro aspecto, as disputas estabelecidas entre as frações de classe articuladas aos interesses imperialistas e as frações intermediárias e mais fracas que lutam pela “liberdade de competir”, indicam a necessidade de acordos e pactos que estimulem a solidariedade da classe e a defesa, em última instância, da ordem burguesa. Nessa mesma direção, propõe uma política de conciliação de classes, pela realização de alianças com a classe trabalhadora. Essa composição com frações hegemônicas da burguesia estimularia o “emburguesamento” das burocracias partidárias e sindicais da classe trabalhadora, que passam a identificar o alargamento da participação política dos trabalhadores na demo-



Essa composição com frações hegemônicas da burguesia estimularia o “emburguesamento” das burocracias partidárias e sindicais da classe trabalhadora.

cracia burguesa como o horizonte político de suas ações.

Os “métodos pacíficos de luta” e os “meios democráticos de negociação” (1980, p. 22) levam essa burocracia sindical e partidária a assumir uma política de conciliação, negligenciando a ruptura com a ordem burguesa. A democracia, “por isso, não pode ser representada como um valor em si e, muito menos, como um valor absoluto” (Fernandes, 1995, 204, grifos nossos). A recuperação da

análise sobre a concepção de democracia nos marcos da luta de classes rompe com a possibilidade de “uma democracia representativa gerida pelas classes privilegiadas, com respaldo das classes médias e nas massas populares: um populismo redentor, como poderia ser uma versão cabocla da ‘social-democracia’” (Fernandes, 1980, p.105, grifos nossos).

A luta da classe trabalhadora pelo alargamento democrático dentro da ordem deve ser, portanto, tática e não estratégica. A democracia representativo-parlamentar, nos marcos da “revolução dentro da ordem”, deve estar dire-

cionada para o acúmulo de forças em direção à “revolução contra a ordem” burguesa. A ocupação do poder institucionalizado e a execução de um conjunto de reformas políticas não podem ser colocadas como o horizonte da luta, sob o risco de incorporação subordinada da classe trabalhadora ao projeto burguês e, em última instância, de seu apoio direto ou indireto às posições substancialmente contra-revolucionárias.

“É inócuo atrelar a luta de classes do proletariado ao fortalecimento puro e simples da ‘democracia’ (a defesa da república democrática, da ‘normalidade democrática’ ou do sufrágio universal como objetivos centrais e diretos projeta o proletariado na cena política como a centro-esquerda da burguesia)”.
(Fernandes, 1980, p. 29).

Esse alargamento democrático dentro da ordem burguesa, fruto das lutas históricas da classe trabalhadora, contraditoriamente, constituiu-se em uma eficaz estratégia da contra-revolução burguesa, com o apoio das burocracias sindical e partidária da classe trabalhadora. No Brasil, historicamente a contra-revolução burguesa apresenta as duas faces: “quente ou fria” (1975a, p. 362) - “aberta ou dissimulada” (1980, p. 174). Por essas ações, a burguesia limita o campo de luta na esfera parlamentar. O radicalismo burguês da contra-revolução “a quente” é substituído pelo reformismo das burocracias sindicais e partidárias que se vergam à contra-revolução burguesa.

Essa face da contra-revolução expressa a ação política da burguesia no sentido de responder a ampliação das desigualdades socioeconômicas na atual configuração do capitalismo e restringir ao máximo as pressões de setores combativos e classistas da classe trabalhadora por “revoluções dentro da ordem” e, principalmente, “contra a ordem”, enfim, trata-se da configuração de uma etapa fundamen-

tal da luta de classes. Entretanto, a contra-revolução burguesa reciclada ou dissimulada não responde, necessariamente, a um contexto de efervescência revolucionária, de um nível de organização da classe trabalhadora que indique que a destruição da ordem existente e a construção da sociedade socialista já estejam no horizonte político. Cabe destacar, inclusive, que a revolução socialista não é identificada com a tomada violenta do poder, mas como construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade que articula “revolução dentro da ordem” com “revolução contra a ordem”. A contra-revolução burguesa “a frio” ou reciclada é um processo permanente e prolongado.

“À tentativa de esmagamento do proletariado como classe, sempre presente na ótica burguesa e agora mais ativa graças à contra-revolução prolongada, soma-se a negligência cega dentro das esquerdas quanto à qualidade da revolução proletária” (Fernandes, 1980, p. 105).

Essa ação política permanente da burguesia, que atravessa e constitui a configuração atual do capitalismo, ocorre mediante o fenômeno que Florestan (1980, p.84) identificou como uma “revolução das técnicas da contra-revolução”.

“A burguesia aprendeu a usar globalmente as técnicas que lhe são apropriadas de luta de classes e ousou incorporar essas técnicas a uma gigantesca rede institucional, da empresa ao sindicato patronal, do Estado às organizações capitalistas continentais e de âmbito mundial. Enquanto o movimento socialista e o movimento comunista optaram por opções ‘táticas’ e ‘defensivas’, a burguesia avançou estrategicamente, ao nível financeiro, estatal e militar, e procedeu a uma verdadeira revolução das técnicas de contra-revolução. Inclusive, abriu novos espaços para si própria, explorando as funções de legitimação do

O radicalismo burguês da contra-revolução “a quente” é substituído pelo reformismo das burocracias sindicais e partidárias que se vergam à contra-revolução burguesa.

Estado para amarrar as classes trabalhadoras à segurança da ordem e soldar sindicatos ou os partidos políticos aos destinos da democracia” (idem, grifos do autor).

Na atualidade, novas potencialidades estão em jogo para garantir a autodefesa e o autoprivilegiamento da burguesia. “Esta está tentando se reorganizar, por trás do ‘Estado de direito’, dos direitos humanos (naturalmente para os mais humanos), das ‘salvaguardas’, da democracia forte etc.” (Fernandes, 1980, p. 186). Ou seja, por um lado essas novas potencialidades estão demarcadas pelo projeto burguês que advoga a possibilidade de uma “democracia forte” ou a reforma ou “humanização do capitalismo”.

Por outro lado, novas potencialidades surgem com a crise do “socialismo realmente existente” (Mészáros, 2002, p. 102). Essa crise será alardeada pelos intelectuais orgânicos da burguesia como “o fim da história”, “o fim das ideologias”, “o fim do socialismo”, desconfigurando que se trata, na realidade, da crise de um padrão determinado de negação da ordem burguesa causada por um conjunto bastante heterogêneo de componentes erosivos. Netto (1995), analisando a “crise do socialismo e a ofensiva neoliberal”, considera que um dos componentes centrais dessa crise está na limitada socialização do poder político, que passa a travar e mesmo a colidir com o aprofundamento da socialização da economia. Nesse sentido,

“o que entrou em crise é uma forma determinada de transição socialista – aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade (...) não é, portanto, a crise do projeto socialista revolucionário nem

a infirmação da possibilidade da transição socialista; é a crise de uma forma histórica precisa de transição, a crise de um padrão determinado de ruptura com a ordem burguesa – justamente aquele que se erigiu nas áreas em que esta não se constituía plenamente” (Netto, 1995, pp. 20/23).

Diante dessas novas potencialidades, a contra-revolução burguesa realiza ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar suas crises e conformar mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade. “A contra-revolução prolongada atinge cada vez mais a consciência proletária e a solidariedade ativa do proletariado na luta de classes” (Fernandes,

A contra-revolução burguesa realiza ações sistemáticas de reorganização de suas ofensivas para enfrentar suas crises e conformar mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade.



2000, p.102).

Apesar de atingir profundamente a consciência proletária, a contra-revolução burguesa não retira da pauta política a construção do processo revolucionário. Pelo contrário. Reafirma a atualidade do conceito marxista de revolução socialista e a necessidade de uma profunda análise crítica das ações burguesas que procuram impedir e esvaziar a capacidade organizativa da classe trabalhadora para sua auto-emancipação. “A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (Fernandes, 2000, p. 57).

As análises de Florestan, portanto, demonstram que a “contra-revolução preventiva em escala mundial” (Fernandes, 1980, p. 43) com sua “revolução das técnicas da contra-revolução” (1980, p. 84) está em curso. O neoliberalismo caracteriza-se como sua face/fase atual, uma resposta à crise do capital instaurada nos anos 70, indicando novas configurações na luta de classes e evidenciando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade de apresentar “o velho sob a aparência do novo”.

Considerações para o debate:

As análises elaboradas por Florestan Fernandes permitem apreender as diferentes fases da contra-revolução neoliberal no Brasil. No início da década de 90, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) identificam o momento de adesão do país ao projeto neoliberal. A burguesia brasileira, articulada com o avanço mundial do neoliberalismo, ansiava por uma nova via de desenvolvimento econômico a partir da inserção do país na economia mundial e pela substituição do modelo desenvolvimentista por novos padrões de acumulação, reivindicando o fim da

intervenção estatal no mercado interno e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. A candidatura Collor-Itamar foi capaz de aglutinar os interesses das diversas frações dessa burguesia, e subordinado aos paradigmas do Consenso de Washington, o governo Collor e, pós-*impeachment*, o governo Itamar, resguardando algumas especificidades, inauguraram, como identifica Francisco de Oliveira (1995, p. 24), o “neoliberalismo à brasileira”.

Os resultados da contra-revolução burguesa e seu “neoliberalismo à brasileira” foram desastrosos: a eliminação de setores nucleares de nosso parque industrial gera um intenso processo de desindustrialização e desnacionalização de setores estratégicos do país. Na mesma direção contra-revolucionária, o arrocho salarial; o aumento dos índices da inflação e a desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores aprofundam a desigualdade e o desemprego.

Essa política encontrará uma nova dinâmica no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O projeto do governo Cardoso representa mais um episódio dos acordos e alianças que a burguesia brasileira estabelece para manter seus interesses políticos e econômicos.

O novo bloco no poder, sob a hegemonia do capital financeiro (em sua “dupla face” – nacional e internacional -), instaura uma nova racionalidade na condução da contra-revolução neoliberal. Essa nova fase, identificada como uma primeira expressão da “terceira via” ou “nova social-democracia” será apresentada pelos intelectuais orgânicos da burguesia como uma suposta alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo e encontra na obra de Anthony Giddens sua base de fundamentação teórica e de ação política (Lima, 2004).

Afirmando a possibilidade de articular ajuste fiscal com justiça social, a “terceira via”,

A revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução).

pleiteia para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporâneas, apresentando os seguintes fundamentos básicos: 1) no nível da política, propõe a modernização do centro, a rejeição da política de classes e da igualdade econômica, procurando apoio político em todas as classes sociais; 2) no plano econômico, trata de equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, por meio de parcerias entre público e privado. Um projeto absolutamente afinado com as reformas estruturais elaboradas pelos organismos internacionais para a periferia do capitalismo, especialmente, com a reforma do Estado, que reorganizará o conjunto das políticas econômicas e sociais, entre elas, a política de educação superior visando conformar os trabalhadores à nova (des) ordem do capital. O resultado da segunda fase da contra-revolução neoliberal conduzida pelo governo Cardoso é o aprofundamento da desindustrialização e desnacionalização dos setores estratégicos do país, pavimentando o caminho para as negociações da ALCA; a destruição dos direitos sociais e trabalhistas e a ampliação das desigualdades e do desemprego para os trabalhadores brasileiros.

No mesmo sentido e direção, a análise dos dois primeiros anos do governo Lula da Silva demonstra como está sendo implementada uma terceira fase do projeto neoliberal. As principais características da terceira fase da contra-revolução burguesa conduzida pelo governo Lula da Silva ficam evidentes quando analisamos, desde as origens do Partido dos Trabalhadores e sua ação de requalificação da política (Fontes, 2004) - relacionada com sua origem classista, sua estrutura interna pautada na participação organizada da militância de base e em seu programa partidário, no qual estavam presentes as lutas antiimperialistas e a construção da sociedade socialista - ao processo de social-democratização do partido que

No mesmo sentido e direção, a análise dos dois primeiros anos do governo Lula da Silva demonstra como está sendo implementada uma terceira fase do projeto neoliberal.

atravessou o início da década de 90, sendo identificado, inclusive, por Florestan Fernandes (1991) no I Congresso do Partido, e sua adesão ao social-liberalismo a partir da metade dessa década. Um processo relacionado com as mudanças na conjuntura internacional e nacional de ofensiva do capital contra o trabalho e simultaneamente de aburguesamento e oportunismo da burocracia partidária que substituiu, na pauta de ação política do partido, a “revolução contra a ordem” pela “ocupação do poder” (Fernandes, 1991), pela conciliação de classes, consubstanciando um novo “acordo pelo alto” na história brasileira.

O governo Lula da Silva concentra sua política no ajuste fiscal, na estabilidade econômica, nas parcerias com o setor privado, enfim, na realização de uma terceira geração de reformas neoliberais, aprofundando, simultaneamente, um processo, iniciado por Cardoso, de ampliação da participação política da sociedade civil, concebida como um espaço sem antagonismos; como o somatório de indivíduos, grupos sociais, do voluntariado, dos empresários de boa vontade, das organizações não-governamentais e movimentos sociais com suas demandas específicas e dos sindicatos colaboracionistas sob a condução da burocracia sindical da CUT. Essa concepção liberal de sociedade civil, pautada na noção de “pacto social”, que esvazia a luta de classes, despolitizando o social, constitui-se como uma nova expressão da separação entre econômico e político inerente ao capitalismo. Amplia a participação política dos trabalhadores na institucionalidade burguesa, sem alterar a configuração de classes e a reprodução ampliada do capital.

Cabe aos trabalhadores brasileiros manter a luta contra a contra-revolução burguesa em curso e pelo sonho político realista de construção de um outro projeto de sociabilidade

sob a direção dos trabalhadores e não da burguesia e da burocracia sindical e partidária, ainda que sob a aparência de um “projeto democrático-popular”, pois, como afirma Florestan Fernandes (2000, p.140): “Quanto ao ‘sonho’, o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que ‘não sonham’ estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contra-revolução prolongada”.

Referências bibliográficas

- DIAS, Edmundo F. *A liberdade (im) possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização*. 2ª. Ed. Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP, n. 29- Setembro de 1999.
- FERNANDES, Florestan. (1975) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. Ed. RJ: Zahar editores, 1975.
- _____. (1975a) *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. (1979) *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3ª edição. SP: Ed. DIFEL, 1979.
- _____. (1980) *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980.
- _____. *O que é Revolução?* (1981) In Sampaio Jr., Plínio de Arruda e Sampaio, Plínio de Arruda. Clássicos sobre a Revolução Brasileira. Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. SP: Editora Expressão Popular, 2000.
- _____. (1991) *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.43).
- _____. (1995) *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. SP: Xamã, 1995.
- FONTES, Virginia. *A política e a arte da desqualificação*. Revista Ciências & Letras. Porto Alegre, FAPA, 2004.
- LENIN, V. *O Estado e a revolução*. SP: HUCITEC, 1987.
- _____. *Que fazer?* (1902) Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/> Acesso em Março de 2005.
- LIMA, Kátia R. S. *Terceira via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de socialidade*. In Revista Universidade e Sociedade. N.34, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Outubro de 2004. p.11-22.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1900). *Reforma ou revolução?* Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/reformaourevolucao/p1ca-p1a3.htm#p1c1> Acesso em Março de 2005.
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. SP: Ensaio, 1987.
- _____. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Global, 1986.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. SP: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.
- NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva neoliberal*. 2ª. Ed. SP: Cortez, 1995 (Coleção questões da nossa época).
- OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à brasileira*. In Sader, E. e Gentili, P. Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. RJ: Paz e Terra, 1995. p. 24-28.
- TROTSKY, Leon. (1980). *História da Revolução Russa*. Tradução E. Huggins, 3ª. Ed. RJ: Paz e Terra, 1980.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. SP: Boitempo, 2003.

Notas

- Essa “revolução pelo alto” é identificada por Gramsci como “Revolução Passiva”. “Essas revoluções ocorreram naqueles ‘países que modernizaram o Estado mediante uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino’ (QC504)” (Dias, 1999, p.30).
- Dias desenvolve a análise sobre o conceito gramsciano de transformismo ao longo de sua obra. Para aprofundar esta análise, consultar especialmente Dias, 1999.
- Cabe destacar a crítica que Florestan (1991, p.07) realiza a ambigüidade do conceito de “socialismo democrático”: “Tornou-se corrente a condenação do marxismo e o uso do conceito ambíguo de ‘socialismo democrático’ após os acontecimentos do Leste Europeu e as alterações que ocorrem na União Soviética. A condenação do marxismo é extemporânea e seria inconcebível qualquer manifestação do socialismo que não fosse democrática”.

US

A Globalização neoliberal, a política e os movimentos sociais de esquerda

Antonio Julio de Menezes Neto

Sociólogo, doutor em Educação e professor na Faculdade de Educação da UFMG.

1-Introdução

Desde os anos 80, com o fim da URSS e a crise da social-democracia européia, o mundo vivencia intensos debates acerca das várias mudanças ocorridas nas sociedades, centralizadas nas polêmicas acerca da globalização, neoliberalismo e pós-modernidade. Dentro desses marcos, considera-se, desde então, a consolidação da globalização neoliberal. Porém, as contradições continuam presentes no dia-a-dia das pessoas, dos grupos, das classes e dos países, gerando reações no campo político, com vitórias eleitorais de partidos de “esquerda”. Porém, esses partidos, sistematicamente, sucumbem à lógica do capital.

Assim, irrompendo o novo século, a globalização atual, como um fenômeno capitalista, apresenta-se como um fenômeno contraditório. Grupos organizam-se em fóruns sociais, em encontros, em manifestações de rua e mesmo em vitórias eleitorais de partidos que questionam a globalização. Ou mesmo de forma

violenta, como nos conflitos entre alguns grupos radicais islâmicos e potências ocidentais, como os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a globalização capitalista mostra um grau forte de permanência e expansão.

Assim, este trabalho apresenta autores que debateram criticamente, principalmente nos anos 90, o processo da globalização neoliberal, buscando compreender, no novo século, a integração de partidos de esquerda ao processo, principalmente no Brasil com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores, e as possibilidades de resistências na sociedade civil.

2-A globalização do capital.

O processo de globalização é histórico e a especificidade do momento atual é a sua submissão ao processo de expansão do capital. A globalização capitalista demarca a modernidade e apresenta-se contraditória, pois expande-se globalmente mas convive com estados centralizados, nacionalismos e desigualdades

regionais. Apesar de ser um processo predominantemente econômico, transparece numa perspectiva política e cultural, com o domínio de algumas nações “desenvolvidas” sobre aquelas nas quais o processo de reprodução “nacional” do capital ainda não se apresenta plenamente desenvolvido.

O conceito de Estado-Nação, tal como se configurou no mundo moderno, apresenta-se como intrínseco ao processo de formação do capitalismo atual e é funcional à reprodução do capital. Numa reconstituição histórica, observa-se que a moderna noção de Nação-Estado serviu aos propósitos da burguesia para a sua consolidação política. Porém, a transnacionalização do capital causou profundas transformações nos objetivos dos Estados nacionais e, atualmente, vive-se um novo momento de mudanças, no qual o Estado intervencionista, que havia levado contradições para as suas entranhas, perde espaço para um Estado neoliberal. Assim, no período pós-anos 80, para a plena reprodução e ampliação do capital, o Estado procura afastar-se das políticas sociais, tornando-se mínimo nas intervenções sociais, porém forte para gerir a reprodução do capital. Diversos analistas tornaram-se críticos desse processo.

Dentre os brasileiros, Teotônio dos SANTOS (1994) viu o processo de globalização das civilizações e culturas atuais como a) fruto do desenvolvimento da ciência e da técnica que se manifestou na automação, b) na descentralização da produção, c) no desenvolvimento da educação devido a um excedente de tempo não produtivo e na necessidade do desenvolvimento da ciência e da técnica, d) no desenvolvimento da ciência básica, e) na diminuição dos trabalhadores diretamente envolvidos no processo produtivo e f) no crescimento do setor de serviço, de comunicação e lazer. Porém, res-

saltou que essas modificações aconteceram nos países centrais da economia mundial capitalista, cabendo aos outros, a) a produção de peças que ainda exigem uma força-de-trabalho barata, b) as indústrias mais poluentes. Conseqüentemente, um papel de subalternidade e isolamento, marginalizando enormes massas de trabalhadores desses países.

IANNI (1992 e 1997) afirmou que o mundo foi revolucionado por transformações sociais, econômicas, políticas e culturais desde a queda do muro de Berlim, a crise do socialismo e a atual expansão do capitalismo. Para ele, a globalização é um processo em marcha, que se aprofunda e generaliza-se de forma desigual e contraditória, encerrando um ciclo da luta de classes, mas não terminando com as desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Ianni salientou que a globalização não acabou com as desigualdades, mas inscreve-se como um processo cultural contraditório em que há perdas e ganhos, pois é um processo homogêneo e a diversificado, fragmentado, regionalizado e tradicional. Para ele, o mesmo processo que debilitou o Estado provocou desigualdades, diversidades e contradições em âmbito local e mundial

MILTON SANTOS (1996 e 1999) analisou a questão do território globalizado e questionou o conceito de rede, em que as partes estariam contrapondo-se ao território. Afirmou que quem comanda, produz e normatiza as redes é o mercado mundial e os governos mundiais, representados pelo FMI, o Banco Mundial, o GATT, as fundações, e as universidades mundiais que implantam e dão fundamento a uma globalização perversa.

No plano internacional, PETRELA (1991) afirmou que as empresas construiriam oligopólios em escala mundial. Porém esses oligopólios apareceram em aliança com os Estados

Quem comanda, produz e normatiza as redes é o mercado mundial e os governos mundiais, representados pelo FMI, o Banco Mundial, o GATT, as fundações, e as universidades mundiais que implantam e dão fundamento a uma globalização perversa.

nacionais, levando-os para o centro das competições internacionais, tirando a antiga fachada de “Estado acima das classes e dos conflitos”.

Para HARVEY (1989), as mudanças atuais, que ele viu como um período da pós-modernidade, seriam decorrentes da crise de acumulação do capitalismo moderno, com a correspondente desregulamentação do Estado de Bem-Estar, advinda da crise do fordismo, do keyserianismo e do sindicalismo integrado de resultados, fatores que em tempos de prosperidade na acumulação capitalista, propiciaram a produção em massa. Na pós-modernidade, a produção tornou-se flexível e o mundo do trabalho também sofreria transformações, com os sindicatos, majoritariamente, aceitando a desregulamentação, visando à manutenção do emprego.

No campo cultural, CHESNAIS (1996) afirmou ser necessário entender o papel da mídia para a valorização do capital. Para ele, as mercadorias seriam produzidas, cada vez mais, de forma padronizada, inclusive no campo da comunicação e da cultura, como no caso dos programas televisivos, discos, fitas e filmes, que são distribuídos em escala planetária, utilizando as novas tecnologias dos satélites e do cabo, nivelando, assim, a cultura mundial. CHESNAIS (1996) também apresentou a dominação mundial pelos Estados Unidos como uma nova forma de imperialismo e desregulamentação financeira

Também debatendo a dominação cultural, SHAFF (1990) analisou a internacionalização desta como uma forma de superação do folclórico e do tradicional e que essa cultura supranacional seria enriquecida pela assimilação de novos valores. Porém, levantou a questão dos interesses presentes na difusão cultural. Citou o grande desenvolvimento da televisão e conta que, tendo viajado à China, notou que pratica-

mente todas as casa possuem TV coloridas e que a produção dos programas, que partiam de Hong-Kong, pregavam o modo de vida estadunidense. Nesse sentido, como não existiria a “liberdade de mercado”, e este seria dominado por algumas grandes empresas de difusão de informações, assinalou o perigo do neo-imperialismo e do neocolonialismo.

A educação também foi debatida, pois o problema do conhecimento e da escola transpareceu na globalização neoliberal, com os conceitos de educação como direito cidadão e emancipatório sendo substituído por propostas instrumentais ao capitalismo atual. Os princípios de uma escola globalizada foram defendidos nas cartilhas de consultores do Banco Mundial, FMI, OMT e BID, que diziam que o mundo havia passado por profundas mudanças tecnológicas, com reflexos no processo produtivo. Partiam do princípio de que o processo de reprodução do capital havia mudado, tanto na base técnica quanto na gestão administrativa,

exigindo, assim, uma nova qualificação humana centrada na eficiência, competitividade, produtividade e na possibilidade individual de ascensão social. Esses organismos retomaram as teorias do Capital Humano e defenderam maiores investimentos em educação para a retomada do crescimento econômico dos países latino-americanos. Como o atual processo de globalização foi centrado na reprodução do capital, procurou-se naturalizar a exclusão, buscando vincular a educação ao individualismo e a empregabilidade. (ver, entre outros, FRIGOTO (1995).

Essas análises buscam passar a idéia de que o problema da pobreza, do desemprego ou do desajuste econômico não está no sistema capitalista, mas sim em outras instâncias sociais. Se a renda é mal distribuída, a causa é a baixa escolaridade do seu povo. Se a economia de um

Como o atual processo de globalização foi centrado na reprodução do capital, procurou-se naturalizar a exclusão, buscando vincular a educação ao individualismo e a empregabilidade.

país não é competitiva internacionalmente, invista-se em educação. Porém, outros problemas devem ser debatidos quando se discute o sistema educacional pois não se explicou como, sem uma distribuição de renda, emprego e propriedade, dentre outras políticas sociais, concomitantes ao investimento em educação, a educação seria democratizada. Ressalte-se que vivemos uma época em que o incremento da produtividade, principalmente pelo desenvolvimento de novas tecnologias, poupa força de trabalho. Portanto, ao sistema não interessaria qualificar trabalhadores em massa e ter milhares de “desempregados qualificados”. O pensamento neoliberal sempre esteve mais próximos da idéia da educação competitiva, eficiente e produtiva, visando disputar o mercado educacional, do que da idéia de democratização do conhecimento.

A educação também deve ser problematizada como fator de produtividade econômica num mundo globalizado e fragmentado. No qual o lugar dos países mais pobres, na inserção global, é a subalternidade e que o desenvolvimento de um país depende de muitos fatores além do investimento em educação.

Mas esse processo não se dá sem contradições, pois o capitalismo não conseguiu democratizar a produção material e nem a cultura e a educação. Pelo contrário, resultou num processo de concentração de poder e capital nas grandes empresas e buscou transformar a educação em mercadoria.

3- O crescimento e continuísmo político da esquerda no novo século.

A globalização é também um fenômeno político, sendo representado pelo pensamento neoliberal. Observa-se, neste nosso novo século, que esse modelo político sofre desgastes por não conseguir responder as demandas

sociais e ampliar, por exemplo, o emprego, mesmo nos países de capitalismo central. Esse desgaste trás consigo derrotas eleitorais para governos neoliberais, tanto na Europa como na América Latina.

Na América do Sul, o Brasil consagrou, nas urnas, a derrota do modelo globalizante/neoliberal com a vitória de Lula em 2002, um candidato de esquerda com histórico junto aos movimentos sociais e sindicais. O novo século trouxe, também, no Chile, no Uruguai, na Venezuela, no Equador e na Argentina, mudanças políticas, com as eleições de governos de esquerda ou com discursos anti-neoliberais. Porém, essas vitórias políticas não estão conseguindo alterar o movimento econômico globalizante/neoliberal, tanto na Europa como na América Latina. Esse fenômeno já ocorre na Europa desde os anos 80, quando governos trabalhistas, socialistas ou social-democratas, eleitos com críticas ao neoliberalismo, acabaram cedendo às políticas neoliberais e aceitaram a “inevitabilidade” do novo movimento do capital².

Na América Latina, já é possível afirmar que o governo Lula, sob o pretexto da governabilidade, não pretende romper com as políticas econômicas derivadas do Consenso de Washington, optando por um governo liberal-social conservador. No Equador, Lucio Gutierrez, um coronel ligado aos movimentos populares, foi eleito presidente da República e realizou um governo conivente com os interesses do FMI, sendo derrubado por levante popular. O Partido Socialista, no Chile, também realiza um governo conservador. Como exceções, Hugo Chavez, na Venezuela, depois de um começo de governo vacilante, no qual enfrentou uma forte oposição organizada e apoiada pelos Estados Unidos, começa a buscar alternativas ao neoliberalismo, e a Argentina, que renegocia suas dívidas. Porém, de

O governo Lula, sob o pretexto da governabilidade, não pretende romper com as políticas econômicas derivadas do Consenso de Washington, optando por um governo liberal-social conservador.

forma geral, políticos eleitos com discursos resistentes à globalização neoliberal assistem, e até apóiam, a expansão das grandes empresas transnacionais, a concentração da renda e o aumento do desemprego. As maiores resistências encontram-se em alguns movimentos sociais urbanos e rurais - como no MST brasileiro, no Zapatismo mexicano ou nos piqueteiros argentinos - do que em governos de “esquerda”.

Nesse contexto, o Brasil enfrenta novas questões relativas a sua inserção nesse novo quadro. A questão social torna-se aguda e os governos Collor, Fernando Henrique e Lula aliaram-se às propostas neoliberais sob a alegação de necessidade de ajustes na economia. A dependência em relação ao capital especulativo torna-se patente, criando uma situação de difícil resolução dentro dos marcos do neoliberalismo. Diante de uma bilionária dívida externa e interna, os governos cedem ao capital globalizado. Alegando ter recebido uma “herança maldita”, o governo Lula, que era a maior esperança de alternativas políticas e econômicas, encaixa-se aos ditames dos organismos internacionais, aumentando o superávit primário para “honrar” compromissos com o capital especulativo. Acerca dessa questão, Theotônio dos SANTOS (2003) diz:

“Contudo, o governo (Lula) se confronta com graves bloqueios ideológicos, psicológicos e, sobretudo, científicos. O chamado “pensamento único” colocou na cabeça das pessoas a idéia de que é o único capaz de garantir a “estabilidade econômica” e de orientar corretamente as políticas econômicas. Ainda que sua aplicação tenha levado à acentuação dos desequilíbrios econômicos, à recessão e ao fracasso de suas metas, o aparato publicitário que o implantou continua sustentando sua correção e a impossibilidade de substituí-lo. Mas não é somente um bloqueio mental. Há vastos

Da radicalidade inicial ao pragmatismo atual, de partido crítico ao Estado capitalista ao partido aferrado à institucionalidade, o PT realmente reformulou-se ao longo do período da globalização capitalista.

interesses que reivindicam a manutenção da política do desastre. Trata-se sobretudo do poderoso capital financeiro nacional e internacional, que conseguiu organizar, nos últimos 20 anos, um aparato de sucção dos superávits fiscais e cambiais disfarçados de políticas públicas respeitáveis e sobretudo insubstituíveis.”³

O PT, que apresentou em sua gênese um eclético encontro de intelectuais de esquerda, de setores da igreja vinculados à Teologia da Libertação, do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais e de grupos de esquerda não vincula-



dos aos PCs, chega ao poder central com uma proposta liberal-social. Da radicalidade inicial ao pragmatismo atual, de partido crítico ao Estado capitalista ao partido aferrado à institucionalidade, o PT realmente reformulou-se ao longo do período da globalização capitalista, pois as maiores mudanças internas do PT podem ser detectadas ao longo dos anos 90, período de consolidação neoliberal no Brasil.

Assim, no governo, costura uma inusitada convergência com o neoliberalismo econômico. Mesmo antes de assumir o governo, Lula já defendia o cumprimento de todos os acordos com o grande capital financeiro, passando a ser cortejado pelos organismos internacionais. Por quê? Porque o governo Lula, convicto da impossibilidade de enfrentar, mesmo que de forma tímida, o grande capital e o neoliberalismo globalizante, assume uma gestão econômica muito próxima do governo anterior, esperando, porém, aplicar uma política social mais profunda do que a do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso.

Assim, sob controle do núcleo do poder estatal, trama essa inusitada aliança entre setores do grande capital, financeiro ou produtivo, com os setores pobres, consubstanciada no programa Fome Zero e na manutenção da política econômica ortodoxa de FHC. Portanto, os rumos do governo apontam que o PT, depois de tantos anos de disputas entre tendências social-democratas e socialistas, tornou-se, pragmaticamente, um partido majoritariamente liberal-social.⁴

Dessa maneira, recebe apoio do FMI e de grandes empresários, realiza a reforma da Previdência que combatia anteriormente e não leva a discussão da reforma agrária para o centro do debate político nacional. Resgata as propostas do governo FHC para o ajuste fiscal do país e beneficia o capital financeiro, afirmando

que os contratos não podem ser rompidos e que devem ser honrados.

4- A outra globalização: movimentos sociais e trabalhadores

Por outro lado, o internacionalismo, dentro da tradição socialista, aparece como uma das possibilidades críticas de superação das relações capitalistas. A superação das diferenças regionais, locais, produtivas e de conhecimento, a superação da divisão entre o trabalho manual e intelectual, como a forma emancipatória das sociedades humanas, é defendida nas diversas concepções socialistas, comunistas e anarquistas. A perspectiva emancipatória apresenta-se como internacional, sem distinções entre regiões, nações, povos e culturas. “Nem pátria nem padrões”, diziam os anarquistas. “Proletários de todo o mundo, uni-vos”, diziam socialistas e comunistas.

No Manifesto Comunista de 1848, Marx e Engels (1987) descrevem o processo de globalização do capitalismo, tanto na produção material como na produção intelectual, dizendo que a necessidade de expansão mercantil fez com que a burguesia explorasse e criasse vínculos em todo o mundo, dando um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os recantos do planeta. Para eles, as indústrias nacionais estavam sendo destruídas por indústrias internacionais que empregam matérias-primas vindas de todas as partes do globo. Esse fato criava novas necessidades, criando um intercâmbio e uma interdependência universal. E, esclarecem Marx e Engels, “tanto na produção material quanto na produção intelectual”, com o surgimento de uma literatura universal. Com isso, a burguesia arrastaria todas as nações para a civilização burguesa, pois todas seriam obrigadas a adota-

Com isso, a burguesia arrastaria todas as nações para a civilização burguesa, pois todas seriam obrigadas a adotarem o modo burguês de produção, criando um mundo à sua imagem e semelhança. Mas, também, e principalmente, criariam os “seus próprios coveiros”, ou seja, o proletariado.

rem o modo burguês de produção, criando um mundo à sua imagem e semelhança. Mas, também, e principalmente, criariam os “seus próprios coveiros”, ou seja, o proletariado.

Discutindo o atual estágio a globalização, Boaventura Santos Souza (2002) enxergou nesta um processo contraditório pois, se criou e cria um mercado mundial sob domínio do capital, poderia criar, concomitantemente, a possibilidade de globalizar os movimentos sociais. Conforme SOUZA SANTOS (2002), com a globalização, as diversas instâncias sociais, econômicas e políticas tornaram-se complexas e não-lineares, poderíamos denominar de “globalizações”, num movimento simultâneo de valorização do local e do global. Neste movimento, o “social”, em certo sentido, adquire uma autonomia frente ao político e ao econômico, mas também frente às tradições e aos nacionalismos, criando a alternativa das opções locais.

Mesmo entendendo a globalização como um processo de dominação do capital, SOUZA SANTOS (2002) procura alternativas dentro dessa nova configuração conflituosa e complexa que, na sua visão, não permite análises simplistas, pois os antigos localismos tendem a ser pressionados na tradição, no nacionalismo, na linguagem e na ideologia, criando novos e globalizados espaços sociais e novos localismos. Assim, este seria um momento de pressões hegemônicas e contra-hegemônicas, do novo e do velho, dos “de cima” e dos “de baixo”, do localismo e da globalização. Seria o localismo globalizado. Conforme o autor:

“Comecei por refletir sobre as mudanças em curso nas ciências sociais enquanto instrumentos de diagnóstico do presente, e expus minhas idéias sobre a globalização, um fenômeno velho-novo, complexo, que se, por um lado, é o rosto da arrogância do mercado fren-

A atual globalização é um processo de “globalitarismo”, ou seja, uma nova fase de totalitarismo obediente, representado, inclusive, no campo das idéias pelo pensamento único que, associada à tirania da informação e do dinheiro, resultaria nesse conceito.

te às suas vítimas, o veículo mais eficaz da expansão planetária do capitalismo, por outro lado, cria novas oportunidades para a luta contra a exclusão social, ao tornar possível a articulação global entre movimentos e organizações sociais que lutam, em diferentes sociedades, pelos mesmos objetivos da construção de uma sociedade mais justa, solidária e multicultural. Concluí com a idéia de que só o aprofundamento da democracia ao nível local, nacional e global pode pôr cobro à violência da fome e da guerra (SOUZA SANTOS, 2003)”.

Assim, buscando articular as instâncias locais e globais, SOUZA SANTOS (2001) defende: a) o aprofundamento da democracia,

superando o conceito liberal e representativo deste sistema; b) o apoio aos sistemas alternativos de produção, como as cooperativas não-capitalistas; c) o multiculturalismo e a cidadania multicultural que defendam não só a igualdade mas também a diferença; d) defesa da biodiversidade, com a valorização do conhecimento tácito e crítico às patentes de plantas; e) novo internacionalismo operário e f) apoio aos meios de comunicação e informação alternativos e democráticos.

Milton SANTOS (1996,1999) dizia que a atual globalização é um processo de “globalitarismo”, ou seja, uma nova fase de totalitarismo obediente, representado, inclusive, no campo das idéias pelo pensamento único que, associada à tirania da informação e do dinheiro, resultaria nesse conceito.

Mas para SANTOS (idem) a globalização poderia propiciar uma nova forma de organização, tanto dos países como das pessoas mais pobres:

“Todavia, graças à globalização está surgindo uma coisa muito mais forte: hoje é a história da maioria da humanidade que conduz à consciência da existência dessa tercermundialização



(que de alguma forma inclui também uma parte da população dos países ricos). Há uma formidável contradição em busca dos seus intérpretes, em busca de um discurso mais planetário e também nacional e local.” (1999, p. 35)

“Os ideais universalistas nunca tiveram uma oportunidade tão grande de se afirmar. A construção desse mundo novo, dessa outra globalização se dará por baixo, a partir de cada país e em cada país, e não de cima para baixo (...) O ponto de partida para se pensar alternativas seria então a prática, a vida, a existência de todos, uma política existencialista. Todos existindo e, por conseguinte, exigentes de respostas às suas necessidades básicas, redefinidas com a globalização.” (1999, p. 36)

Ou seja, dois autores críticos da globaliza-

ção capitalistas lançam sobre esse processo um olhar de possibilidades contra-hegemônicas. SOUZA SANTOS (2002) enxerga na globalização a possibilidade da globalização dos movimentos sociais e de trabalhadores, movimentos ecológicos e multiculturais. Milton SANTOS (1996, 1999) enxerga no processo uma nova possibilidade local, atravessado pelo global, de resistência e uma nova consciência dos mais pobres.

Conclusão

Observamos, no novo século, que independentemente do desgaste político do neoliberalismo, consubstanciado em vitórias eleitorais de partidos que se colocavam como anti-globalizantes/neoliberais, o movimento do capital continua a se expandir. Porém, as contradições e os conflitos instaurados em todo o processo continuam se acentuando e devastando o mundo do trabalho. Os direitos dos trabalhadores, duramente conquistados, são questionados e a subcontratação torna-se norma em nome da flexibilidade. Os governos de “esquerda”, como no caso brasileiro, assistem ao processo e, impotentes, sucumbem e assumem como inevitáveis às políticas econômicas neoliberais. A educação é debatida abertamente como possibilidade de ser transformada em mercadoria.

Mas essas questões não conseguem esconder que os trabalhadores e os movimentos sociais não foram eliminados. Mesmo que governos de “esquerda” se rendam à lógica mercantil, como sempre acontece na história, um novo movimento irromperá. Já assistimos, hoje, à organização de fóruns sociais autônomos. Em breve assistiremos à reorganização do mundo do trabalho pois, mesmo que os movimentos sindicais sucumbam as lógicas do capital, os trabalhadores continuarão a sofrer as contradições do sistema e, com certeza, procurarão seu caminho com autonomia na contramão das necessidades de reprodução do capital.

E mesmo que capitalismo neoliberal e globalizado esteja debatendo a educação em ter-

mos de seus interesses, um novo aprendizado está sendo construído nas lutas sociais. E, certamente, adentrará os muros da escola.

Notas

1. O crescimento dos Estados modernos trouxe o fortalecimento da noção da “coisa pública”, dos direitos públicos e a organização de sindicatos de funcionários públicos.
2. Como demonstram os governos socialistas que foram eleitos na Espanha (PSOE), França (PSF), Inglaterra (PT), Alemanha (SPD) e Itália (PDS).
3. SANTOS, Theotônio. Políticas neoliberais são incompatíveis com mandato de Lula. Correio da Cidadania, edição 364, 20 a 27/09/2003. www.correiodacidade.com.br .

Referências bibliográficas

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. *Poder e dinheiro: uma política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática.
- GENTILI, P. e SILVA, T.T.(Org) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Trabalho-educação e tecnologia: Treinamento polivalente ou formação politécnica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 14(1), p.17-28, jan./jun. 1989.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos estados nacionais diante do processo de globalização. *Estudos Avançados*. São Paulo, 9(25), 1995.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Respostas da sociedade civil à globalização. *Contexto e Educação*. Ijuí: Unijuí n.41, p. 50-66, jan./mar. 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.
- HARVEY, David *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- _____. Agricultura e mundialização. *Cadernos de sociologia*. n. especial, out. 1994.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MACHADO, Lucília. Prefácio. Trabalho & Educação. Belo Horizonte: NETE, n. 0, 1996.
- MARX, Karl. *Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1948*. São Paulo: Moraes, 1987.
- _____. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s.d], v. 1.
- _____ e ENGELS. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d].
- PETRELLA, Ricardo. A mundialização da tecnologia e da economia. *Revista Vozes*, Petrópolis: v.85, n.4, jul./ ago. 1991.
- SANTOS, Milton. Entrevista. Teoria e Debate. São Paulo: Perseu Abramo, ano 12, n. 40, fev/mar/abr 1999.
- _____. Território e sociedade. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
- SANTOS, Teotônio. *Economia mundial* Petrópolis: Vozes, 1994.
- SHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998a.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. *Entrevista. Teoria e Debate*, São Paulo: Editora Perseu Abramo, ano 14, n. 48, jun/jul/ago 2001.
- _____. Os processos de globalização. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997. 

Lula e o social-liberalismo

Thomas Coutrot*
Flávio Farias*

*Membre du Conseil scientifique d'Attac

**Professor da Universidade Federal do Maranhão

Tradução de Janete Luzia Leite, professora Adjunto Escola de Serviço Social UFRJ

Nas eleições municipais de outubro último, dois anos após a eleição de Lula, o veredicto dos eleitores brasileiros foi ambivalente. O PT avançou no norte do país, região rural e pobre onde sua influência é historicamente muito fraca. Em compensação, sofreu derrotas importantes no sul urbano, notadamente nos bastiões de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com a perda das prefeituras emblemáticas de São Paulo e Porto Alegre.

Como interpretar estes resultados? O avanço no norte comporta indubitavelmente dois parâmetros. Por um lado, Lula integrou na maioria parlamentar os representantes das oligarquias rurais do nordeste, e o voto rural possui uma forte dimensão clientelista. Por outro lado, as políticas sociais conduzidas pelo governo federal – notadamente o programa Fome Zero – melhoraram a sorte de alguns segmentos rurais deserdados. Quanto ao recuo no sul, o mesmo reflete a insatisfação da base popular do PT – funcionários públicos, assalariados, movimentos sociais, etc. – face a uma política econômica neoliberal que não ataca o desemprego, nem a precariedade, nem as desigualdades de renda.

Diariamente os investidores financeiros internacionais massivamente reafirmam a confiança no governo Lula. Os indicadores que

refletem o nível desta confiança são abundantemente comentados todos os dias na imprensa. Deste lado, tudo vai melhor: o “risco Brasil” (diferença entre as taxas de juros a longo prazo no Brasil e nos Estados Unidos) apresentou níveis historicamente baixos (481 pontos) em setembro de 2004. Os “C-Bonds” (títulos da dívida externa) são negociadas atualmente a 99% do seu valor nominal, o que indica que os investidores descartaram a hipótese de uma moratória da dívida externa brasileira.

Uma dívida esmagadora, mas sagrada

Esta obsessão pela “confiança” se explica facilmente: o país e, sobretudo, o Estado brasileiro, estão de tal maneira endividados, e os juros dos encargos tão pesados, que a menor alta das taxas de juros é uma ameaça mortal. Ora, uma mínima desconfiança dos investidores obriga a aumentar a taxa de juros para acalmá-los. A política aplicada com rigor e continuidade por Lula após sua chegada ao poder repousa sobre o pressuposto neoliberal fundamental: o caráter sagrado e intangível do reembolso da dívida pública e da liberdade de circulação dos capitais. Lula e seu ministro da Fazenda Antônio Palocci procuram extirpar toda suspeita de uma possível moratória ou de uma recusa, mesmo que parcial, do peso da

dívida. E agem assim para fazer baixar progressivamente as taxas de juros, para reduzir os encargos e permitir a continuidade do investimento público e privado.

Isto porque o peso da dívida pública é verdadeiramente esmagador: perto de 40 bilhões de dólares por ano servem para pagar os juros sobre os encargos da dívida; são 10% do PIB do país, muito mais que o orçamento para as despesas sociais federais! E isto, enquanto as receitas orçamentárias só representam 150 bilhões de dólares... Trata-se de uma verdadeira máquina de transferência da riqueza social para os credores do Estado, ou seja, os investidores nacionais e estrangeiros.

Ao chegar ao mandato no início de 2002, Lula e Palocci tiveram que enfrentar uma crise de confiança dos investidores (inflação, fuga de capitais). Eles imediatamente escolheram tranquilizá-los aumentando as taxas de juros, provocando assim uma recessão (-0,5% para o PIB em 2003) e um drástico aumento do desemprego. Em 2004 houve uma recuperação (+ 6%). Este crescimento é sobretudo puxado pelas exportações, que experimentaram um verdadeiro boom (+ 31% no primeiro semestre de 2004, notadamente dirigidas para a União Européia e China). O excedente do comércio exterior alcançou o nível recorde de 33 bilhões de dólares nos doze últimos meses. Entretanto, os salários não recuperaram seu nível anterior à recessão. A taxa de desemprego oficial, após ter alcançado 13% em 2003, desceu para 11% nas grandes cidades na metade de 2004. Aproximadamente dois milhões de empregos formais são criados em 2004, o que permitiu reduzir um pouco a proporção dos empregos “informais”, que não se beneficiam dos direitos trabalhistas nem de parte dos benefícios da Seguridade Social. Graças ao liberalismo dos anos 90, a proporção de assalariados “formais” apresentou uma queda de 55% para 45% na população ativa, em proveito dos assalariados “informais” e dos trabalhadores “independentes”, muitas vezes ocupados em atividades que garantem sua própria sobrevivên-

cia.

A inflação permanece baixa no país (7%) e tende a recuar, apesar da alta do preço do petróleo e das matérias primas. O que não tem impedido o Banco Central, obcecado pela inflação – como também outros bancos centrais – de interromper a baixa das taxas de juros praticadas há um ano, e aumentar recentemente as taxas de base. A taxa de juros real é de mais de 9% por ano, uma das mais elevadas do mundo.

A Camisa de Força do Excedente Primário

O objetivo prioritário do primeiro governo Lula é claramente enunciado no documento de referência “Política Econômica e Reformas Estruturais”, publicado pelo Ministério da Fazenda em abril de 2003. O objetivo anunciado era de “sair da armadilha da dívida” para “recuperar o crescimento econômico sobre bases duráveis”. Mas a “saída da armadilha” se faz a um alto preço: por um “ajuste fiscal definitivo”, isto é, dispendendo, a cada ano, enormes excedentes orçamentários “primários” (antes do pagamento dos juros da dívida), esperando assim reduzir a dívida pública de quase 60% do PIB de hoje para 30% em 2011. No momento em que o FMI exigia um excedente de 4% do PIB, o governo voluntariamente fixou para si próprio o objetivo de um excedente primário do orçamento de 4,25%, e depois de 4,5%! Provavelmente irá gerar um excedente superior a 5% em 2004 por não ter utilizado na totalidade os recursos constantes no Orçamento aprovado.

Devido a esta boa lógica neoliberal, não é um problema aumentar os impostos; são as despesas e os investimentos públicos que estão duramente presos em uma camisa de força. Esta estratégia “realista” é seguramente um alto risco. De um lado, o esforço colossal exigido ao povo brasileiro só pode surtir efeito se a taxa de juros real diminuir definitivamente, sem o que a dívida continuará a crescer como uma bola de neve. Ora, a liberalização finan-

ceira faz com que as taxas brasileiras dependam estreitamente das taxas americanas. Sua alta – provável e já iniciada – colocará esta estratégia sob forte tensão.

Por outro lado, as despesas públicas e os salários estão condenados à estagnação. Com efeito, as despesas das aposentadorias são indexadas pelo salário mínimo: se o governo deseja cumprir a promessa eleitoral de Lula de dobrar o nível deste último, isto custará caro ao orçamento do Estado. Nestas condições, o consumo paralisa e o crescimento, que repousa somente nas exportações, não poderá ser durável. A economia brasileira somente agrava sua dependência perante a economia mundial e de financiamento internacional.

A Agenda Neoliberal

O governo anunciou que fará votar “a autonomia operacional” do Banco Central, cujo “objetivo primordial é de recuperar a estabilidade da moeda”. Entretanto, o Banco continuará – diferentemente do Banco Central europeu – a ter, em princípio, seus objetivos fixados pelo governo e sua autonomia somente se exercerá no escopo destes objetivos. Mas, na prática, e antes mesmo de haver obtido formalmente sua autonomia, o Banco Central faz a lei, o que dá margem a contorções muito penosas para o governo.

Assim, para evitar as perseguições por fraude fiscal do presidente do Banco Central H. Meirelles, homem de confiança dos meios financeiros, Lula procurou fazer passar um decreto dando a Meirelles a mesma imunidade que a um Ministro; o Supremo Tribunal se opôs a esta medida completamente ilegal. Outro episódio revelador: para evitar que o Banco Central brasileiro não aperte o gatilho da alta das taxas de juros, a central sindical próxima ao PT, a CUT, negociou em segredo com a Fiesp (a federação patronal de São

Paulo) um projeto de “Pacto Social”: a idéia geral é obter uma redução das taxas de juros em troca de uma política de moderação negociada dos preços e dos salários. Ainda que Lula tenha sustentado publicamente este projeto, seu ministro da fazenda Palocci apressou-se a enterrá-lo, qualificando-o de “inflacionista”: na vulgata neoliberal somente o grosso tacão da política monetária (e da recessão) pode dominar a inflação.

O projeto orçamentário de 2005 prevê um “retorno social”? O governo anuncia: crescimento esperado de 6% do PIB e de 9% da massa salarial, alta do salário mínimo de 8% (e, portanto, a um nível menos irrisório para um país tão rico como o Brasil, de 100 dólares); e

tudo graças a uma baixa da taxa de juros nominal de 13,5%. Infelizmente, podemos duvidar de seu realismo: Palocci não controla as taxas de juros nem as taxas de câmbio e nem o crescimento mundial que influencia tão fortemente a economia brasileira e ele ainda escolheu renunciar a qualquer tentativa de desenvolvimento econômico autônomo.

Ao contrário: desde o início, Lula conduziu múltiplas “reformas estruturais” que seguiram fielmente as receitas neoliberais. O governo privilegia sistematicamente os setores exportadores, a fim de aumentar o excedente comercial. A Reforma da Previdência visou reduzir as despesas com o regime público, relativamente vantajoso em relação ao regime geral. A Reforma Fiscal procura simplificar as taxas de impostos e evitar os impostos em cascata. Mais recentemente, a reforma da lei sobre falências foi anunciada como uma ocasião para reduzir as taxas de juros, facilitando o pagamento das garantias de recebimento pelos bancos dos créditos não pagos. Na verdade, melhorando a condição de recuperação dos empréstimos inadimplidos pelos maus pagadores, os bancos poderiam

Desde o início, Lula conduziu múltiplas “reformas estruturais” que seguiram fielmente as receitas neoliberais. O governo privilegia sistematicamente os setores exportadores, a fim de aumentar o excedente comercial.

reduzir suas taxas de juros para os bons pagadores. Esperança muito otimista quando se conhece o grau de concentração e de cartelização no seio do sistema bancário brasileiro, que preferirá indubitavelmente aumentar seus lucros. Quanto às reformas anunciadas para após as eleições municipais, elas não marcarão nenhuma virada à esquerda, quer se trate da autonomia do Banco Central, da reforma do sistema de negociação coletiva (“Reforma Sindical”, que talvez vá permitir o reconhecimento do sindicalismo dentro da empresa) ou da reforma do direito do trabalho (“Reforma Trabalhista”, que visa flexibilizar ainda mais um mercado de trabalho já por demais flexibilizado).

A esquerda do governo em dificuldades

Os setores progressistas do governo estão em dificuldades. Para a esquerda do PT este governo está “em disputa” entre neoliberais e progressistas. Mas a influência destes últimos, confinada aos “ministérios sociais”, é pequena. A Secretaria de Estado da Economia Solidária, dirigida por Paul Singer, esperava aproveitar-se da reforma das falências para adotar disposições que facilitassem a recuperação das empresas em falência por seus empregados: ela fracassou, dada a dominação dos setores financeiros sobre as decisões da política econômica. O Ministério do Desenvolvimento Rural, dirigido por Miguel Rosseto, teve que se contentar, por razões orçamentárias, com um plano de Reforma Agrária extremamente modesto, tendo em conta a situação dos camponeses sem-terra (400000 assentamentos de famílias sem-terra em 4 anos quando estimava-se em 5 milhões o número de famílias potencialmente merecedoras). Mas, após ter patinado em 2003, dificilmente ele conseguirá realizar a metade dos 110 000 assentamentos previstos em 2004. O já modesto

plano de Reforma Agrária não logrará ser complementado, salvo forte pressão dos camponeses sem-terra e dos movimentos sociais urbanos.

O programa “Fome Zero”, após inícios difíceis, parece-se com um copo cheio pela metade. Ainda que dominado por uma lógica de assistência (os vale-alimentação), ele comporta medidas mais estruturais, como o desenvolvimento importante do crédito barato destinado à agricultura familiar, sob a égide do Ministério do Desenvolvimento Rural (1,5 bilhão de dólares em 2003) ou de campanhas de alfabetização e de escolarização, condição para que as famílias percebam uma renda mínima garantida (a “bolsa-família”). O programa, em rápida expansão, atendeu, ao final de 2004, cerca de 7 milhões de famílias, sobretudo rurais, o que o faz o maior programa social da América Latina, por um custo orçamentário muito pequeno: 2 bilhões de dólares em 2004. Trata-se de uma tentativa de conduzir uma “política social inteligente” dentro das linhas

das recomendações recentes do Banco Mundial. Esta política não possui um efeito massivo sobre a distribuição de renda ou sobre a dinâmica da economia brasileira. Ela permite, contudo, reduzir a enorme pobreza nas zonas mais deserdadas do campo. O esforço, doravante, deverá ser levado aos subúrbios das grandes cidades.

Não à sociedade de mercado?

Lula procura repetir o refrão de Lionel Jospin, “sim à economia de mercado, não à sociedade de mercado”. Trata-se de acelerar a integração subordinada do Brasil à mundialização neoliberal, negociando o melhor possível as condições desta integração. A formação do G20 quando do Encontro de Cancún em outubro de 2003 não visava recolocar em pauta a mundialização liberal, mas pressionar os Estados Unidos e a União Européia para obter a abertura dos mercados do Norte e conseguir

O mais inquietante é a desmobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais. A pressão dos movimentos dos camponeses sem-terra (MST) continua forte, mas somente ele não pode desbloquear a situação.

uma liberalização mais assimétrica dos mercados mundiais. Ao mesmo tempo, Lula apresentou inflexões em relação a seu predecessor Fernando Henrique Cardoso: o processo de privatizações foi detido (em favor das “parcerias público-privado” inspiradas em Tony Blair), o sistema bancário público desenvolveu massivamente o microcrédito para os pequenos produtores e os consumidores de baixa renda, o Ministério do Planejamento tenta lançar uma política industrial para reforçar os setores exportadores. As políticas sociais colimadas fragilizam um sistema de proteção social universal que jamais pôde se desenvolver plenamente no Brasil – assim, o seguro-saúde continua extremamente deficiente, fazendo com que o sistema público seja, de fato, freqüentado unicamente pelos pobres. Estas políticas, na verdade, são a imagem do RMI1 na França, o qual não mudou a expressão da pobreza nem das desigualdades, mas somente impediu que a situação se tornasse pior e contribuiu para o aprofundamento do liberalismo.

O mais inquietante é a desmobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais. A pressão dos movimentos dos camponeses sem-terra (MST) continua forte, mas somente ele não pode desbloquear a situação. Certamente o leve recuo do desemprego permitiu recentemente a eclosão de importantes greves pelo aumento dos salários, notadamente os salários dos bancários ou dos petroleiros. Mas o movimento sindical permanece sem ação; numerosos antigos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (a principal confederação, fundada por Lula) participam do governo. O desenvolvimento dos fundos de pensão, promovidos pela recente Reforma da Previdência, leva água ao moinho dos burocratas sindicais. Longe de se apoiar na mobilização popular, o PT adotou nas últimas eleições municipais métodos eleitorais à americana, com campanhas publicitárias milionárias. A corrupção é sem dúvida menor que nos governos anteriores, mas é bastante

presente. Se Lula ainda está bem colocado para postular uma reeleição, pode-se perguntar o que restará do projeto social-democrata nacionalista, já bem moderado, que o PT propôs aos eleitores quando da campanha presidencial de 2002.

Notas

1. O RMI (Revenu Minimum D'insertion – Renda Mínima de Inserção) é um benefício destinado a evitar rupturas sociais, reforçar a coesão social e favorecer a integração tanto social quanto profissional. A política de inserção privilegia a economia e o retorno ao emprego. É destinado a quem tem dificuldades financeiras. Fazem jus ao benefício aqueles que tem mais de 25 anos (no caso das mulheres, são também elegíveis aquelas menores de 25 anos e estão grávidas ou já possuem uma ou mais crianças sob sua responsabilidade (são consideradas pessoas sob a responsabilidade do titular do RMI, além de seus filhos, outros menores de 25 anos como cônjuges e parente de até 4º grau). Exigências: a renda mensal deve ser inferior ao valor do RMI; fazer o contrato de inserção ao sistema; ser residente na França (os estrangeiros devem ter um visto de permanência, seja de trabalho temporário seja de visita familiar, que permita pelo menos 5 anos de residência regular na França). O valor a ser percebido varia de acordo com uma tabela, sobre a qual é calculado a depender da categoria de inserção (exemplo, um ou dois filhos, vive solteiro ou em casal). Para o cálculo da renda mensal são considerados: Seguro Social para doenças e acidentes de trabalho; seguros-desemprego; aposentadorias, pensões e rendas; pensão paga a adultos deficientes físicos; renda de bens móveis e imóveis; renda de trabalhos e de estágios. O benefício dura de três meses a um ano, dependendo do contrato. Entretanto, a cada três meses é realizada uma atualização da renda para se calcular mudanças no valor. O depósito se extingue se a renda mensal do beneficiário ultrapassar o valor máximo do RMI. Em caso de falecimento do titular, o benefício é cortado no mês seguinte. Outros benefícios decorrentes do RMI: Cobertura Universal de Doenças (CMU = Couverture Maladie Universelle) e a Cobertura Complementar que assegura total direito para receber medicamentos e hospitalização; fica isento da Taxa de Habitação; tem a Redução Social Telefônica. 

A militarização da política americana

Alberto Moncada

Presidente da organização Sociólogos sem Fronteiras.

Tradução de Edmundo Fernandes Dias, professor aposentado da Unicamp e 3º secretário do Andes-SN

Dana Priest, em um livro recente “The Mission: Waging War and Keeping Peace with American Military” (Norton, 2002), explica o desenvolvimento dessa militarização: “Esta evolução se produziu pouco a pouco”, escreve Priest, “sem que ninguém percebesse com clareza, os militares iam preenchendo um vazio criado por uma Casa Branca indecisa, um Departamento de Estado atrofiado, um Congresso distraído ...”. Soa um pouco a golpe de estado, mas, no fundo, se encaixa perfeitamente na doutrina de um grupo de ultradireita que se apoderou da vontade de Bush. E o que eles chamam de Novo Século Americano não é senão um Governo dos Estados Unidos, que se auto-adjudica a hegemonia mundial e a capacidade de intervir onde estime conveniente e para as missões que decida, antes inclusive que se produzam acontecimentos visíveis: a chamada doutrina da guerra preventiva. O Secretário de Defesa, Rumsfeld, crê firmemente na militarização da política externa americana e, até agora, conseguiu impô-la a seu Presidente, em que pesem as queixas de seus aliados e protestos do Departamento de Estado. Bush crê nessa doutrina com o mesmo fervor de seu fanatismo religioso recém-descoberto. Recentemente declarou que “nossa guerra contra o terrorismo começa com a Al-Qaeda, mas

não terminará enquanto todos os grupos terroristas que existem no mundo não sejam encontrados e vencidos”, o que coloca o mundo militar no posto de comando da política americana e tem sido confirmado com um orçamento que supera os cálculos mais otimistas e tem tido um efeito demolidor sobre os gastos sociais do país, progressivamente reduzidos em favor da Defesa. Curiosamente, a diminuição dos gastos sociais inclui uma diminuição dos benefícios aos veteranos de guerra.

Uma boa parte dos neoconservadores que rodeiam Bush são militaristas. A Wolfowitz, Subsecretário de Defesa, se atribui a declaração de que: “esta é uma guerra pelo petróleo, que mais pode ser?” como querendo dar importância ao aspecto estratégico, hegemônico. Wolfowitz protege o grupo desses políticos militaristas que nem sempre se dão bem com os comandos militares, obviamente preocupados pelas dimensões técnicas das novas aventuras bélicas da Casa Branca. Um motivo a mais de desconforto para a burocracia americana foi a decisão dos neoconservadores de criar um núcleo próprio e autônomo para a informação e planificação da guerra do Iraque no Pentágono, desvinculada do Departamento de Estado e das Agências de Informação. Esse núcleo, denominado Escritório de Planos Especiais, tratou de

estabelecer a doutrina oficial sobre a intervenção militar acentuando os perigos que tornam a guerra preventiva necessária em face das incertezas de que a burocracia oficial fala.

Em última instância, os políticos militaristas foram os verdadeiros atores da decisão executiva que um Congresso favorável ao Presidente e um público emocionalmente seqüestrado pela catástrofe do 11

É a consolidação da política externa militar que substitui progressivamente a diplomática. E é um novo modelo de imperialismo: bases em vez de colônias.

de setembro aceitaram sem maiores averiguações. A imprensa cumpriu apenas sua função de investigação independente.

A tradição militarista da política externa americana nasce com a Doutrina Monroe, “América para os americanos”, que coincide com as primeiras aventuras expansionistas dos finais do século XIX, ainda que tenha precedentes na colonização inglesa do Novo Mundo. A colonização foi, também, uma guerra de conquistas e seu resultado foi o fechamento da população nativa¹ em reservas. Ao longo dela, desenvolveu-se um espírito pioneiro e agressivo, que fazia dos colonos homens armados para a conquista e defesa de suas posses frente aos índios, até que estes foram derrotados. O espírito de fronteira, como era chamado, composto também por um individualismo auto-suficiente frente à natureza física, deu origem à tradição vigilantista nascida da ausência de autoridades civis naquela primeira etapa e que está na origem dessa obsessão dos americanos pelas armas, o que contribui para o êxito do lobby político constituído pela Associação Nacional do Rifle.

A expansão de finais do século XIX começou com a guerra de cuba, em relação à qual Washington se colocou, primeiramente sem muita gana e, logo, como uma espécie de distração do tédio da classe política da época. Improvisou-se uma racionalidade bélica, improvisou-se um exército e, desde então, o militar começou a fazer parte da política até

que as duas guerras mundiais o converteram no eixo fundamental da política externa e, especialmente, do controle dos mercados externos para as empresas americanas. Tanto é assim que o general Eisenhower pôs o país em guarda quanto aos perigos da aliança do Exército e Indústria que chegou, hoje, a extremos verdadeiramente inverossímeis e de difícil redução em curto prazo².

Durante a época da guerra fria, o exército americano se acostumou a intervir na América Latina principalmente para defender os interesses das empresas americanas. E, de imediato, criou-se uma racionalidade, a luta contra o comunismo, mediante a qual se intervinha quando os governos eleitos pelos povos não eram do agrado de Washington.

A história de Cuba, Nicarágua, Panamá, Santo Domingo, Guatemala e Chile não pode ser entendida sem essas intervenções militares americanas que se, algumas vezes, foi pontual, em outras, desembocava em uma ocupação permanente, mais ou menos justificada como cooperação com as forças armadas locais.

A Escola das Américas, inicialmente instalada no Panamá, e logo em Fort Benning, Geórgia, foi e é um lugar de treinamento técnico e ideológico de militares latino-americanos que aprendem, entre outras disciplinas, como reprimir suas próprias populações com táticas que o exército americano desenvolveu no Vietnã e que conta também com a cooperação israelita, o outro sócio da dominação militar americana no mundo.

Chalmers Johnson, no livro “The Sorrows of Empire” (Metropolitan Books, 2004) documenta a progressiva instalação de bases americanas no mundo, onde seus interesses devem ser defendidos. É a consolidação da política externa militar que substitui progressivamente a diplomática. E é um novo modelo de imperialismo: bases em vez de colônias. Anteriormente, os presidentes Bush (pai) e Clinton apostaram exercer o seu domínio mundial por intermédio das instituições internacionais. O Fundo Monetário Internacional e o Acordo de

Livre Comércio tinham imposto algumas regras de globalização favoráveis a um imperialismo de caráter econômicos. Bush(filho) prefere o imperialismo militar (Alberto Moncada, Projeto de Novo Século Americano. El noticiero de las ideas, fevereiro-março de 2004).

O Oriente Médio, em razão das explorações petrolíferas da região, depois que suas alianças se enfraqueceram devido, sobretudo, à queda do Irã em mãos não tão amigas quanto aos do deposto Reza Pahlevi, continua sendo, naturalmente, a região onde se concentra o maior esforço bélico. A aliança com Israel e os desentendimentos com outros líderes anteriormente amigos, como Sadam Hussein, dão o tom marcadamente militar da política externa na região.

Na década de noventa, a política de instalação de bases se amplia na Ásia Central, outro lugar petrolífero importante. No conjunto, cerca de 280 bases militares estão espalhadas em todo o planeta como evidência da missão imperial que Washington assumiu desde a queda da União Soviética. As bases substituem as colônias.

As bases representam a mais importante rubrica do orçamento da Defesa. Na administração Bush(filho), um Congresso complacente acostumou-se a entregar vultosas verbas para a Defesa, sem expressão nem discussão de rubricas. Devido a essa circunstância, existem bases secretas, com uma nova missão cada dia mais importante: a espionagem. A rede de bases com finalidade principalmente de espionagem eletrônica está documentada no livro de Johnson, que confessa haver tropeçado em grandes obstáculos no momento de investigá-las.

A política de bases não conta com a simpatia dos países receptores. Em primeiro lugar, a autonomia que se pretende, criar uma região privilegiada de atuação, produziu enfrentamentos legais que as autoridades americanas nem sempre sabem resolver. As permanentes violações da lei local pelos soldados, os incidentes de violações, acidentes, etc., protagonizados pela população ocupante, acrescentam motivos ao aintiamericanismo militante que se

começou a nutrir da subordinação de regimes corruptos à política americana e que desencadeou o terrorismo islâmico convertido no novo inimigo mundial a derrotar. E, paralelamente, instâncias pró-democráticas nesses países se unem ao nacionalismo religioso puro para opor-se violentamente ao novo imperialismo americano de índole militar.

A militarização da política americana tem uma versão nacional para o público interno. Em primeiro lugar, a indústria militar forma parte especial desse grupo de grandes corporações que decidem as eleições, apoiando economicamente os candidatos. De fato, há uma

primeira seleção destes produzida por meio de apoio econômico. Os que não dispõem de ficam fora das campanhas. E o apoio, naturalmente, há que pagá-lo logo, com favores desde o poder. A indústria militar juntamente com a petrolífera, a farmacêutica e a de comunicações são os quatro grandes setores que decidem cada vez mais quais são os candidatos em disputa para a Casa Branca e o Congresso. A indústria militar tem seus peões na Administração por meio da política de empregos públicos, exemplificada pelo Vice-presidente Cheney, algumas vezes na Administração e, outras, nas empresas que dependem dela.

A importância da indústria militar é tal que uma nova maneira de fazer a guerra é subcontratá-la. Desde que o serviço militar obrigatório foi suprimido nos Estados Unidos, as Forças Armadas estão constituídas por profissionais e mercenários. Estes últimos são, em geral, homens e mulheres pobres para os quais o exército paga os estudos em troca de irem à guerra se chamados. Seu treinamento é pior que o dos profissionais e constituem a bucha de canhão, a infantaria, que sofre as maiores baixas, como se viu na guerra do Iraque. Bush chegou mesmo a conceder a nacionalidade americana aos emigrantes ilegais que se apre-

Desde que o serviço militar obrigatório foi suprimido nos Estados Unidos, as Forças Armadas estão constituídas por profissionais e mercenários.

sentaram para a guerra. Mas trata-se de compensar a debilidade de preparo das tropas com a subcontratação das tarefas mais sofisticadas, as mais técnicas, as baseadas nessa informática computadorizada que define as novas armas. Subcontrata-se, também, o treinamento militar dos soldados próprios e de países colaboradores e, inclusive, a própria gestão das novas bases militares (Johnson, obra citada).

Ao Império Americano pode ocorrer o que aconteceu com os demais, uma progressiva deterioração econômica do país pelo peso do gasto imperial e um correlativo abandono de sua posição hegemônica imposto pelas circunstâncias.

Os horrores da guerra retornam também no comportamento de muitos veteranos que somatizaram suas angústias e se convertem, como já o fizeram outros veteranos, em violadores, assassinos e parricidas. Outro desses subprodutos letais das contendas são as novas doenças dos veteranos e os nascimentos de filhos monstruosos em razão da exposição às armas e produtos químicos agressivos, sentidos especial-

mente pelas populações invadidas.

As novas leis patrióticas, ditadas a partir de 11 de setembro, são outra importante consequência da militarização nacional. Amparados pela ânsia de segurança da população e com base em uma ideologia ultraconservadora definida pelo Ministro da Justiça, Ascroft, o governo americano impôs uma política de controle e censuras que vão da limitação das liberdades individuais ao cerceamento da liberdade de expressão e que atingem o seu auge na obsessão contra os visitantes do país que lhes pareçam suspeitos de antiamericanismo. No outono de 2003, um professor grego, convidado para um Congresso pela Universidade de New York, foi detido no aeroporto, interrogado sobre sua ideologia e obrigado a comparecer ao FBI. Ele preferiu abandonar o país. A causa dos maus tratos deveu-se ao fato de ter aparecido, em sua biografia, sua participação juvenil em uma greve contra a ditadura dos coronéis gregos que foram, como se sabe, apoiados pelo governo americano. Os funcionários dessa

política patriótica se sentem cada vez mais capazes de violar os direitos individuais, e alguns ameaçam cidadãos americanos de enviá-los para Guantanamo, símbolo hoje da ruptura da ordem jurídica internacional.

A situação existente é difícil de reconduzir, mesmo que, em novembro, Bush pareça ser reeleito³. Desde o fim da guerra fria, ambos os partidos e, sobretudo, seus padrinhos econômicos, têm se sentido muito confortáveis com o modelo de globalização capitalista vigente e não têm tido muitos escrúpulos na hora de ignorar suas nocivas conseqüências sociais e ecológicas. O incremento paulatino das desigualdades nacionais e internacionais se apresenta como um dos fatores desencadeantes do que alguns chamam de terrorismo e outros de reivindicação armada. Talvez uma administração democrática mais sensível e mais bem assessorada possa começar a dismantlar o embargo que os militaristas têm sobre a política americana e levá-los a entender que a situação da Palestina e a desigualdade são mais relevantes que o fanatismo religioso na hora de compreender o antiamericanismo. Mas, não existem muitas garantias disso. Como Johnson afirma, ainda, em seu primeiro livro: “Blowback. The costs and consequences of American Empire” (Free Press, 2000), ao Império Americano pode ocorrer o que aconteceu com os demais, uma progressiva deterioração econômica do país pelo peso do gasto imperial e um correlativo abandono de sua posição hegemônica imposto pelas circunstâncias.

Notas

1. (NT) O termo nativo está no texto original e designa a população que habitava originalmente o território hoje estadunidense. Em várias línguas a palavra ganhou um sentido racista e colonialista.
2. (NT) Trata-se do chamado Complexo Industrial-Militar
3. O texto é anterior a eleição americana. **US**



Colonialismo: um crime contra a humanidade ainda a ser reparado

Waldir José Rampinelli

Professor de História na Universidade Federal de Santa Catarina

Os crimes praticados pelo governo nazista levaram a Alemanha, no início dos anos 50, a entrar em negociações com instituições judaicas, assinando um acordo de indenização no valor aproximado de US\$ 60 bilhões. Isso aconteceu sem grandes pressões internacionais¹. Hoje, com todo o grito e o clamor dos povos do Terceiro Mundo por uma nova ordem econômica mundial, ocorrem apenas alguns pedidos de desculpa pelo colonialismo e o escravismo e, às vezes, renegociações de suas dívidas externas. O perdão e a reparação não fazem parte da agenda do grupo dos sete países mais ricos (G-7)

A Idade Moderna, também denominada época dos *descobrimientos*, inaugurou uma nova forma de acumulação: o colonialismo. O mundo foi conquistado pelas potências europeias, causando às populações nativas um verdadeiro genocídio. Nenhum crime do século XX, diz Tzvetan Todorov, pode ser comparado aos massacres daquele período. O *livro negro do colonialismo*², que começa no século XVI e chega à atualidade, conclui que, se ontem o mecanismo de dominação foi o colonialismo e mais tarde o imperialismo, como também o neocolonialismo, hoje é a globalização.

Esse livro, fazendo par com o do *comunismo* e o do *capitalismo*, mostra a pilhagem das riquezas das terras dominadas. No entanto, ele é benevolente com as metrópoles ibéricas, vistas por Marc Ferro como menos sanguinárias que as demais européias, já que espanhóis e portugueses queriam fazer dos indígenas seres cristãos. Refere-se à carta emitida pelo Papa Paulo III, em 1537, na qual se dizia que os nativos eram portadores de alma e não animais selvagens. O conteúdo desse documento, porém, jamais chegou à América, e coube a alguns religiosos isolados, como Las Casas e Montesinos, fazer a defesa dos indígenas. Não há colonialismo brando quando se trata de dominar para expropriar. Neruda sintetizou a chegada de homens estranhos em um verso: “a espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem”. A resistência dos nativos, no entanto, logo se fez presente, esparramando-se por todo o continente. O grito de Tupac Amaru, quando sentiu que seria esquarterado, foi o de que *muero, pero volveré hecho millo-*nes.

Na verdade, é um equívoco pensar em exploração mais humana, já que a América Latina paga até hoje o preço dessa subjugação. Os indígenas passaram, por exemplo, por um processo de extinção em algumas regiões. Contra eles, e mais tarde contra os negros, o peso da escravidão. “O que o burguês supercristão do século XX não perdoa a Hitler” – já assinalava Aimé Césaire, o poeta antilhano de Guadalupe – “não é o crime em si, não é a humilhação do homem em si, mas o crime contra o homem branco [...] de ter aplicado à Europa procedimentos colonialistas que até então só abrangiam os árabes, os cules da Índia e os negros da África”³.

Ferro apresenta a Igreja e o Exército como instituições igualitárias na América luso-hispânica. Na verdade, ambas foram discriminatórias com os indígenas e os negros, pois eles ocupavam espaços inferiores nos atos religiosos e também não ascendiam na carreira militar como os brancos. Simón Bolívar, quando os

convocou a fazer parte de seu exército libertador, teve que lhes prometer terra e liberdade, ou seja, igualdade. Só assim os descalços o seguiram na travessia dos Andes.

O historiador francês Marc Ferro, organizador do livro e único representante da Escola dos Annales, que se dedica ao estudo da história contemporânea, mostra o racismo como um componente fundamental do colonialismo. Classifica-o em dois tipos: um que se baseia na desigualdade, isto é, seres humanos menos desenvolvidos, mas que poderiam, eventualmente, ascender à condição do conquistador; outro que se escora em “diferenças de natureza ou de genealogia entre certos grupos humanos” que jamais chegariam à condição do europeu. Charles Boxer já dissera “que uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em grande escala, por mais de três séculos, sem adquirir um sentimento, consciente ou não, de superioridade racial”⁴. Respondia aos escritores portugueses modernos que afirmavam que seus compatriotas nunca tiveram qualquer sentimento preconceituoso de cor ou de discriminação contra o negro africano.

O colonialismo pode se transformar em uma forma de dominação totalitária, sempre e quando utiliza de sua própria ideologia e mantém a maior parte da população dominada por razões racistas. Muitos traços, diz Ferro, aproximam as práticas colonialistas daquelas dos regimes totalitários, tais como os massacres, o confisco dos bens de uma parte da população, o racismo e a discriminação correspondente.

O conceito de neocolonialismo, nova forma de imperialismo, é apresentado no livro como criação de Kwame Nkrumah – primeiro-ministro de Gana – para definir “a situação de um Estado independente em teoria e dotado de todos os atributos da soberania, mas que, na realidade, tem sua política dirigida a partir do exterior”. As potências imperialistas já não queriam controlar formalmente as velhas colônias, mas tão-somente ajudá-las a se desenvolver, substituindo “uma presença visível por um governo invisível, o dos grandes bancos: Fun-

do Monetário Internacional, Banco Mundial etc.”⁵ Edward Goldsmith diz que a única solução foi ampliar “nossos” mercados ao Terceiro Mundo, incorporando-os ao sistema industrial, dentro da órbita de “nosso” comércio. E essa é a parte central do que foi a conferência de Bretton Woods, em 1944.

O *colonialismo sem colonos* é outro fenômeno de dominação, no qual uma nova classe dirigente, autóctone e muito minoritária, enxertada nos grandes bancos, subjuga suas populações. Desse modo, os colonizados puderam livrar-se dos colonos, mas não do imperialismo nem de certos traços do colonialismo.

Algumas faltas com a América Latina

O *livro negro do colonialismo*, ao se referir à América Latina, mantém um silêncio doído sobre a última colônia de nosso continente: Porto Rico. Nenhuma palavra com relação à luta dos independentistas, alguns deles presos nas masmorras estadunidenses há mais de 20 anos. Embora a ilha leve o nome de Estado Livre Associado (ELA), é, na verdade, uma terra submetida inteiramente aos interesses estratégicos de Washington. Isso porque por aí passam algumas das principais rotas marítimas de petróleo que abastecem os Estados Unidos, como também porque Porto Rico está localizado na entrada do Canal do Panamá. Para complicar ainda mais a situação dessa colônia, ela se encontra muito próxima da Cuba socialista. O domínio sobre os assuntos portorriquenhos é tão grande, diz Maldonado-Denis, que já não somos uma neocolônia como a República Dominicana ou o Haiti, senão uma colônia no sentido clássico da palavra⁶.

Já a revolução dos escravos negros no Haiti, a derrota imposta ao exército de Napoleão e a primeira terra a proclamar a sua independência na América Latina são temas tratados no livro. No entanto, perdeu-se a oportunidade de mostrar que Toussaint L’Ouverture, comandando os negros haitianos, derrotou os planos coloniais de Bonaparte e o propósito de conquistar a Luisiânia⁷. Desse modo, teve participação efetiva na manutenção da integridade territo-

rial e no processo de independência dos Estados Unidos. É óbvio que o orgulho anglo-saxão não reconhece tais fatos.

No *livro negro*, usam-se termos que expressam conceitos polêmicos. Dizer que a América Latina é um Novo Mundo ou que foi descoberta, quando os indígenas estavam aqui há mais de 50 mil anos, é, no mínimo, questionável. Também se chega ao extremo de apresentar como razão da conquista a conversão das nações pagãs ao cristianismo. “A busca do ouro, embora não dissimulada, só vem depois”⁸. Na verdade, os europeus, como porcos famintos, ansiavam pelo metal precioso.

Dos nove autores que escrevem sobre a África, nenhum deles trata da última colônia existente naquele continente: o Saara Ocidental e a luta da Frente Polisário por sua independência. Todos os anos, na Quarta Comissão da ONU, onde se discute o processo de descolonização, é lembrado o nome da República Árabe do Saauri Democrática. Os saarauís dizem que são pouco falados na imprensa internacional porque não costumam recorrer ao terrorismo. Por enquanto...

A história como arma de dominação

A história, como as outras ciências, será sempre incompleta se não ajudar as pessoas a viver melhor. Ela tem obrigação de trabalhar em favor dos homens e das mulheres, já que os homens e as mulheres são o objeto primeiro de seu estudo. Por isso, Marc Bloch procurava “compreender o presente pelo passado” e ao mesmo tempo entender “o passado pelo presente”. Dessa maneira, abre-se uma perspectiva para o futuro. Não é ele apenas um historiador, mas também um homem de seu tempo, parecendo-se – como diz o provérbio árabe – muito mais com sua época do que com seus pais.

O colonialismo precisa ser estudado, lembrado e visto para ser vencido em sua nova forma: o imperialismo, o neocolonialismo e a globalização. O livro fala da necessidade de museus que mostrem os mecanismos de dominação e exploração impostos aos colonizados. “Diante das transformações políticas do mun-

do, os museus têm de evoluir redefinindo suas responsabilidades no seio das sociedades. Os museus da África do Sul, apesar de suas dificuldades orçamentárias, procuram ser a vitrine das mudanças políticas do país que aspira a uma reconciliação”⁹. Hoje, nos Estados Unidos, existem sete grandes museus sobre o Holocausto. Nenhum sobre escravidão. É hora de fazê-los brotar em todas as partes do mundo.

Nos Países Baixos, o estudo da história ocultou a exploração e as intervenções armadas nas colônias, mostrando, apenas, o lado *civilizatório*. A história colonial também não atraía os estudantes, não havendo uma imagem histórica do processo de colonização e descolonização. Coube a um grupo de historiadores desenterrar os arquivos que mostram os horrores das guerras coloniais.

Já no Portugal salazarista, adotou-se, na década de 30, a estratégia assimilacionista, isto é, o branqueamento da África. Com o fracasso dessa política e os novos ventos do pós-guerra apontando para o fim do colonialismo, Lisboa adere à tese luso-tropicalista do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre que mostra a ação colonizadora nas *províncias* ultramarinas, contrapondo ao discurso da racionalidade econômica um outro, calcado nos valores culturais, civilizacionais e cristãos. Somente após a Revolução dos Cravos (1974), os historiadores encontraram ampla liberdade para pesquisar o Portugal que começava no Minho e terminava no Timor Leste.

Marcas profundas

O colonialismo deixou um rastro de miséria e sangue na maioria dos lugares por onde passou. As seqüelas são econômicas, políticas, ecológicas, sociais, culturais e militares. *De cómo Europa subdesarrolló a Africa* é o título do livro de Walter Rodney. Hoje, algumas entidades internacionais começam a discutir formas de devolver, pelo menos, parte da riqueza expropriada. Não basta perdoar as dívidas externas dos países que foram colonizados, mas sim repor o pilhado. A própria cul-

tura dos povos vencidos, quando não destruída, foi levada para as metrópoles. Uma simples visita aos museus das principais cidades européias nos mostra todo um acervo de arte roubado das terras conquistadas. A cada vitória de Napoleão, diz o guia do Museu do Louvre, chegavam obras de todos os lados.

Portanto, se ontem a resistência se deu contra o colonialismo, hoje ela terá de lutar contra o imperialismo, que assume um novo nome: globalização. Isso porque, num futuro muito próximo, algum historiador será compelido a organizar *O livro negro da globalização*.

Uma observação pontual: o livro traz muitas datas erradas, assim como a paginação do sumário em nada corresponde ao que é apresentado ao longo dos textos.

Notas

1. FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do Holocausto*: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 93-94.
2. FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 957 p.
3. CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Presença Africana, 1995.
4. BOXER, Charles. *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 58-59.
5. FERRO, Marc (Org.). Op. cit., p. 35.
6. MALDONADO-DENIS, Manuel. El imperalismo y la dependencia: el caso de Puerto Rico. In: GONZALEZ CASANOVA, Pablo (Org.). *América Latina: historia de medio siglo*. 4. ed. México: Século XXI, 1987, vol. 2, p. 459.
7. GUERRA, Ramiro. La expansión territorial de los Estados Unidos: a expensas de Espanha y de los países hispanoamericanos. La Habana: Editorial de Ciências Sociais, 1975, p. 69.
8. FERRO, Marc. Op. cit., p. 55.
9. Ibidem, p. 559.
10. RAMPINELLI, Waldir José. As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 

Universidade e Democracia*

Sérgio Martins

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

“Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.”

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*

Chega a ser perturbador, senão intolerável, que grande parte das abordagens sobre a universidade brasileira concentrem-se apenas nos aspectos e questões concernentes ao seu crescimento. Considerando as condições institucionais sob as quais vêm se estabelecendo o ensino e a pesquisa em nível de graduação e pós-graduação, são inúmeros os diagnósticos que se referem a problemas que, longe de serem desimportantes, acometem desigualmente as instituições de ensino superior. Entretanto, não é preciso grande esforço para perceber que várias das abordagens sobre a universidade oscilam numa *mélange* de cantilenas a cânticos de louvor que, inadvertida ou deliberadamente, cortejam a lei de bronze do maior número no prazo mais breve. Contudo, presos aos aspectos formais de sua estruturação, ordenamento e funcionamento, os diag-

nósticos ficam devendo uma análise acurada sobre os descaminhos que o conhecimento tem trilhado a partir delas. Essa inapetência para reflexões e interpretações compromissadas com a crítica da própria universidade é fator de inquietação, pois os motivos de sua legitimação cada vez menos podem ser encontrados no sentido e na finalidade sociais do conhecimento científico, e, por extensão, as razões de ser da própria universidade não são definidas a partir da sua própria substância: *pensar o não-pensado*.

Discutir as impossibilidades que se colocam ao conhecimento do mundo nas e pelas universidades exige um escrutínio que esbarra na aceitação, senão na defesa fascinada, da avaliação instituída como um conjunto de critérios, normas e preceitos que, devotados a orientar os programas, cursos e pesquisas, acabam por

medir, ordenar e hierarquizar a universidade, embora sejam extrínsecos ao movimento do pensamento em direção ao conhecimento crítico. Neste texto, examino a articulação das universidades ao processo geral de reprodução ampliada do capital procurando compreender as contradições que as afastam crescentemente de sua substância.

A universidade dessubstancializada

O modelo de avaliação institucional dos cursos e programas de pós-graduação (e das condições das instituições de ensino superior pretendentes a abrigar novos cursos) tem sido enaltecido a ponto de nutrir um novo e maldissimulado ufanismo. Recentemente, as associações científicas foram exortadas a apoiar e garantir a sua continuidade e aprimoramento, posto que se trata “[...] de processo complexo, necessário e importante. Obviamente não é perfeito, mas vem sendo aprimorado a cada ano. Embora sujeita a críticas [...] a atividade de avaliação possui a grande vantagem de ser realizada pela própria comunidade da pós-graduação [...]”¹.

Por que negar-lhe méritos, já que se trata, como se afirma (o que não esclarece), de modelo reputado entre os melhores do mundo? As associações científicas não deveriam se engajar nesses esforços? Ações nesse sentido não faltam. É legítimo considerar, como tem sido bastante sublinhado, que houve significativo avanço na relação institucional, outrora obscura, com a CAPES? Decerto, especialmente se lembrarmos que maior visibilidade sempre causa dificuldades a uma burocracia ciosa da manutenção de seus poderes assentes no segredo e no autoritarismo.

Embora parte importante de agências governamentais como a CAPES e o CNPq (não por acaso justamente a que responde pelo fomento), continue sob o tacão de uma burocracia estatal pouco afeita ao diálogo sobre o que não

lhe convém ou ameaça, poder-se-ia considerar abusivo tomá-las como verdadeiras caixas-pretas, haja vista a ampla divulgação que se faz de editais para financiamento de pesquisas, dos critérios neles utilizados, o mesmo valendo para a avaliação dos cursos e programas... Em contrapartida, isso não assegura, por si, o enfrentamento de um aspecto essencial, ou seja, a exterioridade da avaliação em relação à universidade. É elementar, mas os comitês e comissões científicos dessas agências são compostos de professores e pesquisadores que, embora pertencentes ao corpo universitário, passam a desempenhar atividades numa instituição outra, diferente, em seu sentido e finalidade, das universidades, mas que a elas se articula e, queiramos ou não, sobre elas exerce controle,

As próprias universidades, encontram-se estruturadas de modo a oferecer amplo apoio e sustentação à atuação da racionalidade burocrática ordenadora.

tutela e vigilância mediante regras e critérios estabelecidos a *relativa* distância da vida universitária. Basta lembrar a assimetria da relação que se estabelece entre os cursos de pós-graduação e uma agência governamental que controla verbas para pesquisa (e assim vai definindo temas, prazos, recursos financeiros para cada área...) e decide sobre o credenciamento dos cursos para darmos crédito ao adágio de que a pós-graduação *está* nas universidades, mas não *é* das universidades.

O relativo, porém, deve-se a que as próprias universidades, como já expus, encontram-se estruturadas de modo a oferecer amplo apoio e sustentação à atuação da racionalidade burocrática ordenadora. Os canais institucionais, que vão de pró-reitorias a comissões de toda ordem, são tantos quantos os necessários à burocratização, pois visam não apenas a permitir a desenvolva atuação do que é extrínseco, como constituem o próprio solo a partir do qual a burocratização se enraíza na vida universitária, corroendo-a. Uma vez que nas universidades aninharam-se processos e estruturas de divisão interna, elas não são apenas buro-

cratizadas por algo que vem de fora. Pois a burocratização não se resume aos inúmeros afazeres que, por exemplo, exigem dos coordenadores de curso preencher relatórios com informações demandadas pela CAPES. Em verdade, uma vez que as universidades há muito assumiram também para si o ideal da racionalidade administrativa ordenadora, tornaram-se campo fértil onde esta se reproduz em extensão e profundidade. É sobejamente conhecida a figura arquetípica do carreirista, daquele que tem como destaques em seu currículo os degraus hierárquicos que galgou na estrutura universitária, alcançando, assim, poder, autoridade e prestígio (além, obviamente, de gratificações) em função dos cargos que ocupou ou ainda ocupa. O dramático, porém, é que “tem-se a aparência de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados.”². Daí, que a burocratização deixa de ser percebida nas universidades como algo que a invade e coloniza, ao passo que a capacidade de auto-instituir-se tem sua morada deslocada para as regras, normas e condutas prefixadas, cuja obediência cristaliza-se como via única para acessar as fontes do agir. Daí também, para retomar o ponto, que, objetivamente, “nossos pares” vêm-se às voltas com um trabalho eminentemente administrativo, de gerência dos cursos de pós-graduação, exercido em ampla heteronomia, da qual as assertivas resignadas quanto às escassas margens de manobra que têm frente ao que já se encontra definido e decidido de antemão oferecem uma pálida idéia. Se considerarmos, por exemplo, os esforços de representantes de áreas do conhecimento junto à CAPES para fazer com que o modelo de avaliação contemple nuances e variações para que as especificidades de cada área sejam reconhecidas, permitin-

do assim aplacar incongruências, podemos observar que a duras penas procuram atuar de modo a não corresponder à condição de executantes passivos de ordens definidas alhures.

Seria ocioso revisitar aqui a trajetória da avaliação institucional da educação superior brasileira para expor as concepções de educação superior fundantes das diversas propostas e experiências havidas³. Para o que interessa sublinhar neste texto, basta considerar que desde meados dos anos 90, a transposição, para as universidades, das noções e práticas próprias da racionalidade empresarial cristalizou-se como referência nas considerações e ações do Estado direcionadas à educação. Quanto às universidades, não é demais lembrar que no final dos anos 80 uma lista muito questionável elaborada nos bastidores da reitoria da Universidade de São Paulo, e publicada num jornal daquela cidade sob a alcunha de lista dos “improdutivos”, ofereceu à expiação vários professores que em determinado período não tiveram trabalhos publicados⁴. Ora, esse já remoto episódio permitiu vislumbrar que a avaliação das atividades desenvolvidas nas e pelas universidades seria cimentada na *medição* do que é produzido, portanto, pouco ou nada preocupada em interrogar os sentidos e finalidades dessa produção, porquanto a produtividade tornou-se um fim em si mesmo⁵. Eis porque nos programas de pós-graduação a redução do tempo médio de titulação assumiu ares de vestal intocável e foi levada ao pináculo. Por seu turno, e como consequência da desubstancialização das universidades, a avaliação pôde ser convertida numa técnica para mensurá-las e as comparar. Institucionalizada, a avaliação transformou-se numa técnica que não permite decifrar a realidade das e nas universidades. Destinada ao controle, pouco ou nada concernida aos fins, pressupondo que as universidades encontram-se completamente determinadas ao operar por meio de representações

**Institucionalizada,
a avaliação
transformou-se
numa técnica que
não permite decifrar
a realidade das e
nas universidades**

construídas extrinsecamente, em verdade é o trabalho do conhecimento das próprias universidades, de determinação de sua substância, que fica embotado. O que, *a fortiori*, exprime o paradoxo das universidades não se colocarem (por impotência ou recusa) a si próprias como sujeito e objeto do conhecimento, o que lhes permitiria definir os fins de suas ações e os meios mobilizados para os avaliar. Não surpreende, então, que às tarefas exigidas pela avaliação institucional, como o preenchimento de intermináveis relatórios necessários para compor relatórios ainda mais extensos que “não se distinguem de listas telefônicas e com menos utilidade do que estas”⁶, docentes e discentes reajam com desdém, irritação, ou então, com

A universidade e o agir democrático: para além da gestão e da cidadania

É tentador o caminho de se pensar que a superação desse quadro reside no que se costuma considerar como gestão democrática, de um lado, das próprias universidades, fortalecendo a representação de docentes, discentes e funcionários em suas estruturas, e, de outro, das chamadas políticas voltadas à educação e à ciência e tecnologia, para cuja formulação e consecução seria imprescindível uma participação efetiva das entidades representativas do “campo educacional”.

Quanto ao último aspecto, o momento atual chegou a ser considerado auspicioso em seu início, haja vista que as associações científicas, por exemplo, começaram a participar das discussões sobre o montante dos recursos destinados a título de desenvolvimento de ciência e tecnologia, bem como começaram a sentar-se à mesa em que são definidas as verbas alocadas

nas agências de financiamento à pesquisa⁷. Entretanto, logo se desfizeram tais dessemelhanças em relação à verdadeira impermeabilidade à interlocução política com entidades representativas do “campo educacional” como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; como a União Nacional dos Estudantes - UNE e como a Federação das Associações Sindicais de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, que tanto caracterizou os governantes do turno anterior, que insistentemente lançavam-lhes a pecha de corporativistas, menos porque as desconhecêssem ou as conhecessem mal, mas, sobretudo porque assim visavam à desqualificá-las para o debate político⁸.

Os governantes de agora, em operações essencialmente antipolíticas, diante de um sindicato nacional de docentes que reafirmou os princípios de autonomia e combatividade que lhe deram origem, estimularam a criação de uma entidade de docentes das instituições federais de ensino superior que nega, de fio a pavio, a trajetória orientada no sentido da constituição do sujeito político⁹.

A rigor, a noite dos gatos pardos já começara a se dissipar antes mesmo desse episódio mais recente. Basta considerar as concepções sobre a universidade emanadas de setores-chave do atual governo federal, explicitadas quando da divulgação de documento pelo Ministério da Fazenda (intitulado “Gasto social do governo central: 2001-2002”), no qual reapareceu o raciocínio de que as universidades, muito caras aos cofres do Estado, continuam cheias de filhos dos endinheirados e, portanto, impõe-se o fim da gratuidade do ensino (o que não chegou a ser admitido a céu aberto, mas sim obliquamente, no âmbito do Ministério da Educação¹⁰), ao mesmo tempo em que a expansão do ensino superior não se deve dar no âmbito das univer-

A rigor, a noite dos gatos pardos já começou a se dissipar antes mesmo desse episódio mais recente. Basta considerar as concepções sobre a universidade emanadas de setores-chave do atual governo federal.

sidades diretamente mantidas pelo Estado¹¹.

Tratava-se, portanto, da ante-sala do Programa Universidade Para Todos que, longe de consubstanciar uma “política de ação afirmativa” em resposta à pressão de movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior¹², reafirma a negação da educação superior como direito social ao não distinguir, deliberadamente, democratização de massificação¹³, e reitera a perspectiva de atuação governamental no sentido da estimulação à “indústria educacional” (segundo a acertada terminologia da própria OMC).

Resta explicar, então, por que tais argumentos recobram fôlego recorrentemente, prosseguindo no alto do firmamento ideológico. Analisando a assunção desabrida da educação como prestação de serviço durante os anos 90, Marilena Chauí dá as chaves para a explicação: são considerados cidadãos os que podem pagar mensalidades e, como a educação deixa de ser considerada um direito social, ela passa a ser um ato de benemerência dos ricos para com os pobres. Assim,

“a cidadania, reduzida ao pagamento de impostos e mensalidade, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática de justiça [pois] a democracia está fundada na noção de direitos, e por isso mesmo está apta a diferenciá-los de privilégios e carências. [...] A cantilena ‘os ricos devem pagar pelos pobres’ reforça a polarização entre privilégio e carência e, longe de ser instrumento de justiça social, mantém a impossibilidade de que esta seja instituída pela ação criadora de direitos que é a definição mesma da democracia [...]”¹⁴

Não obstante, façamos um rápido exercício e nos coloquemos a pensar a partir do que, visto do lugar e do momento em que nos encontramos, chega a parecer um delírio absurdo. Suponhamos que, bem ao contrário do contexto atual, inexistissem restrições orçamentárias pesando sobre a implementação da

política de ciência e tecnologia; que as universidades estatais não se encontrassem sob um estrangulamento financeiro recorrente que as coloca (sobretudo as federais) reiteradamente em situação de insolvência, comprometendo seu funcionamento regular; que os salários de docentes e funcionários estivessem bem acima dos níveis vexatórios em que se encontram, assim como as bolsas de pesquisa; que não tivéssemos motivos para reclamar de insuficiências infra-estruturais básicas das universidades; que, de fato, as universidades fossem submetidas a uma gestão democrática, em que a representação dos segmentos da “comunidade universitária” em suas estruturas fosse ampla, associada a uma participação efetiva das diferentes instituições representativas do “campo educacional” no estabelecimento das chamadas políticas públicas de educação e de ciência e tecnologia; que as atividades de inspeção de cursos e instituições não fossem tomadas como o supra-sumo da avaliação da essência das universidades; que as universidades jamais pudessem ser confundidas com o engodo que são os chamados centros universitários, nem que as empresas de (des)educação continuassem a parasitar os recursos do Estado; que a universidade pública, gratuita e de qualidade fosse, enfim, um direito social assegurado, culminando uma história de duros embates.

Não se quer dizer aqui que a democratização das universidades e do próprio Estado tenha algo de utopia abstrata, que possa ser concebida e perseguida como uma quimera. Afinal, o reconhecimento e a ampliação dos direitos foi e continua sendo resultado de árduas e não raro dramáticas lutas pelo estabelecimento de uma cidadania que expresse concretamente que o fazer política se processa pela criação e recriação de direitos, como é próprio da democracia. Ainda mais numa sociedade como a brasileira, onde historicamente os direitos sociais têm sido pensados e praticados como se fossem favores feitos pelos governantes de turno aos que, despojados de efetivos direitos civis e políticos, mostrem-se obedien-

tes, agradecidos e, portanto, mercedores da integração protetora ao Estado que, assim, os anula politicamente. Não pode haver dúvidas de que o desenvolvimento da cidadania para além das concessões prévias e preventivas conseqüentes com o figurino de uma cidadania caricata e despolitizante implica alterações no padrão de desigualdade social. Em seu clássico trabalho¹⁵, Marshall já demonstrara que os direitos sociais configuram uma participação na riqueza socialmente produzida que impõe modificações nas situações experimentadas pelas classes sociais, o que dificilmente seria acessível a partir das condições que determinam as próprias classes. Do mesmo modo, observou que os direitos sociais, ao serem inscritos como deveres do Estado, impõem-lhe custos. Mais que isso, poder-se-ia dizer que a constituição do fundo público como base na qual se travam embates políticos perturba, com efeito, a geometria do poder. Mas, ao mesmo tempo, constituem umbral, num limite que condiciona a democracia, haja vista que esta é mais que um regime jurídico-político cuja culminância residiria na configuração e consolidação do Estado de direito em que estariam asseguradas as prerrogativas da cidadania moderna, exercida por via dos direitos (civis, sociais e políticos, tal como consagrados). Por conseguinte, estes últimos definem uma última fronteira para além da qual os fundamentos da ordem social estariam ameaçados. Destarte, a modificação das situações de classe, como fruto da cidadania, não altera os pilares sobre os quais a sociedade encontra-se estruturada e a partir dos quais se reproduz. A universalização da educação (aí incluído o ensino superior) como direito social, por exemplo, não assegura que deixe de ser concebida com vistas a atender

Historicamente os direitos sociais têm sido pensados e praticados como se fossem favores feitos pelos governantes de turno aos que, despojados de efetivos direitos civis e políticos, mostrem-se obedientes, agradecidos e, portanto, mercedores da integração protetora ao Estado.

precipualemente às demandas do mercado de trabalho, definidas, obviamente, pelo movimento específico de reprodução dos capitais. Amplo acesso à universidade não significa, por si, a efetivação de seu potencial no processo ressocializador dos que a ela chegam e a vivem; não significa que experimentem condições e situações que possibilitem o rompimento das barreiras de classe, a superação dos bloqueios e limites próprios da posição social que ocupam e a partir da qual pensam e praticam o mundo, redefinindo e ampliando, assim, o sentido e as perspectivas de sua participação nele. Para não ir muito longe: as universidades poderiam ter resolvida boa parte dos problemas com os quais se embatem para a realização de pesquisas se os chamados fundos setoriais de C&T do CNPq contassem com fontes asseguradas e estáveis de recursos financeiros em abundância e a execução dos orçamentos não fosse objeto de constrangimentos, como sói ocorrer. Isso encheria os corações e mentes dos pesquisadores de entusiasmo. Mas é legítimo indagar se assim estariam revogadas as limitações que impelem o conhecimento desenvolvido nas universidades a operar nos limites dos princípios e das formas prescritas e reconhecidas pelo e a partir do Estado. As universidades não continuariam privadas das iniciativas que lhes cabem e correspondem, a começar pela definição dos recortes a partir dos quais a realidade pode ser conhecida? Os fundos setoriais não correspondem exatamente ao que sua denominação alude: escrínios aos quais o conhecimento deve se submeter?

Finalmente, cabe observar que na chamada gestão democrática, exercida a partir da noção de representação, a política encontra sua fonte e legitimação justamente na fragmentação social. Portanto, a

democracia edificada em tais bases reforça os compromissos com as formas que, parafraseando Jacques Rancière, asseguram que a política não deixe de ser um caso de polícia¹⁶. Não surpreende, por isso, que a democratização do Estado caia em descrédito, pois não raro torna-se degenerescência corporativa.

Agora, se não nos resignarmos a aceitar complacentemente um processo que parece absoluto e inexorável, é fundamental dar um sentido conseqüente às inquietações, pois, obviamente, só mal-estar e espírito desassossegado são insuficientes. Para mudarmos o curso de algo que não nos é exterior (e só por isso podemos pretender fazê-lo), por mais que pareça ser tão inócuo como querer esvaziar o oceano com um balde, é preciso dirigir o foco das reflexões sobre a relação de nossas pesquisas com o conhecimento do mundo que se pode alcançar como experiência de pensamento autônomo. E, para ser realista, o pensamento deve considerar que as universidades, para se colocarem à altura das exigências próprias da democracia, terão que se libertar das formas que as aprisionam, terão que se confrontar com o Estado, que as condena a existir somente sob suas formas.

Essa convicção não dispensa demonstrar o caminho das (im) possibilidades a ser explorado e trilhado para que as universidades assumam a sua essência, qual seja: *pensar o não-pensado*.

Ora, que pesquisador, acicatado pelos prazos imperantes desde que as universidades ajoelharam-se fervorosamente diante do altar da produtividade, pode se arriscar no terreno das inovações? Aos atuais mestrados e doutorandos, por exemplo, coagidos a desenvolver suas pesquisas em prazos que constituem verdadeiros torniquetes, seria pedir o impossível. Receio que uma análise minuciosa das dissertações e teses resultantes das pesquisas realizadas

nos programas de pós-graduação, especialmente se consideradas as submetidas mais fortemente ao aligeiramento, chegaria a resultados estarrecedores, pois revelaria que as pesquisas privilegiam o exame de questões tópicas, circunscrevendo-se aos limites do já sabido e conhecido no âmbito do campo disciplinar, ou, o que é pior, mantendo-se aquém deles. Redefinir prazos, por exemplo, é decerto indispensável, mas a questão não se resume (e portanto não se resolve) a esse importante aspecto. Torna-se necessário enfrentar a fragmentação e dispersão do conhecimento, que conspira contra o pensamento crítico e criativo, alimentadas justamente pelas agências de fomento à pesquisa, ao medirem o financiamento ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, determinando assim a sua orientação (por meio dos já mencionados fundos setoriais, por exemplo). O que corresponde exatamente ao estilhaçamento e dispersão do conhecimento típicos de um mundo que, à falta de imaginação teórico-conceitual, se convencionou denominar de pós-moderno. Sem esquecer que essa demarcação ou divisão do trabalho científico tem raízes profundas nas universidades que respondem a ela com ou sem mediações ao aceitar e reproduzir os modos de pensar e agir que privilegiam a fragmentação e os particularismos, aceitando-os para, assim, conferir-lhes estatutos próprios.

Tomemos, uma última vez, a ajuda de um exemplo, aqui mencionado de modo bastante pedestre: a indústria automobilística¹⁷. É inegável a importância dessa indústria no processo de industrialização e de modernização das sociedades. Se é certo que as inovações tecnológicas na indústria têxtil, ao longo da segunda metade do século XVIII, aceleraram a revolução industrial, a indústria automobilística pode ser tomada como o epicentro de transformações que atravessaram visceralmente os modos

Ora, que pesquisador, acicatado pelos prazos imperantes desde que as universidades ajoelharam-se fervorosamente diante do altar da produtividade, pode se arriscar no terreno das inovações?

de vida ao longo do século XX, sobretudo quando o automóvel deixou de ser um caríssimo produto artesanal para transformar-se numa mercadoria produzida maciçamente por uma indústria que, portanto, precisava e continua precisando de mercados consumidores igualmente massificados. Desde quando tornou-se indústria, a partir da fabricação do Modelo T pela Ford Motor Co., graças à prodigiosa redução dos custos de produção decorrentes dos brutais ganhos de produtividade resultantes das inovações organizacionais e tecnológicas estabelecidas por Henry Ford, em várias outras atividades industriais os processos produtivos foram redefinidos pela adaptação das inovações experimentadas na e a partir da indústria automobilística. Não por acaso, o termo fordismo é utilizado para designar as reconfigurações impostas aos processos produtivos (no que foi sucedido posteriormente pelo toyotismo) que culminaram com um amplo domínio sobre eles exercido pelo capital¹⁸. Todavia, como se sabe, as práticas levadas a cabo pelo próprio Ford já antecipavam (basta considerar o controle da vida privada a que eram submetidos os operários contratados), a seu modo, que o fordismo corresponderia a um processo muito mais vasto, não circunscrito apenas às inovações experimentadas no chão de fábrica, já que implicaria um novo padrão de acumulação do capital. Mais que isso, fordismo consigna o que chegou a ser denominado de um modo de vida total¹⁹. Considerado a partir da indústria automobilística, consubstanciou-se portanto um enorme conjunto de atividades, cujo alcance vai muito além do setor automotivo propriamente dito: das demais indústrias diretamente ligadas à automobilística, aos serviços (aí incluídos os estatais) que se constituíram a partir dela, à reprodução do espaço urbano (e às amplas possibilidades de negócios e negociações aí

**Não por acaso
chegam ao final da
pesquisa, com uma
ingenuidade
comovente, com a
convicção de que
elas auxiliarão
as "autoridades"
a resolver
os problemas.**

implicadas) em função das necessidades de reprodução dos capitais envolvidos, até chegar à colonização da vida cotidiana, redefinindo os modos de uso das edificações, das cidades, das identidades, enfim, o automóvel e a indústria que lhe corresponde tem importância e complexidade muito maior que um estudo setorial possa supor. E, não raro, pesquisas em nível de pós-graduação lhes dispensam justamente um tratamento setorial. Para tomar um caso-limite: mestrados conduzindo pesquisas cujo recorte é o

mesmo da empresa de engenharia de tráfego (o que não só determina o nível de análise, como muitas vezes demarca a concepção, o método para a formulação das questões), não por acaso chegam ao final da pesquisa, com uma ingenuidade comovente, com a convicção de que elas auxiliarão as "autoridades" a resolver os problemas configurados pelo trânsito congestionado de uma metrópole.

Parafraseando um filósofo francês, as próprias metrópoles já são uma evidência cabal de que é chegado o dia em que os direitos e poderes do automóvel devem ser limitados²⁰. Ora, as universidades, a partir das pesquisas que nelas se desenvolvem, poderiam atuar no sentido de propor uma ampla reorientação da indústria automobilística, colocando-se a serviço do desenvolvimento de ações estratégicas que visassem desconectá-la tanto das determinações capitalistas, sob as quais milhões de automóveis são regurgitados anualmente das fábricas, quanto do poder do Estado, que, imbricado àquelas, esforça-se por administrar as contradições derivadas. Reorientar a produção em função de critérios ecológicos e de utilidade social, conjugados com o enfrentamento efetivo dos desafios para concretizar a utopia do fim do trabalho (para usar a formulação sintética de Alain Bihl, começando por trabalhar menos para que todos possam produzir,

de outra maneira e outra coisa), exige transgredir os limites dos interesses configurados em setor automotivo (*y compris* os do operariado atolado politicamente no produtivismo característico do compromisso fordista), exige conceber uma política de transportes e industrial que observe, ou melhor, que se submeta à organização dos serviços públicos, dos equipamentos coletivos, do próprio espaço social, noutras bases, diferentes e contrárias às que são definidas a partir do Estado (amplamente colonizado pelas forças que comandam o plano econômico da vida social), essa expressão de degenerescência da política que, por supostamente encarná-la em seu nível mais alto e pleno, seria não só a exclusiva, mas sobretudo a legítima forma unificadora e organizadora da vida social²¹.

Trata-se, na verdade, de colocar em obra a instituição democrática do social, de radicalizar a democracia deslegitimando o Estado e o próprio capital via ampliação do campo de atividades sobre o qual podem e devem ser feitas escolhas. Fazer com que a democracia seja ato social, irrigando as demais esferas da vida, implica que a sociedade retome a prerrogativa de auto-instituir-se, retome a autonomia para reencontrar a iniciativa e a criatividade apropriadas, para reapropriar-se do controle das condições sociais e históricas de existência e do sentido e finalidade a lhes ser conferido, pois a democracia consiste em assumir seu próprio movimento, encontrar sua existência própria, libertando-se das formas que a aprisionam²².

Diria que à universidade, para atuar em conformidade com a sua substância (pensar o não-pensado) e seu fim, sua finalidade (assinalar o caminho para a concretização das possibilidades históricas inscritas no movimento da sociedade), é inescapável reconhecer-se como vanguarda. Valho-me, para finalizar, dos termos deliberadamente

provocativos de Alain Bihr:

“[...] ela deve ter por vocação explorar o horizonte desse movimento, reconhecer e balizar os terrenos sobre os quais é preciso avançar, elaborar conseqüentemente proposições estratégicas e táticas que ela submete à discussão e à deliberação coletivas em seu meio. Mas isso não lhe confere direito algum a pretender dirigi-lo, instituindo-se como comandante-em-chefe para finalmente substituí-lo. Uma vanguarda não deve, então, procurar dirigir o movimento do qual ela é a ponta-de-lança; ela deve contentar-se em clareá-lo, aconselhá-lo, instruí-lo, mas também reciprocamente em ouvi-lo e, em troca, aprender com ele. Pois ‘o próprio educador tem necessidade de ser educado’... e as vanguardas devem preparar-se para receberem, às vezes, rudes lições do movimento para o qual se supõe devem abrir caminho.”²³

Notas

Texto referente à participação do autor no debate “Universidade, democracia e reformas do governo Lula”, realizado em 5 de maio de 2005 no auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e que contou com a participação dos professores Francisco de Oliveira (USP), João

Antônio de Paula (UFMG), Marina Barbosa (UFF, presidente do ANDES-SN), Beatriz Couto (UFMG, diretora da APUBH) e Maria Rosimary Soares dos Santos (UFMG, 1ª vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN).

Há um ano, publiquei um texto sobre o assunto com uma abordagem mais ampla, posto que procurei examinar o processo de modernização das universidades brasileiras articulado ao processo de modernização da própria sociedade brasileira, o que me permitiu esclarecer as contradições existentes entre a configuração da educação, e

O próprio educador tem necessidade de ser educado’... e as vanguardas devem preparar-se para receberem, às vezes, rudes lições do movimento para o qual se supõe devem abrir caminho.

particularmente do ensino superior, como setor de atuação empresarial e a formação profissional requerida pelos mercados de trabalho, além dos obstáculos que se colocam, nesse contexto, ao desenvolvimento de ciência e tecnologia numa sociedade como a brasileira. Cf. MARTINS, Sérgio. Universidade e democracia: proposições para uma pós-graduação crítica. GEOUSP – Espaço e tempo (Revista da Pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH da USP). São Paulo, n.16, p.31-66, dez. 2004.

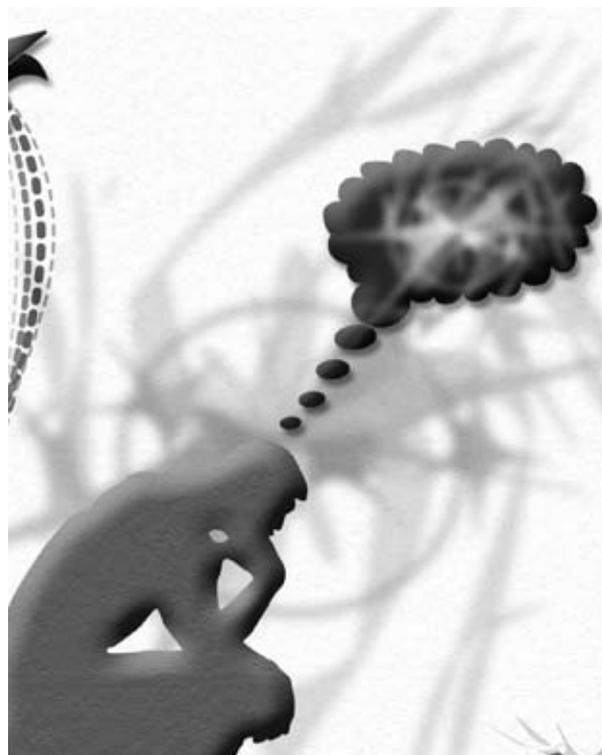
1. ABREU, Maurício de Almeida. A avaliação da pós-graduação no Brasil: alguns pontos para sua compreensão e discussão. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.4, n.1/2, p.37-41, mai./nov. 2002.

2. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 7ªed. São Paulo: Cortez, 1997, p.9-10.

3. A esse respeito, o leitor interessado poderia consultar BELLONI, Isaura. A GED no contexto da avaliação institucional. Universidade e Sociedade, São Paulo, ano 8, n°17, p.52-56, nov. 1998 e SOBRI-NHO, José Dias. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e fontes internas. Universidade e Sociedade, São Paulo, ano 8, n°17, p.57-61, nov. 1998.

4. A respeito da alcunha “improdutivos” e dos pressupostos e concepções de universidade que governaram tal episódio, cf. CHAUI, Marilena. Produtividade e humanidades. Tempo Social, São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, ano 1, n.2, p.45-71, 2ºsem., 1989. Esse texto foi republicado em CHAUI, Marilena. Escritos sobre a universidade.

5. Marilena Chauí referiu-se ironicamente aos esboços desse processo como a transformação da universidade em supermercado, numa acepção mais ampla que a da “fábrica de diplomas”. Dizia ela o seguinte: “Lê-se numa das propostas de modernização que a universidade não é o templo do saber, mas ‘uma espécie de supermercado de bens simbólicos ou culturais’ procurados pela classe média. Se a universidade for um supermercado, então, teremos uma resposta para os critérios de produtividade. [...] Se o for, nossa produtividade será marcada



pelo número de produtos que arranjamos nas estantes, pelo número de objetos que registramos nas caixas registradoras, pelo número de fregueses que saem contentes, pelo número de carrinhos que carregamos até os carros do estacionamento, recebendo até mesmo gorjeta por fazê-lo. Mais do que isso. Por que a universidade não foi comparada às fábricas nem às bolsas de valores, nossa produtividade é bastante curiosa, pois num supermercado nada se produz, nele há circulação e distribuição de mercadorias, apenas. Nossa produtividade seria improdutiva, em si, e produtiva apenas em relação a outra coisa, o capital propriamente dito.” CHAUI, Marilena. Produtividade e humanidades, p.69-70.

6. CHAUI, Marilena. Escritos sobre a universidade, p.125.

7. Em 2003, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência divulgou uma carta aberta ao Presidente da República, cujo objetivo central era o de salientar a necessidade de ampliar (e descontingenciar) o montante de recursos disponíveis para a consecução da política de C&T (para que cheguem ao correspondente a 2% do PIB, ao contrário dos quase 1% dos dias que seguem). Apesar disso, a carta destacava a recente reativação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia como momento político

talvez único na história brasileira de uma associação amplamente representativa da “comunidade científica” participar diretamente do “mapeamento” dos recursos existentes na intrincada máquina burocrática do governo federal disponíveis para investimentos em C&T. Cf. <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=14115>

8. No caso específico das universidades, destaco aqui um caso exemplar do que estou dizendo: num debate realizado em setembro de 1996, a então presidente da ANDES relatou que “desde o primeiro dia do mandato do ministro Paulo Renato Souza a ANDES foi recebida em audiência duas vezes. A primeira audiência durou dezessete minutos, interrompida por quatro telefonemas. A segunda, no início deste ano, foi demorada, mais de uma hora, e o ministro se comprometeu a abrir canais de discussão, mas até hoje não se conseguiu deflagrar nenhum processo de discussão. Recentemente comunicamos o término de uma greve e solicitamos várias vezes uma audiência, mas não tivemos resposta. Essa dificuldade não é restrita à Andes, amplia-se à Fasubra e à UNE.” (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Crise e reforma do sistema universitário (debate). *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, 46:143-168, nov., 1996, p.150). Na seqüência do debate, a secretária de política educacional do MEC, ali presente, afirmou com toda a desfaçatez o que segue: “A visão de ensino superior centrado na universidade mudou muito pouco desde 1968. É preocupante que na própria universidade não tenham surgido projetos inovadores.” (Ibid., p.154). Isso logo depois da representante do movimento de docentes ter lembrado que as demais entidades participantes da vida universitária têm apresentado propostas referentes à sua reestruturação, e ter ressaltado, em particular, que a entidade da qual é presidente apresentou sua proposta para a universidade brasileira já em 1982, como produto de amplas discussões em simpósios, reuniões, congressos e assembleias sobre a reestruturação da universidade, tendo sido seguidamente aperfeiçoada desde então envolvendo outras entidades, como, por exemplo, a SBPC. (A este respeito, cf. SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPE-

RIOR. Proposta da ANDES/SN para a universidade brasileira. *Cadernos ANDES*, 2, edição especial atualizada e revisada, Brasília, ANDES, jun., 1996).

9. Uma consulta ao estatuto do PROIFES (Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, cf. <http://www.proifes.org.br/w3/projass/.def>) é suficiente para verificar que sua criação não só busca romper a unidade do movimento docente constituída e aprofundada desde 1988 com a criação da então Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, como, em suas formas organizativas, não se rege pelos princípios de democratização criados pelo próprio movimento. Basta considerar que sua instância máxima de deliberação é a “consulta eletrônica”. O que não surpreende, pois a espetacularização da política não corresponde senão ao seu aniquilamento.

10. Em 2003 o então ministro da educação chegou a propor a cobrança de contribuições compulsórias de ex-alunos de universidades públicas com renda mensal superior a R\$ 2.500.

11. A ancestralidade de tal raciocínio remonta a mais de 30 anos. À época, o então ministro de planejamento afirmava o seguinte: “Apenas 5% da população universitária provêm de grupos econômicos que não podem pagar educação universitária; 95% são representadas por classes que podem pagar, porque são de renda alta.

É necessário estudar o problema de modo que aquelas classes que representam 95% paguem, a fim de que com esse dinheiro possamos criar bolsas de estudo para uma grande massa de estudantes pobres que não podem chegar aos bancos universitários.” CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Educação e planejamento*. In: BASTOS, Humberto (coord.). *Educação para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1966, p.19-20.

Examinando os feitos na educação durante o período correspondente ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, Alfredo Bosi escreveu: “No debate sobre o ensino superior ocorrem inversões ideológicas estranhas. O ethos distributivo, que sempre foi apanágio das esquerdas, agora se retorce nos cérebros dos nossos tecnocratas liberais (passe o disparate). Dizem estes: - Por que não privatizar

também a universidade oficial? Façamo-lo depressa, porém de um modo beneficente: que paguem todos, menos os mais pobrezinhos a quem, apurada escrupulosamente a renda familiar, poderiam conceder-se bolsas de estudos.” BOSI, Alfredo. Uma grande falta de educação. Praga, São Paulo, n.6, p.15-21, set.1998. p.17.

Numa pesquisa sobre a universidade dita pública no Brasil, realizada ao final dos anos 90 no âmbito do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, foram expostos os pés-de-barro de muitos lugares-comuns que, passando por verdades incontestes, embasam proposições voltadas à privatização das universidades estatais. Entre elas, essa representação ideológica de que às universidades estatais chegam, em esmagadora proporção, os filhos dos endinheirados e, portanto, nada mais justo que paguem pelo ensino gratuito. A rigor, é de uma evidência palmar que não existe ensino (superior ou qualquer outro) gratuito. Em que pese a proliferação de taxas de toda espécie nas universidades públicas poder ser tomada como cobrança não declarada de mensalidades, o fato é que a sociedade como um todo (obviamente de um modo desigual, mas por motivos que se explicitam na política fiscal e tributária) arca com os custos das universidades públicas. Ademais, a eventual cobrança de mensalidades nas universidades públicas cobriria percentuais irrisórios de seus orçamentos. Isso não significa, porém, que não exista o fenômeno. Existe e está se agravando, segundo a pesquisa, embora não no nível dos dados cabalísticos dos lugares-comuns. Mas a conclusão não poderia ser outra: “[...] o problema existe mas não está no superior e sim no secundário, que foi se deteriorando nas últimas décadas segundo uma tendência tristemente inegável.”

Em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social criado pelo atual governo federal, cujo secretário era justamente o atual ministro da educação, recebeu um documento do Banco Mundial (intitulado “Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo”), no qual constavam considerações acerca das universidades públicas no Brasil. “Ao comentar o relatório do Bird, o secretário-executivo do conselho, ministro Tarso Genro,

disse que o debate continuaria na relação do banco com o governo. ‘O Banco Mundial quer interferir no modelo de desenvolvimento, é uma interferência que parte do poder dos empréstimos que oferece’, argumentou Genro. O banco diz dispor de US\$ 8 bilhões para empréstimos ao país nos próximos quatro anos. [...] No pacote de sugestões, um dos alvos é o ensino superior do país, cujos gastos ‘beneficiam apenas poucos privilegiados’, diz o documento do Bird. As observações do banco não eram propriamente uma novidade. Desde 95, o Banco Mundial insiste em que é preciso melhorar a qualidade do gasto social no país. Havia, desde então, dois alvos bem claros de ‘distorções’ a serem corrigidas: o sistema de aposentadoria do setor público, cuja reforma é discutida no Congresso, e a universidade pública. [...] Um relatório do Banco Mundial, apresentado em março de 2002 a pedido do então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, notava que o governo já se afastava de um modelo de controle direto do sistema universitário. Mas destacava que a ‘clara ineficiência’ das universidades públicas inspirava reformas - nas quais o banco se manteria como parceiro, papel que já desempenhou no governo FHC. O modelo aplaudido no estudo do Bird é o do Chile, onde foram duas as palavras-chave: desempenho e privatização.” Gratuidade nas federais ainda provoca debate. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 de ago. 2003, p.C4. 12. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004, p.70.

A primeira versão desse texto foi apresentada em abril de 2004, no Ministério da Educação, em Brasília. Cf. <http://www.mec.gov.br/reforma/Documents/PALESTRAS/2004.7.20.12.10.23.pdf>

13. “Costumamos dizer que houve massificação do ensino universitário porque aumentou o número de estudantes e abaixou o nível dos cursos, rebaixamento que se deve não apenas à desproporção entre corpo docente e quantidade de alunos, mas também ao estado de degradação do ensino médio. O fato de que o elemento quantitativo predomine sob todos os aspectos [...] é suficiente para aquilatarmos a massificação. Porém, há um ponto que nossas

análises costumam deixar na sombra, a saber, que a idéia de massificação tem como pressuposto uma concepção elitista do saber. Com efeito, se a reforma pretendeu atender às demandas sociais por educação superior, abrindo as portas da universidade, e se com a entrada das ‘massas’ na universidade não houve crescimento proporcional da infra-estrutura de atendimento (bibliotecas, laboratórios) nem do corpo docente, é porque está implícita a idéia de que para a ‘massa’ qualquer saber é suficiente, não sendo necessário ampliar a universidade de modo a fazer que o aumento da quantidade não implicasse diminuição da qualidade.” (CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.50-51).

14. Ibid., p.181-182.

15. Cf. MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1950] 1967.

16. Rancière propôs “uma reformulação do conceito de política em relação às noções habitualmente aceitas. Estas designam com a palavra política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar a esse conjunto de processo outro nome. Proponho chamá-lo polícia, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção [...] ao considerar as funções de vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade.

Nem por isso o que chamo polícia é simplesmente um conjunto de formas de gestão e de comando. É, mais fundamentalmente, o recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes, implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce. É a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis ao determinar primeiramente a visibilidade mesma das ‘capacidades’ e das ‘incapacidades’ associadas a tal lugar ou tal função.” (RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.372.)

17. A metáfora chega a ser inapropriada ao que se toma para exemplificar, mas serve para ressaltar a modéstia do que será exposto frente às vias de renovação (nas quais se inscreveria um projeto de reconversão da indústria automobilística) como brilhantemente formuladas por Alain Bihr, nas quais me apóio aqui amplamente. Cf. BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. 2ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, [1991] 1999, esp. parte III.

18. A esse respeito, cf. o clássico BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, [1974] 1981.

19. Cf. HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 1992. esp. parte II. Cf. também, BIHR, Alain. Obra citada, sobre o que denominou de compromisso fordista entre burguesia e proletariado.

20. Cf. LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999, esp. cap. 1.

21. É importante observar que a democracia como ato social deve radicalizar a democratização do Estado a ponto de expor a contradição entre Estado e democracia. Portanto, não pode limitar-se a esse importante, mas embrionário momento, sob pena de paralisar-se, frustrando-se no início do caminho. Para ficar no exemplo da indústria automobilística, o agir democrático exige uma crítica política mais incisiva que a efetuada por estudos como o coordenado por Francisco de Oliveira, que, mesmo escapando de análises confinadas às contradições da reprodução capitalista que configuram o estritamente setorial, não chegaram a romper com as formas da economia política. Cf. OLIVEIRA, Francisco e equipe. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. Novos Estudos, São Paulo, n°36, jul. 1993.

22. A este respeito, cf. ABENSOUR, Miguel. A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, [1997] 1998.

23. BIHR, Alain. Obra citada, p.243. 

Quotas: reparações retroativas, por quê e para quê?

Isaac Warden Lewis

Pedagogo, professor da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Amazonas

1. A colonização européia: a produção de complexos de superioridade e de inferioridade

A sociedade capitalista européia, instituída a partir do século XVI na Europa, aprofunda a divisão de classes da sociedade humana estabelecida há 5.000 ou 6.000 anos pelas sociedades escravagistas ou de castas. A partir do século XVI, na Europa, os seres humanos são discriminados entre os que possuem bens materiais e os que não possuem bens materiais, entre os que precisam trabalhar e os que não precisam trabalhar, entre os que controlam os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho para viver ou sobreviver. Os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade, na Europa, tornam-se ficções, produzindo seres humanos neuróticos, paranóicos, alienados por se conformarem ou se esforçarem em se conformar às ficções estabelecidas. Um bom número de indivíduos lutam para ter posses a todo custo, outros sentem-se infelizes por não poderem ter posses que os distingam de seus vizinhos, outros buscam nas religiões compensações materiais ou espirituais no mundo do além de tudo o que foram privados no mundo do aquém, outros buscam crucificar grupos humanos como bodes expiatórios, culpando-os pela sua pobreza material e/ou espiritual.

Fora da Europa, a ideologia da democracia liberal estabeleceu que os europeus seriam seres superiores por serem brancos e os nativos da Ásia, África e América seriam inferiores por não serem brancos, justificando, assim, o suposto direito de os primeiros explorarem e expropriarem material e intelectualmente os segundos. Para Fanon, é a estrutura racista da civilização européia que cria a ficção da superioridade européia e da inferioridade do mundo não-europeu (1983, p. 76-81). O autor ressalta ainda que “há relações internas entre a consciência e o contexto social” (1983, p. 81).

Além da neurose e da paranóia do ter ou não ter, espraia-se nos países asiáticos, africanos e americanos a neurose do ser ou não ser. A preocupação de alguns seres humanos no mundo não-europeu é a de ser ou parecer mais branco do que o outro para se distinguir desse outro.

No livro *Pele negra, máscaras brancas*, Franz Fanon apresenta análise sobre os preconceitos e discriminações raciais na ilha de Martinica. Como todo país colonizado pelos europeus, os descendentes destes consideram-se ou são considerados superiores aos mulatos e aos negros. Os mulatos consideram-se ou são considerados inferiores aos brancos e superiores aos negros. Estes consideram-se ou são

considerados inferiores aos brancos e aos mulatos. Fanon tem consciência de que os preconceitos e as discriminações raciais resultam das relações estabelecidas pelos colonizadores europeus com os colonizados não-europeus:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual originou-se um complexo de inferioridade, devido ao extermínio da originalidade da cultura local – tem como parâmetro a linguagem da nação civilizadora, ou seja, a cultura da metrópole (1983, p. 18).

Por conseguinte, o primeiro preconceito analisado por Fanon é o do nativo que considera a metrópole europeia superior à colônia, sua terra natal. Esse é um preconceito quase que coletivo:

[...] O Negro que conhece a metrópole é um semi-deus. A respeito desse assunto, relato um fato que deve ter chocado meus compatriotas. Muitos Antilhanos, após uma estada mais ou menos longa na metrópole, voltam para serem aclamados. Com eles, o nativo, aquele – que – nunca saiu – de sua toca, o ‘tabaréu’, adota a forma mais eloqüente de ambivalência. O Negro que viveu na França durante algum tempo, volta radicalmente transformado. Geneticamente, falando, diremos que seu fenótipo sofreu uma transformação definitiva, absoluta [...] (1983, p. 19).

Fanon relata que, ao mesmo tempo em que o martinicano sente admiração com relação à França, Paris, Marselha, Sorbonne, Pigalle, ele exibe complexo de superioridade com relação às outras regiões colonizadas, como Guadalupe, Senegal, ou aos povos dessas regiões. O depoimento de Fanon ilustra essa situação:

[...] Conhecemos ainda hoje Antilhanos

que se envergonham quando são tomados por Senegaleses [...] relato um fato que pelo menos é cômico: recentemente, conversava, com um Martinicano que me informou, enraivado, que certos Guadalupenses faziam-se passar pelos nossos. Mas, acrescentou, percebe-se logo o erro, são mais selvagens [...] (1983, p. 24).

Por outro lado, Fanon também relata que há africanos que exibem complexo de inferioridade e desejam, por isso, passar-se por antilhanos: “Conhecemos, infelizmente, ainda hoje, camaradas originários do Dahomé ou do Congo que se dizem Antilhanos [...] (1983, p. 24).

Outra situação apresentada por Fanon é a da mulata que deseja marido branco para melhorar a raça. Ela não pensa em casar-se com mulatos ou com negros. Fanon analisa a obra de uma mulata, Mayotte Capécia, que relata o seu envolvimento com um europeu. Para Fanon, o inconsciente coletivo de muitos martinicanos aspira ao embranquecimento: “[...] De fato, é normal sonhar, na Martinica, com uma salvação que consiste em se embranquecer magicamente [...] (1983, p. 39).

Através de estudos de ensaios sobre questões psicológico-raciais e de alguns romances cujos personagens são negros, negras, da Martinica, do Senegal, Fanon analisa os fenômenos psicológicos que permeiam as relações entre colonizadores e colonizados na vida real das Antilhas e da África: “[...] O Branco é escravo de sua brancura. O negro da sua negrura. Tentaremos determinar as tendências desse duplo narcisismo e as suas motivações” (1983, p. 11).

Fanon entende que os complexos desenvolvidos pelos negros e pelas negras no mundo colonial estabelecido pelos europeus são passíveis de interpretação psicanalítica:

Utilizamos, há pouco, o termo narcisismo. Na verdade, pensamos que só uma

O Branco é escravo de sua brancura. O negro da sua negrura. Tentaremos determinar as tendências desse duplo narcisismo e as suas motivações.

interpretação psicanalítica do problema negro pode revelar as anomalias afetivas responsáveis pelo edifício de complexos. Lutamos para a destruição total desse universo mórbido [...] (1983, p. 11).

Ao analisar os complexos desenvolvidos por negros e negras influenciados pelo colonialismo europeu, Fanon julga que:

[...] a verdadeira desalienação do Negro supõe uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Se há complexo de inferioridade, este surge após um processo duplo:

- econômico, inicialmente:
- em seguida, pela interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade (1983, p. 12).

Os comportamentos neuróticos e alienados de negros e brancos no mundo contemporâneo resultam das realidades política, econômica e social estabelecidas na América, África e Ásia pela burguesia européia que, a partir do século XVI, financiou as invasões desses continentes em busca da exploração e expropriação dos seus recursos materiais e humanos.

A obra de Fanon converge para esse entendimento, entretanto ele conclui que não cabe às gerações atuais exigirem reparações retroativas pela exploração, pelos crimes e atrocidades cometidos contra as coletividades e povos negros pelos representantes da burguesia européia ao longo de cinco séculos:

Não tenho nem o direito nem o dever de exigir reparação para meus ancestrais escravizados (1983, p. 187).

A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar.

Consistem, ainda hoje, em organizar, racionalmente essa desumanização. Mas, eu, homem de cor, na medida em que posso existir de modo absoluto, não tenho o direito de me entrincheirar em um mundo de

reparações retroativas (1983, p. 189).

Discordamos das conclusões de Fanon porque ele parece ignorar que a exploração e a expropriação material, cultural e política perpetrada pela civilização européia contra os negros na África e na América beneficiaram a burguesia européia, as classes intermediárias que acumularam e sedimentaram direitos políticos e bens materiais e culturais ao longo de cinco séculos com base nas ideologias de desigualdade e de inferioridade da coletividade negra e nas ideologias de igualdade e de superioridade da coletividade branca.

Entendemos que a desalienação dos negros e das negras ocorrerá na medida em que as condições objetivas – políticas, econômicas – nas quais negros e negras vivem propiciarem condições de vida dignas para que possam recuperar sua humanidade, a qual foi humilhada e vilipendiada durante cinco séculos e essa recuperação se dará não somente pelo pedido de perdão dos representantes da burguesia nacional e internacional à coletividade negra, mas também mediante reparações retroativas, o que significa dizer a restituição a essa coletividade de bens materiais e culturais construídos por ela e que foram apropriados pela burguesia e seus representantes na América e na África.

2. A colonização portuguesa no Brasil: a produção de discriminações e preconceitos contra a coletividade negra

Na sociedade brasileira, negros, brancos, índios, mulatos, cafuzos e pardos construíram comportamentos discriminatórios e preconceituosos através de malformações educativas familiares, escolares e culturais. É o caso, por exemplo, de discriminações e preconceitos desenvolvidos por nortistas contra sulistas, sulistas contra nortistas, cariocas contra paulistas, paulistas contra cariocas, paraenses contra amazonenses, amazonenses contra paraenses etc.

Há outras discriminações e preconceitos presentes na sociedade brasileira e que podem

ser encontrados na Europa (Grã-Bretanha, França, Suécia, Dinamarca), no Oriente (Japão, China, Coreia, Camboja), na África (Senegal, África do Sul, Angola, Moçambique). Tais discriminações e preconceitos são manifestados por brancos contra brancos; brancos contra negros; brancos contra índios; brancos contra mulatos, cafuzos e pardos. Por negros contra negros; negros contra brancos; negros contra índios; negros contra mulatos, cafuzos e pardos. Por índios contra índios; índios contra brancos; índios contra negros; índios contra mulatos, cafuzos e pardos. Por mulatos contra mulatos, cafuzos e pardos; mulatos contra negros; mulatos contra brancos; mulatos contra índios.

Muitas dessas discriminações e desses preconceitos, principalmente, contra negros, índios e mestiços foram construídos durante a colonização portuguesa no Brasil e tiveram por objetivo justificar a exploração e a expropriação material e intelectual das coletividades negras e indígenas, beneficiando diretamente os investidores portugueses e as burguesias de outras nações européias e as classes intermediárias brancas e, às vezes, muito raramente, mulatas e negras.

O estabelecimento da exploração e expropriação material e intelectual das coletividades negras e indígenas no Brasil pelos colonizadores portugueses produziu alienações, neuroses não somente entre negros e indígenas, como também entre brancos, mulatos, cafuzos e pardos, o que nos leva a repetir as palavras de Fanon: “[...] evidenciamos o seguinte: negro, escravo de sua inferioridade, o Branco, escravo de sua superioridade, ambos têm um comportamento neurótico [...]” (1983, p. 51). Concluímos com Fanon que esses complexos devam ser tratados psicanaliticamente, embora haja educadores, psicólogos e segmentos do Movimento Negro que propõem que os educandos

sejam submetidos a práticas educativas politicamente corretas que os levem a não desenvolverem tais alienações e neuroses.

3. Discriminação econômica: base da discriminação e desigualdade racial

Ao constatar que os negros e as negras alienaram-se devido ao contexto político econômico social capitalista que os explorou e os expropriou de sua cultura, de sua humanidade negra, considerando-os inferiores, Fanon julga “que a verdadeira desalienação do Negro supõe uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais [...]” (1983, p. 12)

Em outros trechos, o próprio Fanon expressa consciência crítica, ao compreender que o complexo de inferioridade manifestado pelos negros e pelas negras foi produzido por uma sociedade exploradora que os empobreceu e os inferiorizou econômica e social-

O complexo de inferioridade manifestado pelos negros e pelas negras foi produzido por uma sociedade exploradora que os empobreceu e os inferiorizou econômica e socialmente.

mente:

Não nos enganamos, ao afirmar em nossa introdução, que a inferioridade foi, através da História, vivida como uma inferioridade econômica (1983, p. 38).

O problema negro não se limita aos Negros que vivem entre os Brancos, mas sim dos Negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, acidentalmente branca [...] (1983, p. 164).

O presente e o passado interligam-se intrinsecamente. Nenhuma situação ou condição presente surge por geração espontânea, ela se radica inexoravelmente em situações e condições criadas pelos seres humanos ativa ou passivamente. Qualquer análise de situações e condições vividas por seres humanos no presente perpassa situações e condições vividas pelos seus antepassados.

A sociedade brasileira colonial negou à coletividade negra acesso à posse de terra, aos cargos públicos, militares, religiosos, à escolaridade básica, ao ensino superior. Condenou a coletividade negra à escravidão, à pobreza, à miséria. A coletividade negra foi considerada como quase animal, impura, inferior, não possuidora de alma. Essas ações realizadas pela sociedade brasileira colonial contra a coletividade negra beneficiaram a coletividade branca – europeus (burguesia) e descendentes de europeus (classes intermediárias). A coletividade branca tinha acesso à posse de terra, aos cargos públicos, militares, religiosos, à escolaridade básica e ao ensino superior. Era considerada como civilizada, pura, superior e possuidora de alma.

A História mostra que em toda sociedade onde os seres humanos dividem-se em estratos privilegiados e estratos desfavorecidos, não somente os primeiros beneficiam-se da exploração econômico-social dos segundos, mas também uma ou várias classes intermediárias beneficiam-se da exploração e discriminação dos estratos mais desfavorecidos. A sociedade espartana constitui um exemplo disso. Depois de conquistar a Messênia, por volta do século VII a. C., os dórios tornaram-se a camada dominante, tanto política quanto economicamente (esparciatas) e reduziram os messênios à condição de escravos (hilotas), obrigando-os a se dedicarem à agricultura e a outras ocupações socialmente subalternas (escolta, carregadores, criados). Entre essas duas camadas, havia uma camada intermediária – os periecos, populações livres, sem direitos políticos, porém aliados dos esparciatas. Podiam possuir terras e bens móveis. Eram camponeses, comerciantes e artesãos. Beneficiavam-se do sistema de exploração dos hilotas pelos esparciatas. Na sociedade brasileira, a coletividade branca, de modo geral, beneficiou-

O despreparo ou a incapacidade de várias gerações de negros e de negras resultara da expropriação material e intelectual a que foram submetidos por vários séculos mediante trabalho não remunerado.

se do sistema de exploração da coletividade negra.

A sociedade brasileira republicana estabeleceu-se, no aspecto formal, segundo os princípios de universalidade, de liberdade e de igualdade para todos os segmentos sociais, independentemente de classe, raça, entretanto, na prática, estabeleceu uma apartação não declarada para a coletividade negra. Essa coletividade adquiriu o estatuto jurídico de livre a partir de 1888, mas não foi indenizada pelo trabalho realizado por várias gerações de negros e negras que construíram o patrimônio econômico deste país, não lhe foi dada condições para a sua sobrevivência, não teve o direito de adquirir o estatuto de trabalhadora e de ter

acesso à propriedade da terra para produzir suas condições de existência. Em consequência disso, negros e negras tiveram de se instalar em mangues, inicialmente, e nos morros, posteriormente, como foi o caso dos ex-escravos no Rio de Janeiro, e de depender de subempregos. Continuaram a sofrer discriminações e preconceitos por conta da sua cor. Não estranhemos que várias gerações de negros se sentissem ou fossem considerados despreparados ou incapacitados para as atividades profissionais mais bem remuneradas que foram criadas pela sociedade industrial e de serviços a partir do início do século XX no Brasil. Em resumo, o despreparo ou a incapacidade de várias gerações de negros e de negras resultara da expropriação material e intelectual a que foram submetidos por vários séculos mediante trabalho não remunerado.

Esse despreparo ou essa incapacidade de negros e negras para as atividades profissionais e intelectuais constitui resultado de uma série de barreiras e de desvantagens criadas pela sociedade brasileira para impedir a promoção social e econômica de negros e de negras. Não

estranhamos também que as pesquisas sobre renda da população brasileira indiquem que a coletividade negra encontra-se entre as mais pobres. Guimarães assinala que: “Estatisticamente, está bem estabelecido e demonstrado o fato de que a pobreza atinge mais os negros que os brancos, no Brasil [...]” (2002, p. 64).

Guimarães também ressalta que ao longo do desenvolvimento histórico e econômico da sociedade brasileira o ciclo de desvantagens foi continuamente reforçado:

[...] As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo presente, através de discriminações (2002, p. 67).

A série de desvantagens e barreiras para a promoção social e econômica de negros e negras na sociedade brasileira pode ser demonstrada pelo fato de que as reparações econômicas aos judeus pelos crimes cometidos pelos nazistas contra a coletividade judaica, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram aceitas como justas não somente pelos intelectuais brasileiros (incluindo juristas, jornalistas e professores universitários) como também pela maioria da população brasileira (incluindo a coletividade negra). No Brasil, as reparações econômicas às vítimas de tortura perpetrada pelo Regime Militar (1964-1982) e às famílias dos presos políticos assassinados também foram aceitas e assimiladas como justas, entretanto a sociedade brasileira (incluindo os inte-

lectuais de modo geral), desde 1888, não conseguiu e nem parece querer admitir a possibilidade de reparações econômicas à coletividade negra (descendente de negros e negras seqüestrados na África para trabalharem sob tortura ou serem assassinados no período colonial) que continuou a ser discriminada econômica, educacional e profissionalmente depois da “declaração da abolição da escravatura” (1888) e da “proclamação da república” (1889).

A propósito, Hélio Santos denuncia que, no Brasil, existe apartheid que não é social, como querem certos intelectuais – “Os economistas, os analistas políticos, os cientistas sociais e outros especialistas do barbarismo social brasileiro [...]” (2001, p. 28), mas discriminatório contra a promoção econômico social da população de cor, uma vez que:

[...] a esmagadora maioria da população situada abaixo da chamada linha de pobreza (marco divisor, abaixo do qual as pessoas vivem em condições miseráveis) é preta e parda [...]. Sendo assim, não faz sentido falar em apartheid social, já que os que estão apartados da cidadania, aqui no Brasil, são os negro-descendentes (pretos e pardos) [...] (2001, p. 29-30).

Na verdade, a grande maioria da elite, da classe média e dos intelectuais brasileiros posiciona-se firme e refinadamente contra a discriminação positiva (políticas afirmativas, reparações retroativas, quotas para a educação superior, para o mercado de trabalho ou para o desenvolvimento de atividades empresariais) para a promoção econômico-social da coletividade negra, alegando que tal discriminação constitui discriminação às avessas, mas não se posicionam de modo igualmente firme quando se trata de analisar criticamente a discriminação negativa praticada contra a coletividade negra desde o período colonial quanto ao acesso

A grande maioria da elite, da classe média e dos intelectuais brasileiros posiciona-se firme e refinadamente contra a discriminação positiva, mas não se posicionam de modo igualmente firme quando se trata de analisar criticamente a discriminação negativa

à terra, a cargos profissionais mais bem qualificados e mais bem remunerados, à escolaridade básica de boa qualidade e ao ensino superior nas universidades públicas e de avaliar o valor da dívida da sociedade brasileira para com a coletividade negra. Não explicam que tipo de “mérito” norteou as formações acadêmicas e as carreiras profissionais da maioria dos membros da elite, da classe média e dos intelectuais orgânicos da sociedade brasileira. Não explicam que tipo de formação que tiveram nas escolas superiores e universidades brasileiras que os tem levado a discriminar negativamente negros, índios, mestiços e pobres em geral.

Evidentemente a maioria desses intelectuais orgânicos são oriundos das camadas mais privilegiadas da sociedade brasileira (elite, classes médias) ou estão comprometidos com os interesses dessas camadas. Daí sua reação não só teórica como política às reivindicações da coletividade negra.

É desse modo que entendemos a observação de Guimarães quanto ao conservadorismo manifesto desses intelectuais:

Ora, à medida que o movimento negro ganhou maior proeminência política, principalmente quando passou a defender políticas públicas voltadas para a população negra, ferindo interesses e privilégios consolidados, o mal-estar da academia tendeu a transformar-se facilmente em conservadorismo político [...] (2002, p. 57-58).

Gilberto Freyre constitui um exemplo de intelectual comprometido com os interesses da classe a que pertence. Descendente da elite escravagista do nordeste, em suas obras, mitifica e mistifica as relações entre brancos, negros e índios no Brasil. Para ele, os brancos escravagistas, os negros escravos e os índios semi-es-

cravizados resolveram se encontrar no solo brasileiro para fundar uma sociedade maravilhosa permeada por relações harmoniosas entre eles. Entretanto, Freyre teve e ainda tem defensores de suas idéias míticas e mistificadoras sobre as relações entre brancos, negros e índios no Brasil. Não estranhemos que “[...] à medida que o movimento negro acusava Gilberto Freyre

por ter passado uma imagem rósea das relações raciais no país, cresceu a reação de alguns intelectuais à tentativa de demonização de Freyre” (Guimarães, 2002, p. 57).

Discordamos categoricamente de Freyre quando afirmou que “[...] O social deforma no indivíduo o que é ou se supõe natural [...]” (1955, p. 8). Entendemos que o social deformado pode alienar ou neurotizar alguns indivíduos, muitos indivíduos ou até a maioria dos indivíduos de uma sociedade, mas nem todos os indivíduos se alienam ou se neurotizam. Entretanto, enquanto a maioria dos indivíduos neuróticos e alienados se orienta ingenuamente por idéias do senso comum ou por ideologias de interesse da classe dominante, os indivíduos da classe dominante orientam-se por essas idéias e ideologias por interesse de classe com vistas a manutenção de privilégios de sua classe.

interesse de classe com vistas a manutenção de privilégios de sua classe.

Pensamos que, ao fazerem “crítica” às reivindicações da coletividade negra ao Estado e à sociedade brasileira, a maioria dos intelectuais, dos membros da elite e da classe média deveriam propor soluções que atendam os interesses e as necessidades da coletividade negra e não buscar justificativas “refinadas” para continuar garantindo seus privilégios construídos por meio da negação às várias gerações de negros e negras do acesso ao direito ao bem-estar e à felicidade geral da humanidade negra. Utilizando as palavras de Fanon, diremos que a verdadeira desalienação do branco “supõe uma

A maioria dos indivíduos neuróticos e alienados se orienta ingenuamente por idéias do senso comum ou por ideologias de interesse da classe dominante, os indivíduos da classe dominante orientam-se por essas idéias e ideologias por interesse de classe com vistas a manutenção de privilégios de sua classe.

súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais [...]” (1983, p. 12).

4. Políticas afirmativas: reparações retroativas

Há quase cinco séculos, as elites e os intelectuais brasileiros desenvolveram e adaptaram, na sociedade brasileira, teorias e ações políticas surgidas na Europa e nos Estados Unidos. Foi desse modo que a escravização de negros e negras, as discriminações e os preconceitos contra a coletividade negra prosperaram.

Estranhamos que essas elites e intelectuais acusem as lideranças e os intelectuais negros brasileiros de quererem adaptar teorias e práticas desenvolvidas por lideranças e intelectuais negros de outros países.

Entretanto a história da sociedade brasileira e, principalmente, a história dos oprimidos da sociedade brasileira, mostra que desde o seu seqüestro na África, nem todos os negros e negras se alienaram ou se neurotizaram, a despeito das condições e situações neurotizantes vividas por eles e elas. Essas condições e situações consistiam na exploração violenta de sua força de trabalho, na inculcação de juízos de valor europeus e na tentativa de eliminação dos valores culturais e simbólicos dos povos africanos.

Vários negros e várias negras se rebelaram contra essas condições e situações e promoveram ações de libertação (fugas, criação de quilombos) no período colonial ou lutaram pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho tanto no período colonial quanto no período republicano.

É da totalidade das experiências vividas pela coletividade negra no Brasil (tanto dos que se alienaram, se neurotizaram ou dos que desenvolveram consciência crítica de sua situação) que devemos entender a origem das teses das políticas afirmativas expressas por lideranças e intelectuais negros brasileiros. Essas teses estão

alicerçadas, evidentemente, na reflexão tanto das experiências vividas quanto de teses desenvolvidas por outros negros e outras negras na África, América Central e na América do Norte e de teses de libertação desenvolvidas por intelectuais, revolucionários ou cidadãos comuns brancos no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos ou na Europa. Afinal de contas, nem todo branco neurotizou-se ou alienou-se em razão das ideologias de liberdade, igualdade e fraternidade.

No período colonial, ao empreenderem fugas e criarem quilombos, os negros e as negras, muitas vezes, com apoio e participação de índios e brancos, buscavam construir uma vida digna, mediante a criação de condições de existência diferentes daquelas impostas aos escravos negros pelos colonizadores portugueses. E, ao longo dos períodos colonial e republicano, várias gerações de negros e negras organizaram irmandades, associações e movimentos negros, muitas vezes, com apoio de índios e brancos, para lutarem por melhores condições

de vida e de trabalho na sociedade brasileira, para reivindicarem direitos de acesso ao trabalho, à terra, moradia, escolarização e à cidadania brasileira (uma vez que os negros e as negras eram e continuam sendo tratados como estrangeiros pelas autoridades policiais e políticas) e para defenderem a cultura e os conhecimentos trazidos da África.

Em resumo, muito antes de ser criado o termo *política afirmativa*, várias gerações de negros e de negras lutaram e defenderam o direito de afirmarem sua humanidade, sua negritude, sua existência física e cultural. Várias gerações de negros e negras resistiram e se opuseram às falsas idéias e aos falsos valores que lhes foram inculcados pelos intelectuais orgânicos (padres, advogados, juízes, jornalistas, cientistas etc) da sociedade brasileira.

Várias gerações de negros e negras resistiram e se opuseram às falsas idéias e aos falsos valores que lhes foram inculcados pelos intelectuais orgânicos (padres, advogados, juízes, jornalistas, cientistas etc) da sociedade brasileira.

É a partir da reflexão dessas atitudes de afirmação de parte da coletividade negra que as lideranças e intelectuais negros elaboraram e passaram a defender as políticas afirmativas para os negros e as negras brasileiros.

Entendemos que as quotas como parte de políticas afirmativas devem ser adotadas para os negros e as negras durante quinhentos anos para reparar os crimes perpetrados pela escravidão e pelas discriminações e preconceitos praticados contra a coletividade negra pela sociedade brasileira (coletividade branca) em nome de falsas idéias e de falsos valores durante quinhentos anos. Elas devem propiciar condições para formação profissional e intelectual de negros e de negras, principalmente, em nível superior. Elas devem criar condições para inserir os negros e as negras no mundo do trabalho qualificado e em atividades empresariais e propiciar acesso à terra e à moradia para os negros e as negras tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Desse modo, as quotas iniciariam o processo de reparação devida à coletividade negra pela sociedade brasileira, combateriam as discriminações, possibilitando que os negros e as negras adquirissem auto-estima pelo acesso a bens materiais e culturais e formassem quadros intelectuais e profissionais comprometidos com as necessidades e interesses dessa população.

O combate às discriminações e aos preconceitos só se dará mediante políticas afirmativas que reparem radicalmente os danos e os prejuízos causados a indivíduos e coletividades em benefício material e cultural de outros indivíduos e coletividades de uma dada sociedade.

A História nos mostra que quando uma sociedade cultiva a discriminação e o preconceito contra um determinado indivíduo e/ou uma determinada coletividade, ela está, na verdade, semeando a cultura de discriminação contra outros indivíduos e/ou outras coletividades e, em última instância, está construindo a cultura de discriminação contra si própria.

A propósito, o depoimento de Martin Niemöller (1892-1984) sobre as discriminações

nazistas contra indivíduos, povos e grupos políticos é bem ilustrativo quanto ao que dissemos acima:

Primeiro, eles vieram e levaram os comunistas, mas eu não disse nada porque não era comunista. Depois, vieram e levaram os sindicalistas, mas eu não disse nada porque não era sindicalista. Depois, vieram e levaram os judeus, mas eu não disse nada porque não era judeu. Depois, vieram e me levaram. Não havia mais ninguém para falar por mim.

Referências bibliográficas

- AQUINO, DENIZE, OSCAR. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- _____. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAN, Standish. *História da civilização ocidental*. Tradução Donalson M. Garschagen. 30ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988, Vols. I e II.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983. (Coleção Outra gente, v. 1).
- FREYRE, Gilberto. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Imprensa Nacional. Serviço de Documentação, 1995 (Os Cadernos de Cultura, 79).
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2002.
- SANTOS, Hélio. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 

A política de formação de professores leigos no Brasil: o proformação

Raquel de Almeida Moraes*
Carlos Alberto Ferreira Lima**

*Doutora em Educação pela Unicamp; Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

**Doutor em Economia por Paris I, Panthéon, Sorbonne; Professor/pesquisador da Universidade de Brasília.

*É crime roubar um banco,
mas é mais criminoso fundá-lo.*

Bertolt Brecht

Introdução

O objetivo do presente artigo é argumentar sobre a necessidade de reorientar o programa brasileiro de formação de professores leigos utilizando as tecnologias da educação a distância, o PROFORMAÇÃO, para fins efetivamente transparentes e democráticos. Para desenvolver a argumentação, o texto foi dividido em três partes. Inicialmente caracterizamos a política pública de formação de professores leigos. A seguir resgatamos suas origens históricas em articulação com a atuação do Banco Mundial na educação do país. Na terceira parte, analisamos o modelo de educação a distância subjacente ao PROFORMAÇÃO, em contraponto com um programa desenvolvido pelo Banco Mundial, EdNet, voltado para sua própria capacitação. Por fim, alertamos para a necessidade de romper com a lógica da reprodução e da subordinação presente nas políticas públicas orientadas pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco

Mundial, para os países retardatários do sistema capitalista mundial.

O Proformação

Criado na gestão do ministro da educação Paulo Renato de Souza - governo FHC (1995-2002) - o PROFORMAÇÃO é um dos programas da Secretaria de Educação a Distância, SEED, em conjunto com a Secretaria de Ensino Fundamental, SEF, voltado para a formação a distância do professor leigo em Magistério de nível médio, que já atua nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e nas classes de alfabetização e pré-escola nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. (MORAES, 2001, 2003)

Foi financiado até 2003 pelo Fundo de Desenvolvimento da Escola - FUNDESCOLA (que sucedeu o Projeto Nordeste I e II em 1997) que, por sua vez, conta com recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

Valorização do Magistério - FUNDEF, do Fundo Nacional da Educação - FNDE e do Banco Mundial - BM - instituição financeira criada em 1944 como resultado da conferência de Bretton Woods.

De acordo com dados do MEC/INEP (2003), em 1999, existiam 68.855 professores não-habilitados ou leigos, correspondendo a 2,87% dos professores que atuavam em classes de alfabetização e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, nos quinze estados que aderiram ao PROFORMAÇÃO, a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiânia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Sergipe, Tocantins. Até julho de 2002, esse programa habilitou em Magistério de nível médio 23.700 professores, ou seja, 35% da demanda, restando ainda 45.155 professores para serem capacitados. A partir de julho de 2004, na fase IV do programa, as regiões Sul e Sudeste também foram integradas.

Com duração de dois anos, o curso é desenvolvido em quatro módulos, um por semestre. Cada módulo compreende fase presencial e fase a distância. Na fase presencial, os cursistas têm dez dias de aulas presenciais com os professores formadores, nas Agências Formadoras (AGF). A cada quinze dias, aos sábados, ocorrem os encontros com o tutor. E ao final de cada bimestre, é feita uma avaliação escrita. Na fase a distância, os cursistas estudam **individualmente**, utilizando o “material didático auto-explicativo” que recebem e aplicam em sala de aula o que estão aprendendo, registrando em um memorial suas experiências.

O “material didático auto-explicativo” é composto por vídeos e impressos como guias de estudo e cadernos de verificação da aprendizagem. As Agências Formadoras utilizam a informática para fazer o cadastramento, o

monitoramento e o registro da avaliação do desempenho dos participantes.

As origens da problemática do professor leigo no Brasil

A origem da problemática da formação do professor leigo no Brasil não pode ser tratada de forma a-histórica, como se isso fosse um assunto simplesmente técnico e não político-econômico. Nesse sentido, Kawamura (1990) explica que no Brasil, após a II Guerra Mundial, a perspectiva tecnocrática perpassa todo o aparato educacional e as políticas sociais pas-

sam a se subordinar aos parâmetros técnicos em uma estrutura político-administrativa organizada de forma a privilegiar a instância técnica e conferir poder aos técnicos da educação, ofuscando sua veia economicista.

Segundo Yazbeck (2002), no início dos anos 60, veio ao Brasil uma missão de assessores estrangeiros provindos de universidades norte-americanas avaliar o nosso sistema educacional e, em decorrência, foram criados vários programas dentre eles o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural - EDURURAL, no Nordeste Brasileiro, implementado pela Fundação Carlos Chagas e

o Banco Mundial. Esse foi um dos primeiros programas governamentais em parceria com o Banco Mundial na área de formação do professor leigo, ancestral do atual PROFORMAÇÃO.

A presença de órgãos e técnicos estrangeiros na definição das políticas culturais do Brasil e a importação de abordagens metodológicas pragmáticas do exterior para a questão cultural contribuíram para o desenvolvimento de programas desse caráter. Segundo Saviani (KAWAMURA, 1990), a tendência tecnicista tem-se desdobrado em novas correntes educacionais: enfoque sistêmico, tecnologias de ensino,

A presença de órgãos e técnicos estrangeiros na definição das políticas culturais do Brasil e a importação de abordagens metodológicas pragmáticas do exterior para a questão cultural contribuíram para o desenvolvimento de programas desse caráter.

operacionalização de objetivos, instrução programada, máquinas de ensinar, teleensino, educação via satélite, microensino, etc.

Para Marília Fonseca (apud. PRETTO, 2000), o Banco Mundial foi criado em 1944, juntamente com o FMI, com a tarefa de reconstruir a Europa, auxiliando os países devastados pela guerra a recuperarem suas economias. Enquanto ao FMI foi conferida a tarefa de promover a estabilização financeira nas relações econômicas internacionais e livre acesso às matérias-primas dos países coloniais que os países hegemônicos europeus obstavam, o BM funcionava como um *emprestador* de recursos para projetos específicos. Passado o momento da reconstrução, as duas entidades passaram a monitorar o desenvolvimento do chamado terceiro mundo.

A princípio, o Banco Mundial era composto apenas por países sócios, mas quando começou a monitorar o Terceiro Mundo, passou a existir uma desigualdade financeira afetando as relações de poder dentro do Banco, já que o poder de voto é proporcional ao aporte de recursos de cada país. Assim, segundo Fonseca, o Brasil, apesar de ser um país-sócio “não tem um voto poderoso e, muito menos, o poder de modificar as regras do Banco, visto que os cinco grandes países, EUA, Japão, Alemanha, França e Inglaterra, nessa ordem, têm direito a 40% dos votos no Banco Mundial.”

Além do mais “as decisões correntes do Bureau Executivo requerem uma maioria simples dos votos, mas toda ação que vise mudar os artigos da carta constitutiva requer a aprovação de pelo menos três quintos dos membros e de 85% do total das ações votantes (o que significa que os Estados Unidos, com 17,5% dos votos, têm direito de veto sobre toda

mudança de estatutos).“(TOUSSAINT, 2001, pp. 169-170)

Pensando junto com Fonseca, temos que o Banco Mundial financia o setor social e, particularmente, o educacional com a mesma lógica financeira que utiliza para conceder crédito ao setor econômico, com a agravante de que a educação não deve ser pensada como mercadoria, geradora de lucro e, sim, como direito inalienável do cidadão. Para Fonseca (op. cit, p. 63):

Os empréstimos destinados à educação fazem parte de um modelo de financiamento denominado *hard*, especialmente concebido para financiar a área comercial. O Banco conta com outros tipos de créditos mais baratos para financiar o setor social, mas esses são destinados a países de baixa renda per capita sendo que o Brasil não faz parte dessa categoria. Segundo esse modelo, o Banco participa, em tese, com metade dos recursos destinados a um projeto e o país tomador, participa com a outra metade. Esse é o chamado modelo de co-financiamento, em que o tomador deve gastar, primeiro, segundo um cronograma anual pré-fixado. Esse gasto antecipado, chamado de contrapartida nacional, é feito em moeda nacional correspondente ao dólar prefixado.

Em suas pesquisas, Fonseca constatou que por causa dessa lógica do co-financiamento, o Brasil cancelou, nos últimos anos, cerca de vinte projetos financiados pelo Banco Mundial, porque os atrasos nas implementações desses projetos provocaram o pagamento de juros que, por causa da inflação, tiveram seus custos tão altos a ponto de consumir todos os recursos destinados pelo país para os projetos em questão. No entanto, argumenta a pesquisadora, na representação popular, o Banco é

Por causa dessa lógica do co-financiamento, o Brasil cancelou, nos últimos anos, cerca de vinte projetos financiados pelo Banco Mundial, porque os atrasos nas implementações desses projetos provocaram o pagamento de juros que, por causa da inflação, tiveram seus custos tão altos a ponto de consumir todos os recursos destinados pelo país para os projetos em questão.

percebido como um doador de recursos e não como um emprestador, o que é reforçado pela mídia com “a imagem de um organismo que combate a pobreza no Terceiro Mundo, que contribui para a distribuição de bens econômicos e sociais com equidade e que garante autonomia e interdependência na sua interação entre os países membros”. (Ibidem, p. 65)

A política do Banco Mundial para a formação de professores com as tecnologias

Ao longo de sua existência, o Banco Mundial passou por várias fases. Segundo Silva (2002), na gestão de George Woods (1963-1968), o Banco evoluiu de instituição de desenvolvimento do pós-guerra para o de serviços de créditos e empréstimos.

Na gestão do presidente McNamara, ex-secretário de Defesa dos EUA (1961-1968), a educação começou a ser vista como uma das poucas que ainda não tinham sofrido uma mudança tecnológica. Para ele:

É importante sublinhar que a indústria da educação, normalmente entre as maiores empregadoras de qualquer país, é uma das poucas que não sofreram uma revolução tecnológica. Precisamos retirá-la do estágio artesanal. Dada a terrível insuficiência, que tende a agravar-se, de professores qualificados, é preciso encontrar os meios de aumentar a produtividade dos bons professores. Isto incluirá investimentos em livros didáticos, em materiais audiovisuais e, sobretudo, no emprego de técnicas modernas de comunicação rádio, filmes e televisão no ensino. (SILVA, 2002, p.55)

Nos anos 90, essa idéia de McNamara foi retomada, estando a ênfase nas tecnologias educacionais ao lado das seguintes diretrizes políticas (SILVA, 2002, p. 111): educação básica como principal, mas prioridade no ensino fundamental; qualidade na educação como base para as reformas educacionais; privatiza-

ção do ensino médio e superior; ênfase no autofinanciamento e nas formas alternativas de captar recursos; prioridade nos resultados fundados na produtividade e na competitividade; convocação dos pais e da comunidade para participar dos assuntos escolares; estímulo ao setor privado: sistema S, empresários e organismos não-governamentais como agentes ativos no âmbito educacional, no nível de decisões e implantação de reformas; redefinição das atribuições do Estado e retirada gradual da oferta dos serviços públicos: educação e saúde; enfoque setorial, centrado na educação formal credencialista; institucionalização dos sistemas nacionais de avaliação; fortalecimento dos sistemas de informações e dados estatísticos. Cabe destacar que o GATS/AGCS [AGCS - Acordo Geral do Comércio e Serviços - assinado pelos países membros em 1º/1/1995, objetivando a liberalização progressiva dos serviços] incluiu

a educação, particularmente a de nível superior e as instituições que as desenvolvem são próprias da modernidade e constituem um direito do cidadão, traço legítimo, histórico e legal que estrutura a cidadania, contudo, nas negociações em curso na OMC com prazo para término no primeiro dia de 2005, pode transformar-se em mercadoria quando da transferência do setor público (terciário do governo) para os mercados do ensino (empresas terciárias). Aqui temos um claro atentado [...] contra a soberania de todos os países pela hegemonia e poderes do Estado que quer tornar-se planetário, fazendo dos cidadãos do mundo, no mesmo movimento, “cidadãos mínimos”. (LIMA e SILVA JÚNIOR, 2004, p.129)

O conhecimento, “matéria prima” da nova fase da economia, sob a ideologia do capital globalizado ou mundializado - como analisa Dominique Wolton (2003) - está sendo produzido, segundo se pode depreender dos documentos produzidos a esse respeito pelo Banco Mundial, não mais pelo trabalhador intelectual

tradicional, mas por equipes anônimas expressando uma “inteligência coletiva”, dissimulando, no fundo, a alienação e a coisificação do professor e até do cientista universitário. Dessa forma,

Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos. Como observaram R. Barnett e J. Cavanagh, são termos que teriam agradado à Rainha de Copas de Alice no país das maravilhas, pois cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser. (CHESNAIS, Apud LIMA, 2001, p. 140)

Potashnik e Capper (1998), em documento do Banco Mundial intitulado *Distance education: growth and diversity*, colocam que a educação a distância e as novas tecnologias são forças econômicas que, para terem sucesso, precisam ser acompanhadas de alguns cuidados. No caso dos países em desenvolvimento, onde há um contingente imenso de professores com pouco ou subtreinamento, eles avaliam que a educação a distância é para ser usada para treiná-los de modo mais eficaz, com baixos custos e aumentando a qualidade dos cursos com novos insumos tecnológicos. Mas nem todas as tecnologias são adequadas para todos os países nem para todos os níveis de ensino ou treinamento. E concluem o documento afirmando que, para o próprio Banco, a diretriz estratégica é ter a sua própria plataforma, a EducationNet (EdNet), com o intuito de capacitar tomadores de decisão, especialistas educacionais e investidores. Para isso, desde 1998, o Banco planejava uma série de workshops nos países-clientes para se formar uma capacitação global em *e-learning*.

Contextualizando a problemática, temos as

análises de Roberto Leher (2004) e outros sobre o Banco Mundial e a política educacional para o Brasil e a América Latina afirmando que:

Os países do Norte exportarão conhecimento escolar, como ocorre hoje com as patentes! Essa ofensiva, presente também na agenda do ALCA, tem como meta edificar um mercado educacional ultramar, sacramentando a heteronomia cultural. Mas o pré-requisito é converter, no plano do imaginário social, a educação da esfera do direito para a esfera do mercado, por isso o uso de um léxico empresarial: excelência, eficiência, gestão por objetivos, clientes e usuários, *empreendedorismo*, produtividade, profissionalização por competências etc.

E a formação de professores, a nosso ver, já começa a ser pressionada à criação desse mercado, sobretudo em projetos como o PROFORMAÇÃO, a Fábrica Virtual etc, onde esses “clichês” já se fazem presentes¹. Nesse sentido, Iria Brzezinski (2001, p.185) argumenta que

[..] não resta dúvida de que tais sintonia e coerência fazem parte do mosaico legislativo que sub-repticiamente, o mundo oficial vem montando para atender às imposições do Banco Mundial às políticas educacionais brasileiras. (...) O que deseja o mundo real, e, para iso luta, é que não se instale em definitivo o nível médio de formação para professores e que tampouco se retire do curso de Pedagogia o direito de também formar professores para as séries iniciais do ensino fundamental e para a educação infantil. Ou ainda que o objeto do parecer em tela passe a servir de pretexto para respaldar a criação de cursos a distância, de certificação de leigos (e não de qualificação), como tem sido efetivados com recursos do FUNDEF nas Regiões Norte e Nordeste.

Segundo Maria Luisa Belloni (1999), historicamente temos dois modelos de educação a distância – EaD. O primeiro deles está ligado ao antigo modelo taylorista-fordista de educação, onde a EaD é entendida como um proces-

so industrial de trabalho. Nessa perspectiva, sua estrutura é determinada, segundo Peters, pelos seguintes princípios: racionalização, divisão do trabalho e produção em massa, crescimento de crescente mecanização e automação.

Essa lógica de “massa” vai evidenciar-se na oferta da educação (universalização do ensino fundamental e depois o secundário) e nas estratégias implementadas (grandes unidades, planejamento centralizado, otimização de recursos, etc). Contudo, com a crise do fordismo nos países capitalistas centrais e com o processo de produção sanguíneo nos países retardatários que não conheceram o *well/warfare state*, surgem novos processos de produção industrial (pós-fordismo e toyotismo), os quais passam a influenciar tanto a concepção como a gestão do trabalho e todas as dimensões sociais a ele relacionadas. Ligado à lógica “pós-moderna” e pós-fordista, esses novos processos, em geral, enfatizam o aprender ao longo da vida, a educação para o pensar e o trabalho em redes, ao contrário da lógica taylorista/fordista de produção em massa da linha de montagem, onde se tinha uma clara e nítida divisão do trabalho: os pensadores e os executores que correspondem aos trabalhadores intelectuais e os manuais respectivamente.

Apesar da crise do fordismo, tanto na economia quanto na educação, o Banco Mundial, continua utilizando a lógica do modelo taylorista-fordista em EaD impondo-o para os países periféricos. No caso do PROFORMAÇÃO, é notório observar essa lógica no planejamento e no desenho dos materiais auto-instrucionais, onde um mesmo discurso está presente nos livros e vídeos utilizados no Ceará, em Mato Grosso, Goiás, Pará, etc, como se todos os cursistas tivessem a mesma realidade. Contradiz-se, assim, com a lógica pós-fordista de produção de cursos e materiais em EaD, como o EdNet, presente, como vimos, desde 1997 nos países capitalistas centrais, onde a tônica é a resolução de problemas da realidade local pela metodologia dos projetos.

No que se refere ao tipo de formação

docente que o PROFORMAÇÃO propicia, Scaff (2000, p. 131) afirma que

parece oportuno oferecer cursos de formação de nível Secundário (como é o caso do Projeto PROFORMAÇÃO) e treinamentos esporádicos que garantam ao professor um mínimo de conhecimento do conteúdo a ser ensinado e, principalmente, das técnicas didáticas que garantam o desenvolvimento de um trabalho que atenda às necessidades estabelecidas por esses organismos, sem maiores questionamentos.

Analisando o projeto político-pedagógico adotado pelo PROFORMAÇÃO, julgamos que a massificação se faz presente com a **avaliação** no centro do processo, conferindo e controlando a “qualidade” do produto, a saber: se o resultado está de acordo com o modelo apresentado nos módulos e vídeos, sobretudo por meio da avaliação prático-pedagógica, onde o cursista tem suas aulas assistidas pelo tutor, como parte integrante do processo avaliativo. Sordi (1998, p. 55) analisa que:

A margem do trabalho autônomo das instituições se reduz e o controle do seu processo se instala regido pela lógica do mercado. Desta forma, o julgamento dos conhecimentos válidos, socialmente relevantes para serem ensinados via escola, estará nas mãos de uns tantos especialistas, quem sabe distanciados das reais necessidades sociais e do impacto de suas decisões. Usa a pretensa neutralidade da avaliação como anteparo para processar a pasteurização das instituições de modo a que se ajustem ao tipo de escola necessário ao projeto neoliberal.

Considerações finais

Quando o Banco Mundial diz que a educação a distância e as novas tecnologias são forças econômicas, vemos que esse discurso pressupõe uma concepção de educação economicista, pois ao **não** considerar os aspectos culturais que envolvem as dimensões da consciência

e da linguagem na educação, o Banco reproduz, no discurso, a racionalidade que mantém a sociedade ofuscada pela sedução da ciência e da tecnologia e dentro delas, as tecnologias da informação e comunicação, alimentando o sistema de dominação. Ademais, é diretriz estratégica do Banco, conforme Potashnik e Capper relatam, ter o seu EdNet com o intuito de “treinar” novos tomadores de decisão, especialistas educacionais e investidores, para manter e expandir o próprio sistema do Banco Mundial, realizando o que Freire conceitua como educação bancária. E para isso coloca aos países suas *condicionalidades* ou *imposições*.

Quanto ao PROFORMAÇÃO, vimos que ele é concebido pelo BM como um programa típico de país em desenvolvimento e, como tal, ainda não pode galgar à hierarquia daqueles programas que utilizam a rede informática ou o ciberespaço para fins de treinamentos mais refinados, pois segundo seu consultor Moore, como vimos anteriormente: “Podemos incorporar os novos meios no futuro, mas enquanto não existir uma rede forte e disponível, eles permanecerão pouco eficazes”. (MORAES, 2001, p. 131)

Mas isso não implica que os “treinamentos” dos que têm acesso à rede também não estejam sob a lógica da racionalidade técnica, pois para o BM, a educação também é concebida como mercadoria e componente da indústria de bens culturais, pois seu fim é expandir seus próprios negócios no mundo.

Estamos de acordo com Adorno (Apud PUCCI, 1995, p. 27) quando alerta que:

A seqüência automatizada de operações padronizadas, a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais, a tendência à uniformização, os invariantes fixos, os clichês prontos, a tradução estereotipada de tudo, se permitem uma distribuição mais acessível e universal de bens culturais,

geram, por outro lado a exclusão do novo, do diferente, do criativo.

A esse respeito, Tognolli (2001, p. 85) afirma que uma sociedade que se “relacione só por palavras fixas e códigos de acesso em vez da mediação e dos acontecimentos sociais, gerará indivíduos que falarão e pensarão por clichês - ou falarão e pensarão significantes sem significados”.

Neste sentido, torna-se cada vez mais difícil exercer uma educação contra-hegemônica e dialógica, com uma conseqüente formação crítica de professores, em uma população crescentemente controlada pelos organismos financeiros internacionais.

Como salienta Paulo Freire (1987, p. 177): “Não é como “coisas”, já dissemos, e é bom que mais uma vez digamos que os oprimidos se libertam, mas como homens.

Em vista disso, julgamos que é necessário reorientar o programa brasileiro de formação de professores leigos, o PROFORMAÇÃO, para fins efetivamente transparentes procurando alimentar os sujeitos sociais na luta hegemônica, já que se torna imperativo o rompimento com a lógica da reprodução e conseqüente subordinação dos

países retardatários às políticas públicas orientadas pelos organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial visando à manutenção das desigualdades inerentes ao sistema capitalista mundial em agonia.

Nota

1. Fábrica Virtual é um dos projetos da equipe da Rede Internacional Virtual de Educação (Rived), vinculada ao Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) da Secretaria de Educação a Distância do MEC. Criado no início deste ano, a Fábrica incentiva a produção de módulos digitais de aprendizagem por meio da concessão de bolsas a equipes de instituições públicas de ensino superior

Se torna imperativo o rompimento com a lógica da reprodução e conseqüente subordinação dos países retardatários às políticas públicas orientadas pelos organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial.

interessadas em criar este tipo de material para alunos do ensino médio. [doc. Eletrônico: <http://www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=6271> acessado em julho de 2004]

Referências bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. Teacher Education at a Distance. Education and Technology Series, volume 2, number 2, 1997.
- BRASIL. MEC. Boletins Técnicos do FUNDESCOLA. Brasília, DF. 1997-1999.
- _____. MEC/INEP. ESTATÍSTICAS DOS PROFESSORES NO BRASIL. 2003. [doc. Eletrônico http://www.inep.gov.br/download/censo/2003/estatisticas_professores.pdf acessado em 2004]
- BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.
- BRZEZINSKI, I. “Política de Formação de professores: a formação do professor “primário” na Lei nº 9.394/96 e em seus desdobramentos”. In: BRZEZINSKI, I (org). LDB Interpretada: Diversos Olhares se Entrecruzam. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FONSECA, M. “O Banco Mundial e a Educação a Distância”. In: PRETTO, N.(org). Globalização e Educação. Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.
- KAWAMURA, L K. Novas Tecnologias e Educação. São Paulo: Ed. Ática, 1990 (Série Princípios).
- LEHER, R. Reforma Universitária do Governo Lula: Protagonismo Do Banco Mundial E Das Lutas Antineoliberais. [doc. Eletrônico: http://www.lpp-uerj.net/olped/noticias/ref.univ_rleher.doc - acessado em julho de 2004]
- LIMA, C. e SILVA JÚNIOR, J.R. “A Educação Superior é Mercadoria ou Direito no Âmbito da Organização Mundial do Comércio?”. In: Universidade e Sociedade, nº 33, pp. 126 a 140, 2004.
- _____. Estado, Financiamento Público e Crise. São Paulo: Xamã, no prelo.
- MORAES, R. “Banco Mundial, formação de professores e informática na educação”. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 7 n. 12, pp. 99-112, jan./jun. 2001.
- _____. ”PROFORMAÇÃO: uma análise da influência do Banco Mundial na formação dos professores leigos”. Revista Linhas Críticas, Brasília, v. 9, n. 17, pp. 295-308, jul./dez. 2003.
- POTASHNIK, M., CAPPER, J. Distance education: growth and diversity. World Bank. Finance & Development /, p. 42-45, March 1998.
- PUCCI, B. Teoria Crítica e Educação. Petrópolis, R.J: Vozes, 1995.
- SCAFF, E. A. S. Os organismos internacionais e as tendências para o trabalho do professor. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2000.
- SILVA, M. A. Intervenção e Consentimento. A política educacional do Banco Mundial. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.
- SORDI, M.R. “A face perversa da avaliação: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal”. In: Avaliação/Rede de Avaliação Institucional de Educação Superior - RAIES, Revista trimestral da Rede. Campinas, Unicamp, vol. pp. 51-58, 1998.
- TOGNOLLI, C. J. A Sociedade dos Chavões. Presença e lugar- comum na comunicação. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
- TOUSSAINT, E. A Bolsa ou a Vida – a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- YAZBECK, D. C. “Avaliação Educacional Básica: por entre alguns projetos que tecem a história e os caminhos da institucionalização”. RBPAE. v 18, n. 2, pp.245-260, Jul-Dez/ 2002. 

A consciência de ruptura pós-moderna

Eliziário Andrade

Professor da UCSAL e UNEB

A emergência da consciência de ruptura pós-moderna – neoliberal, pós-estruturalista, pós-crítica - resulta de uma concepção da realidade despida de historicidade, da noção de mudança a partir da materialidade social e das relações sociais que dão sentido à existência humana e fundamentam-na. Esse ideário, que se afirma e se produz por todos os meios, constrói uma explicação para descrever as transformações contemporâneas das sociedades como uma nova vulgata ideológica de que se está iniciando um novo tempo para o qual há necessidade de ajustes e adaptações. Trata-se do tempo da chamada “globalização”, da modernização competitiva e da revogação plena de todos os obstáculos para a mobilidade do capital e o reino do livre mercado. Tudo isso se afirma a partir de uma convergência e identidade entre o pensamento neoliberal e pós-moderno, fundado sob a ética individualista que se manifesta sob as noções de competitividade, competência, qualidade total, mer-

cado, etc. De igual modo, no plano do pensamento filosófico e da ideologia, trabalha-se para a construção de um novo consenso e legitimidade das narrativas dominantes que dão sentido às novas formas sociais de reprodução do capital, em tempo de financeirização e mercantilização de todos os domínios da vida humana e social.

A contemporaneidade capitalista fez emergir uma consciência de ruptura que se caracteriza pela dimensão fetichizada do pensamento sobre a realidade sociohistórica. Trata-se de uma consciência que difunde a idéia de uma ruptura histórica, de mudanças descontínuas em que o novo, por excelência, representa uma exclusão completa do velho, segundo a qual as novas formas socioeconômicas e culturais não lembram mais os princípios e fundamentos que regem a lógica da sociedade capitalista e sua forma de produção da existência humana.

A crença na existência de uma era pós-moderna não depende necessariamente da idéia

insustentável da sociedade “pós-industrial” de Daniel Bell, o melhor defensor dessa opinião¹. Alguns intelectuais e filósofos ex-marxistas, pós-estruturalistas, neomarxistas, futurólogos, ideólogos do Estado burguês e capitalista também relataram o que viram, como emergência da cultura e de um novo processo civilizatório.

Nessa mesma perspectiva, a problemática do Estado é que este passou a ser desnacionalizado, desterritoralizado e submetido à dinâmica global do capital, dos imperativos do mercado -capitaneado pela hegemonia do imperialismo norte-americano e da sua poderosa força militar. Em tal situação da chamada “globalização”, o Estado-nação ter-se-ia tornado irrelevante e desprovido de poder. Por

A mudança social radical só ocorre, ou é realista pensar, quando se busca forjar alianças entre os diversos grupos oprimidos e explorados da sociedade.

outro lado, gastou-se muita tinta para tentar construir idéias alternativas ao marxismo no tocante à questão do Estado, com teses que empolgaram muitos mortais em tempo de onda conservadora que passou a dominar no mundo após a queda dos regimes autoritários do Leste Europeu, a saber: 1) o Estado é adversário da democracia e liberdade, fator de corrupção e ineficiência; 2) O planejamento centralizado leva à burocracia e ao estrangulamento das atividades econômicas e comerciais, com regulamentos que acabam impedindo o crescimento do consumo e uma capacidade maior de distribuição dos produtos; 3) A luta pelo poder estatal conduz à corrupção, ao cerceamento da liberdade e ao autoritarismo; 4) Com o mundo cada vez mais interdependente, a idéia do imperialismo como “estágio superior do capitalismo” estaria morta, uma vez que não há, em lugar nenhum, um centro de poder político e econômico no mundo globalizado. Com efeito, a solução seria lutar no âmbito local por questões locais para conseguir mudanças e a criação de um bem-estar social com a cooperação governa-

mental e internacional em projetos específicos para grupos sociais segmentados.

Afora isso, os intelectuais pós-marxistas formulam a idéia de que as funções e espaço do Estado, em face de suposta desconstrução das classes sociais – constituídas a partir das relações sociais – teriam sido transferidas para a “sociedade civil”. Conceito esse que vem sendo mencionado como uma realidade homogênea, descentrada e formulada por um prisma culturalista e idealista, desprovida da estrutura de classes e de sua relação dialética com a economia, a política, o poder e o Estado. Desse modo, abandona-se a pretensão de universalidade e agarra-se ao mundo da particularidade, muitas vezes denominado de “identidade” de grupos segmentados: raça, homossexual, mulher, índios, juventude, movimentos ecológicos, etc. O objetivo redonda-se em lutas por conquistas dos interesses particulares destes grupos, pulverizando-se, em seus elementos constitutivos, as relações com a totalidade social.

Aqui, cumpre destacar que o problema não está no reconhecimento da existência da variedade de formas de opressão que se particularizam por meio da raça, sexo, cultura, etc, gerando uma pluralidade de movimentos sociais, mas sim no rechaço da universalidade em nome da multiplicidade e da diferença. Nessa perspectiva, passam ao largo da necessidade e importância política de forjar a unidade – sem prejuízo para as particularidades – para realizar as transformações; haja vista que a opressão ou exploração pode manifestar-se de diferentes formas, porém, a mudança social radical só ocorre, ou é realista pensar, quando se busca forjar alianças entre os diversos grupos oprimidos e explorados da sociedade. Por essa razão, pode-se dizer que tanto a noção universalista de cunho “holística, organicista ou neoromântica, que hipostasia o todo antes das partes e efetua a mitologização do todo”², bem como a insistência unilateral sobre as diferenças e identidades são antidialéticas e conservadoras no plano político e ideológico.

Não poderia deixar de ser assim, uma vez

que negam as determinações causais e estruturais do processo histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista, e passam a abordar a realidade pelos seus fragmentos, contingências e pluralidade. Não percebem que essas características são homogeneizadas pelo mercado, o qual é visto pelos pós-modernos e neoliberais como espaço de afirmação da democracia e liberdade. Mas como se pode falar em pluralidade e liberdade plena dos homens, quando as condições materiais e institucionais existentes na sociedade capitalista não só constroem, mas também impossibilitam a autonomia dos sujeitos sociais para o exercício genuíno da liberdade e pluralidade, além de confiscar a sua própria humanidade alienada e brutalizada?

Não se pode perder de vista que as particularidades e pluralidade só têm validade enquanto conceitos, ou base analítica, se situados na totalidade da prática política das classes e grupos sociais, bem como nos marcos das formas sociais e econômicas de reprodução do sistema. Caso contrário, a pluralidade termina por se dissolver na percepção da microfísica foucaultiana do poder - que reside nos interstícios mais microscópicos da vida cotidiana. E com o agravante de que essa visão fecha os olhos para o fato de que a microfísica do poder e as formas “micrológicas” da política localista, particularista e fragmentada não apresentam nenhuma perspectiva de transformação e ruptura com o sistema. Ao contrário, as formas de resistência que dão ênfase às “diferenças”, isoladamente, às identidades particulares e heterogêneas, acabam por ser subsumidas pelas leis de funcionamento e lógica do sistema que governam o constante processo de mudança.

Adesão ao capitalismo e recusa da crítica

Para muitos intelectuais, a pós-modernidade estaria a se manifestar no plano do mundo vivido com características e lógicas qualitativamente diferentes do que se vivenciava na modernidade; devido, principalmente, à desmaterialização da vida social, a qual passa a ser puro signo, simulacro, e onde o homem apre-

senta ausência completa de dimensões objetivas e subjetivas e se transforma numa espécie esquizóide, permeável a tudo. Seria um fenômeno que se parece com uma prostituta de novo tipo em que o seu corpo, em si, não precisa ser consumido, ele já é o próprio prazer estetizado por um nebuloso “jogo de linguagem”, no sentido de Wittgenstein, onde não há regras, leis, referências, sistemas, totalidade, tudo é um caleidoscópio a ferver de particularismo desejanter e erotizado. Ou senão, faz lembrar, como observa Ruanet, do homem “esquizoconformista de Baudrillard e o esquizo-anarquista de Deleuze e Guattari”,³ que seriam um tipo de não cidadão, um produto negativo, desreferenciado, descentrado - mas, paradoxalmente, visto como um homem livre de toda racionalidade capitalista surfando sob uma nova forma de sociabilidade.

Assim, há uma indissolúvel relação entre a consciência pós-moderna e a realidade social do capitalismo mundializado sob a hegemonia da fração do capital financeiro, do qual o pensamento neoliberal se apresenta como a expressão ideológica e defensora dessa forma específica de acumulação e expropriação da força do trabalho. Nessa tarefa, ambas correntes de pensamento se associam para celebrar e fazer a defesa apologética das condições atuais de reprodução do sistema. A única diferença básica entre os dois, “é que enquanto o neoliberal está interessado na ordem social, o pós-modernista celebra o caos” (Wainwright, 1988:85); diria ainda, resolvem os seus problemas por meio do solipsismo, de diversas formas de narcisismo, irracionalismo, relativismo e fragmentação do conhecimento.

No plano do conhecimento, esse giro político e ideológico, significa também abandonar qualquer perspectiva de totalidade de um projeto social e político que aponte para a supera-

O pensamento neoliberal se apresenta como a expressão ideológica e defensora dessa forma específica de acumulação e expropriação da força do trabalho.

Isto significa uma adesão incondicional ao capitalismo contemporâneo e uma recusa desconcertante da crítica ideológica.

ção da sociedade capitalista e construção do socialismo. Pois é exatamente neste momento de expansão geográfica sem precedentes do capital, de penetração do processo de “mercantilização” em todo

os espaços da vida social e humana, de fenomenal concentração de riquezas, da renda e regressão social que, como assinala Atilio Boron, prolifera, paradoxalmente, as teorizações neoliberais e pós-modernas da dissolução do capital enquanto categoria econômica e social. Nesta literatura:

*“falam de uma suposta transição para uma economia de mercado supostamente pós-capitalista e que adquiriu a formalidade da geometria e a naturalidade da vida animal. Devido a isto, a discussão sobre o capitalismo desapareceu da agenda pública. Ela é considerada; e este é o maior triunfo ideológico do neoliberalismo, como um fenômeno natural, como cristalização de tendências inatas aquisitivas e possessivas da espécie humana e não como uma criação histórica de classes e agentes sociais concretos movidos por seus interesses fundamentais”.*⁴

Isto significa dizer que se está preso a esta realidade e dela não se pode sair, como indica a surrada expressão política, “não há outra saída”. Do mesmo modo, ao naturalizar a realidade e o seu processo, dizem que se está condenado a seguir imerso nos rumos políticos atuais como única perspectiva política. No fundo, isto significa uma adesão incondicional ao capitalismo contemporâneo e uma recusa desconcertante da crítica ideológica, da idéia de verdade orientada pela análise do conhecimento racional e científico que seja capaz de revelar as pseudoconcretidades, ou seja, os enganos e falsidades encobertos pelo fetichismo que reina nas formas sociais do capitalismo.

A fetiche filosófica pós-moderna

No plano da filosofia, essa ideologia não é tão nova assim, pois, já nos anos 40, Lukács em sua importante obra, *Existencialismo e marxismo*, tinha desvendado a finalidade ideológica que essa filosofia da desrazão, relativismo e particularismo intuitivo se propõe atingir.

*“A filosofia no estágio do imperialismo aceita esses limites, pretendendo criar uma nova ideologia supracientífica ou anticientífica, graças à intuição, novo instrumento do conhecimento. Essa nova ideologia procura antes de tudo destruir a razão. Os precursores dessa orientação são Schopenhauer e Kierkegaard, assim como o romantismo filosófico. Dilthey é o homem da transição para a nova época da qual Nietzsche, Bergson, Splenger, Kalages e enfim o existencialismo marcam as etapas mais importantes. Ainda uma vez: a base, no plano da teoria do conhecimento, é sempre o agnosticismo e o relativismo que o acompanham”*⁵.

Atingindo a dimensão da realidade histórica, Lukács assinala que a crise geral da conjuntura “que se seguiu a 1918, transformou o irracionalismo em uma filosofia concreta da história, a qual terminou por levar, por intermédio de Splenger, Klages e Heidegger, às visões “infernais do fascismo”⁶. Cumpre, então, perguntar: O pensamento pós-moderno, como uma teoria do estágio neoliberal e imperialista do capitalismo globalizado, tem levado por intermédio dos autores dessa orientação a que visões ideológicas e políticas? Nesta época de pós- queda da experiência do “socialismo real” no leste europeu, do fim de um ciclo histórico revolucionário iniciado com a Revolução Russa, do fracasso da revolução no ocidente, da desconstrução do Estado do bem-estar social e da mundialização do capital financeiro - marcado por profundas contradições e crises, qual tem sido o comportamento da “intelligentzia” burguesa e dos que se situavam no campo da esquerda?

Dado o fato de que essa posição está rela-

cionada com a característica da sociedade capitalista que destrói, constrange e limita a liberdade necessária para o desenvolvimento do ser humano em toda a sua potencialidade, surgem fortes críticas de cunho irracionistas e românticas contra a cultura capitalista, como a de Nietzsche e de Simmel. Ambos, desvinculando a razão da própria racionalidade e lógica que preside a sociedade capitalista e gera a sua configuração cultural, mistificam a realidade e os fatores determinantes que confiscam as condições do pleno desenvolvimento da personalidade dos homens para rejeitar o conhecimento objetivo, a verdade e a razão. E como o capitalismo e o socialismo passam a ser vistos como duas entidades semelhantes, na medida que são projetos sociais fundados sob a fria lógica racional e instrumental devem ser combatidos em nome do indivíduo, de sua liberdade e do desenvolvimento pleno de sua personalidade.

Em verdade, tudo isto só leva a pseudo-soluções, quer seja no plano teórico quer no político. Na teoria, ao abandonar a razão e vincular-se a um método essencialmente intuitivo conduz a um pensamento puramente especulativo e subjetivista. E devido a sua metodologia antidialética jamais poderá resolver o problema posto pelos próprios filósofos do irracionismo, relativismo e agnosticismo, em relação aos fatores que obliteram o desenvolvimento da individualidade humana. A solução que apresentam é falsa, pois do particular e de uma perspectiva individualista para defender um retorno do indivíduo para dentro de si mesmo e de suas relações sociais “micrológicas”.

De acordo com Lukács, esse impasse envolve:

“Grandes questões que a filosofia moderna se mostra decididamente incapaz de resolver, citamos em primeiro lugar o das relações entre o pensamento e a realidade, questão inseparável da estrutura interna da lógica. O triunfo do irracionismo representa igualmente um recuo, porque, para o irracionismo a contradição entre a reflexão lógica não

dialética e a realidade se apresenta como uma contradição absoluta e insuperável. O irracionismo significa, então, de um lado, a justificação filosófica dos mitos arbitrários, e de outro, a submersão da filosofia especulativa na lógica formal.”⁷

Esse é também o dilema de alguns dos pensadores pós-moderno de maior importância do estágio atual do capitalismo: Rorty, Gadamer, Vattimo, Lyotard, Baudrillard, que fazem um rechaço completo ao projeto filosófico da modernidade a partir do irracionismo, do relativismo absoluto, do nihilismo, do ceticismo e de um método especulativo de análise. Daí o dilema da relação entre o pensamento e a realidade, entre o sujeito e o objeto, sempre concebidos como relações dualistas, não dialéticas e partidários de uma concepção hermenêutica dos estudos sociais. O postulado dessa crítica centralmente cultural se reporta não à idéia do homem concreto como síntese de múltiplas relações – o *homem faber*, o *homem econômico*, e sim *homem simbólico* que se imagina incólume às tensões sociais ou às contradições oriundas da lógica de funcionamento da sociedade.

Esse distanciamento da consciência pós-moderna em relação à realidade só pode ser compreendida e criticada com rigor, senão à luz das leis e lógicas fundamentais da sociedade capitalista, suas transformações complexas e como elas se manifestam dialeticamente no domínio da cultura e, especificamente, no domínio da filosofia. Com efeito, é necessário estudar atentamente a evolução do pensamento pós-moderno, o seu ponto de partida. E não é por acaso que o ponto de evolução desse pensamento encontra-se no período das duas guerras mundiais e pós-anos 40, no pensamento de Nietzsche, nas reflexões críticas da Escola de Frankfurt – especialmente a de Adorno e Horkheimer – a razão e a modernidade.

No seu conjunto, essa teoria e filosofia é a

E não é por acaso que o ponto de evolução desse pensamento encontra-se no período das duas guerras mundiais e pós-anos 40.

manifestação - no plano da representação da realidade - das transformações e crise do capitalismo em seu estágio histórico de agravamento das suas contradições e lógica de reprodução social; que é também rico em dissimulações de sua forma social de reprodução.

Assim, as contradições próprias à sociedade capitalista que determinam a evolução, a forma e o conteúdo da filosofia burguesa aparecem na mundialização do capital financeiro sob uma forma objetiva levada a extremo. Por isso, é de interesse vital para os ideólogos burgueses não reconhecer o caráter contraditório do pensamento pós-moderno que é, como assinala Eagleton:

“(..) simultaneamente radical e conservador. Uma característica marcante das sociedades capitalistas avançadas encontra-se no fato de elas serem tanto libertárias como autoritárias, tanto hedonistas como repressoras, tanto múltipla como monolíticas. E não é difícil descobrir a razão disso. A lógica do mercado é de prazer e pluralidade, do efêmero e descontinuo, de uma grande rede descentrada de desejo da qual os indivíduos surgem como meros reflexos passageiros”⁸

Por esse motivo, ele considera que o sistema nem pode abandonar o metafísico nem acomodá-lo de modo adequado e, por isso, estão sempre potencialmente desconstruindo a si próprios. Desse modo, quanto mais as contra-

dições do sistema são profundas e irreconciliáveis, tanto mais nítida é a ruptura — a causa mesma da crise da filosofia — entre o pensamento filosófico burguês e a evolução da realidade social, entre a evolução efetiva desta

e a superfície diretamente perceptível dessa realidade social. E a evolução do capitalismo no estágio avançado da sua mundialização financeira não faz senão intensificar o fetichismo geral, obstaculizando a captura do fenômeno e de uma maior aproximação com a nature-

za da coisa em si, a partir da qual seja possível desvendar todas as relações humanas e suas contradições.

Neoliberais e pós-modernos: convergências e identidades

Neste contexto, os pós-modernos não estão sozinhos, tecem relações convergentes de pensamento com os paradigmas da ideologia neoliberal que abarca, na interpretação de Perry Anderson, “todos os aspectos da sociedade e assim joga o papel de uma visão de mundo verdadeiramente hegemônica”.⁹ Os fundamentos filosóficos neoliberais formulados por Hayek que mascaram as relações sociais e humanas, ajustados às manifestações secundárias da produção social¹⁰ —

mantêm íntima ligação epistemológico-filosófica com a filosofia pós-moderna, qual seja: o individualismo hedonista, o caráter fragmentário e falho do conhecimento, o relativismo, o pluralismo de mercado e rejeição da causalidade na formação social e das relações dialéticas entre o particular e o universal.

Assim como Hayek, o pós-modernismo, partindo da concepção da “ordem espontânea” das relações sociais¹¹, corta a ligação entre a



Os pós-modernos não estão sozinhos, tecem relações convergentes de pensamento com os paradigmas da ideologia neoliberal.



intencionalidade humana, como grupo social e classes com o resultado social, ou seja, entre objetivos, planejamentos e execução da produção da existência humana. Ambas correntes de pensamento, assim como toda a direita, no terreno político, teórico e filosófico, consideram que o conhecimento e a realidade social é resultado das atividades cegas e portanto causais do indivíduo, o qual age espontaneamente dentro de uma ordem livre sem lógica ou leis que possam derivar das relações e a produção social. Ao mesmo tempo em que naturalizam a sociedade e os seus fenômenos sócio-históricos, aprofunda o abismo entre a realidade e o pensamento, que só reflete

suas manifestações superficiais e fetichizadas, a de reprodução, no plano ideológico, da ordem social. Por outro lado, o conhecimento limita-se à perspectiva de cada indivíduo que se move no círculo de sua própria particularidade, a qual ele domina e é o próprio produtor do real, no sentido exclusivo de sua definição e determinação.

Compreende-se, portanto, que tanto o conhecimento como as ações individuais se

constroem a partir de necessidade, perspectiva e interesses particulares. Em consequência, afirma-se a idéia de que o conhecimento e a ordem social são produtos causais das ações individuais. A intenção política nesses termos é clara, visa dar legitimidade à ordem social vigente, construir um novo consenso face às novas formas de produção social e garantir os interesses vitais da hegemonia burguesa que se manifesta também na filosofia.

A única diferença entre esse pensamento liberal e a pós-modernidade, observado por Hilary Wainwright, se refere a seguinte questão:

*“Se o dilema da direita está em explicar a ordem social a que pertence, apesar dos resultados causais da atividade individual, o dilema pós-moderno é identificar os critérios para julgamentos de valor sem os quais até mesmo suas próprias atividades seriam impossíveis. A direita radical resolveu o seu dilema através do que argumentam ser resultados morais e políticos da evolução social a serem protegidos pelo estado contra qualquer protesto particularista. Os pós-modernos resolvem o seu problema através de diversas formas de narcisismo e relativismo. Ambos desvalorizam os processos da democracia”.*¹²

Importa notar que as formas de representação social da realidade de ambas vertentes de pensamento, caracterizadas pelo irracionalismo, fragmentação, relativismo e individualização celebra as atuais mudanças do capitalismo como nova modalidade dos padrões de socialização pós-modernos. Esse método de pensamento é desenvolvido, no entender de Lukács, por intelectuais que estão profundamente adaptados na esfera das manifestações

As formas de representação social da realidade de ambas vertentes de pensamento, caracterizadas pelo irracionalismo, fragmentação, relativismo e individualização celebra as atuais mudanças do capitalismo como nova modalidade dos padrões de socialização pós-modernos.

secundárias da produção social do sistema; geralmente, definindo as transformações “como um amontoado de coisas mortas e de relações entre objetos, em lugar de nele se refletir como é, ou seja, como se processa a reprodução ininterrupta e incessantemente cambiante das relações humanas”.¹³ Para os neoliberais e pós-modernos — assim como os agnósticos e positivistas — as transformações tornam-se coisas impossíveis de serem desvendadas e descritas em sua lógica interna de reprodução e funcionalidade. Em outras palavras, trata-se de uma teoria do conhecimento dominante que nega a inteligibilidade da realidade objetiva, de um idealismo herdado do agnosticismo kantiano e da tradição positivista.

Expandindo essa interpretação, os pós-modernos concluem que se trata de uma frag-

Preferem procurar o fundamento determinativo e definidor da realidade — camuflados na crítica do reducionismo econômico, mecanicismo, cientificismo racionalista e universalizante - na linguagem e na cultura, uma vez que entendem ter sido a cultura racional, cientificista criadora do neoliberalismo e da própria realidade

mentação absoluta e global, do “mundo do trabalho”, da cultura e da identidade, e que anula ou impossibilita a realização de grandes projetos, a conformação de sujeitos, subjetividades e identidades de classe. É como se todos vivessem num círculo de diluição e sem lógica, a partir do qual a história teria perdido sentido. Nesse aspecto, entendem que o problema da fragmentação e da particularidade na estrutura de uma sociedade - concebida como “pós-industrial” — passou a ser uma característica definitiva das

sociedades no atual estágio da história contemporânea.

Essa percepção parcial da fragmentação confronta com a categoria de totalidade do conhecimento ancorado na ontologia de um todo articulado em vários domínios de relações e mediações da práxis social do trabalho — não apenas no campo do processo de produção, e sim em toda a sua inter-relação com

outras esferas da produção da existência humana. Em termos reais e objetivos, essa fragmentação da produção social é comandada pelo processo da mundialização do capital financeiro, e diferentemente da idéia de uma realidade que configura uma situação de particularidades — fragmentações fenomênicas — desconexas, constituem em partes de uma totalidade sistêmica nacional e mundial, referenciada e fortemente hierarquizada, combinando ao mesmo tempo relações econômicas, políticas, relações entre Estados e também entre as classes e a cultura. A base dessa totalidade, como diria Marx, é o próprio “mercado mundial”, que, na lógica material do capitalismo avançado, gera suas próprias heterogeneidades, pluralidades e encontra a sua síntese e negação na necessidade de reprodução do capital.

Dessa maneira, a fetiche dessa realidade tem gerado uma consciência fragmentada e particularista — expressão superficial da forma social das necessidades atuais da lógica de reprodução do capital — que segue as pistas de Nietzsche ao desconfiar de toda pretensão da universalidade e da razão. Em consequência, rejeitam qualquer proposição que sinalize soluções universais, e como contraponto buscam resultados pragmáticos para problemas localizados ou, usando a expressão da moda, focalizados. Nos marcos dessa concepção, as implicações políticas são indubitáveis, a adesão incondicional ao capitalismo contemporâneo e ao neoliberalismo passa a ser a contra-face de um pensamento que nega a realidade extradiscursiva, extratextual da lógica do desenvolvimento da própria história; preferem procurar o fundamento determinativo e definidor da realidade — camuflados na crítica do reducionismo econômico, mecanicismo, cientificismo racionalista e universalizante - na linguagem e na cultura, uma vez que entendem ter sido a cultura racional, cientificista criadora do neoliberalismo e da própria realidade social.

Os pós-modernos perfazem esse caminho teórico e metodológico para explicação dos fenômenos sociais, combinando o “perspecti-

vismo” com o “construtivismo social” que têm raízes no pressuposto da teoria do conhecimento kantiano, a qual nega a essencialidade dos fatos, ou seja, nada para além da forma manifesta da coisa em si, é possível conhecer¹⁴. Com efeito, o fenômeno, objetivamente, manifesta-se nos seus contornos descritivos de uma só maneira para todos. Nietzsche, sem romper com esse fundamento antiessencialista do pensamento de Kant, defende a tese do chamado “múltiplos olhares”, isto é, da existência de um número indefinido de possíveis perspectivas de apreender o fenômeno – a coisa em si – que, nesse caso, se manifesta de maneira diferente para cada indivíduo.

A partir dessa teoria do conhecimento filosófico de Nietzsche, surge então a palavra de ordem: *tudo é um jogo possível de perspectivas indefinidas de linguagem*. Nisso cabe tudo, qualquer descrição, análise e interpretação são igualmente corretas e nenhuma pode reivindicar um estatuto de verdade face à realidade social, a qual é descontextualizada, desprocessualizada para recriá-la por meio de uma multiplicidade indefinida de “jogos lingüísticos”. A história é confiscada, ao tempo em que a reciprocidade lógica entre um fato e outro é abolida. A realidade em certo sentido, não existe como dimensão objetiva, concreta, ela é produto de uma construção lingüística que observa os significantes simbólicos dos fatos como coisas já dadas, hipostasiadas em suas manifestações aparentes, e não subjetivamente, como *práxis* humana sensível e prática.

Negando a validade cognitiva e racional, os pós-modernos combinam o perspectivismo lingüístico com o construtivismo social e, em certa medida - no tocante à unilateralidade do pensamento - com a sociobiologia. Aproximando-se do construtivismo social de David Roediger¹⁵, sustentam, por exemplo, que a raça, a opressão não é algo que existe em si, trata-se de uma construção sociolingüística, expurgada das práticas das relações materiais e objetivas. A unilateralidade desse pensamento iguala de forma oposta a sociobiologia, quando esta deseja convencer que

a base principal das relações sociais reside na biologia e que determina a dinâmica social e os significados dos fatos socioumanos: nascimento, sobrevivência, doença, morte, raça, etc.

Tanto o determinismo lingüístico como o sociobiológico rechaçam o caráter dialético da realidade, porque isolam as construções lingüísticas e sociobiológicas das diversas dimensões das relações existentes na realidade sociohistórica. Esta, resultante de uma dinâmica e desenvolvimento marcado

por contradições desde a mais banal da vida cotidiana até a mais complexa da sociedade capitalista, passa a ser compreendida como manifestação de fenômenos autônomos que se auto-explicam e se auto-definem a partir de uma construção discursiva. Parte-se assim, da negação ou desprezo dos princípios e leis que regem o funcionamento da realidade social capitalista, para reconstruí-la a partir de uma perspectiva idealista e abstrata com implicações políticas e ideológicas que conduzem à apologia, à adaptação e à justificativa da ordem vigente, assim como da posição social dos intelectuais pós-modernos bem posicionados na academia, pragmáticos, e que querem fazer apenas carreira, sempre em busca de instituições que os financiam. Por isso, torna-se fácil para a maioria dos pensadores pós-modernos defender asneiras do tipo: “não existe a verdade”, a vida e o mundo é um terreno de pura “incerteza”. Certamente, se não há verdade e certezas, a única possível é a dos pós-modernos: a certeza de que não há verdade!

A ruptura especulativa da realidade sociohistórica

Autores como Lyotard e Baudrillard não entendem, ou não lhes importa saber, como

Por isso, torna-se fácil para a maioria dos pensadores pós-modernos defender asneiras do tipo: “não existe a verdade”, a vida e o mundo é um terreno de pura “incerteza”. Certamente, se não há verdade e certezas, a única possível é a dos pós-modernos: a certeza de que não há verdade!

salienta Lopes, que a:

“(...) *correlação de forças na sociedade é que determina os tais “jogos de linguagem” e que esses acontecem no âmbito maior dos jogos de poder. As diferenças econômicas e sociais e as questões de classe se ocultam atrás do alegado direito de convivência dos “diferentes”: a legitimidade dessa constatação oblitera a percepção das verdadeira diferenças a serem combatidas. Esvazia-se a concepção política do mundo – para benefício de fins políticos perfeitamente detectáveis*”¹⁶

A ambigüidade e contradições da concepção pós-moderna vinculam-se ao fato de negarem as dimensões estruturais e as relações da realidade social.

Tanto Baudrillard como Lyotard acreditam que a própria evolução do capitalismo, a partir da dinâmica do desenvolvimento técnico-científico produzirá, espontaneamente, suas próprias transformações, já que essa é uma necessidade extrínseca. Mas, não são necessidades geradas por relações contraditórias ou dialéticas, é vista como um movimento linear, natural que aparece com o progresso tecnológico. Dado esse passo, justificam que os conflitos sociais contemporâneos: miséria, pobreza, injustiças, exploração e opressão são situações que se situam exclusivamente no domínio dos “signos”, ou seja, no terreno exclusivo dos “confrontos simbólicos”. E pior, toda a produção simbólica e a linguagem que permeiam quase toda atividade do ser social são consideradas como fatores determinantes na construção do ser social.

Esse giro teórico, político e ideológico de Lyotard, o ex-militante do grupo de ultra-esquerda “socialismo ou barbárie” fez uma opção consciente de adesão ao capital e à lógica de produção e reprodução societária do sistema capitalista. Em *Condição pós-moderna* (1979), e *A partir de Marx y Freud* (1975), liderando concepções mais conservadoras do pós-modernismo filosófico realiza uma ruptura radical com a sua consciência da crítica anterior e

opera uma conversão sem volta ao irracionalismo relativista e à configuração ideológica do mundo burguês. No primeiro livro, baseado na sociedade pós-industrial teorizada por Daniel BeIl e Alain Touraine, passa a conceber a sociedade como uma rede de conhecimentos técnicos a partir de comunicações lingüísticas, ou seja, a linguagem seria mesmo a única relação de vínculo social e o fator constitutivo e determinante da realidade. Portanto, não havendo determinação causal a processualidade da realidade socioistórica seria um mero “jogo de linguagem”, um conhecimento plural de “múltiplos olhares” a partir de uma perspectiva metaistórica, individualista e subjetiva do conhecimento.

A demonstração mais contundente dessa nova convicção do autor se encontra em sua obra *A partir de Marx y Freud*, quando declara que não se propõe destruir o capital porque este é a própria razão.¹⁷ Entende que razão e poder é a mesma coisa. Para ele, não havia nada no capitalismo, nenhuma dialética que lhe leve a sua superação ou a sua marcha para o socialismo. Este, como agora é patente para todos, é idêntico ao capitalismo. Toda crítica, longe de ultrapassá-lo, somente o consolida. Que fazer então? Lyotard busca convencer a todos de que a única motivação e que poderia destruir o capitalismo seria a “pulsão do desejo” desenvolvido entre os jovens. Segundo ele, essa “pulsão” leva a um confronto *libidinal* com o sistema e produz novos estilos de conduta, cujo guia é a intensidade afetiva e multiplicação do poder *libidinal*.

Que desdobramentos podem ser esperados desse conjunto de contradições que expressam os pós-modernos em convergência com os neoliberais? A ambigüidade e contradições da concepção pós-moderna vinculam-se ao fato de negarem as dimensões estruturais e as relações da realidade social, bem como negarem a importância dos fundamentos teóricos e causais que possam dar sentido racional e explicativo aos fenômenos da realidade e a práxis social dos homens. Em conseqüência, no plano

teórico, ideológico e político, essa consciência pós-moderna tem o seu limite e perspectiva na própria fetichização manifesta da realidade que cada vez mais dilacera e corrói o gênero humano, principalmente, por mover-se em uma via de representação ideológica das formas sociais de produção da existência humana na sociedade capitalista em que prevalece, com todo o seu potencial, a capacidade de mascarar o significado e as determinações das relações sociais. Como resultado, tem-se, assim, uma consciência que legitima as relações sociais dos detentores do capital, pois, trata-se de realidades extradiscursivas e que compõem um todo complexo do modo de produção social: a atividade material de produção para atender necessidades reprodução da existência humana, a produção de simbologias, valores, teorias, ideologias, etc, e o imperativo de criar instituições, a exemplo do Estado, que tem a função de manter a ordem e garantir a reprodução social.

Para essas condições do mundo terreno, os pós-modernos não têm respostas e passam ao largo de como é possível superar a opressão e a exploração que dilacera as potencialidades do gênero humano; não oferece instrumentos apropriados para se responder à ação das forças políticas de direita e das diretrizes econômicas que implementam para assegurar – sob qualquer custo e de forma impiedosa – a elevação média da taxa de lucro. Sendo assim, a tarefa histórica de demonstrar, na práxis, que o capital como uma relação social se esgotou em sua função civilizatória, passando a gerar apenas a barbárie que poderá afundar toda a humanidade, não é uma tarefa de narcisistas ou de uma crítica que se restringe à dimensão simbólica da representação social e que despreza o papel das classes, movimentos sociais e grupos na produção das pré-condições da lógica do desenvolvimento do capitalismo em suas várias dimensões de poder, interdependência e disputas por hegemonia.

Nesses termos, compreende-se que, em decorrência do método especulativo do pensa-

mento pós-moderno, a idéia de uma “ruptura histórica” como conseqüência do maior salto qualitativo operado pelo processo do desenvolvimento capitalista, é um grave equívoco. Primeiro, porque no processo das mudanças do capitalismo não representa uma transformação na lógica do sistema, uma vez que este continua sua marcha através dos seus princípios e necessidades objetivas de reprodução existentes até então. Segundo, reconhecer a existência de numerosas mudanças durante esse processo de desenvolvimento capitalista não significa que os acontecimentos mais recentes representam uma grande ruptura. A chamada globalização seguida das variadas inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva, considerada como um processo histórico, confirma uma realidade tal como Marx esperava: as contradições do capitalismo se manifestam sob formas novas e agravadas precisamente porque as velhas formas para superá-las são cada vez menos exequíveis devido à universalização do capitalismo. Se antes este saía das crises mediante a expansão imperialista, hoje, com novas formas adotadas como controle financeiro, manipulação de mercados ou dívidas, está, cada vez mais, incerto na lógica do mercado, pois, torna o capitalismo mais dependente de suas próprias contradições e faz aumentar suas tensões em nível mundial.

A evolução atual das mudanças do mundo capitalista e de sua configuração institucional não significa uma “ruptura histórica”, ou o surgimento de uma “nova era” – mas, sim, uma nova expansão capitalista marcada profundamente por polarizações sociais e econômicas e contraditórias, já que a sua potência reside não só em sua debilidade, mas também na impossibilidade em resolver o conjunto de problemas sociais engendrados por este processo civilizatório erigido pelo capital. Em verdade, este

Em verdade, este processo crescente de contradições movido pela mundialização do capital, revela-se como uma configuração específica do imperialismo.

processo crescente de contradições movido pela mundialização do capital, revela-se como uma configuração específica do imperialismo, caracterizada por um regime de acumulação particular do capital financeiro, o qual surge desde a liberalização financeira e desregulamentação a partir dos anos 70. Por uma parte, lança por terra todas as ilusões de liberais democratas e de segmentos de esquerda que sonhavam com a possibilidade de existir um capitalismo genuinamente mais humano e democrático por meio de políticas keynesianas para economia. Hoje, o que se tem é uma relação social que se esgotou – embora continue dominante – e vem se manifestando apenas como força bruta, implacável e profundamente excludente e destrutiva. Por outra, fica a convicção da necessidade e possibilidade socioistórica de construir um novo projeto societário com uma política, efetivamente socialista, para além da colaboração de classe e do capital.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. El despliegue del neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda. In: Renan, Veja C. Neoliberalismo: Mito y Realidade. Bogotá: Ediciones. Pensamento crítico, 1999.
- _____. Los Orígenes de la posmodernidad. Barcelona: Anagrama, 2000.
- ANDRADE, Eliziário. A miragem da “Sociedade pós-industrial”. In: Matta, Alfredo. História em Revista, Salvador: ICFH/ Coletâneas, N. 3, 2002
- ARRIARÁN, Samuel. Filosofía de la posmodernidad. Crítica a la modernidad desde América Latina. México: UNAM – FFL, 1997.
- CALLINICOS, Alex. Against postmodernism. A marxist critique. Cambridge: Polity Press, 1989.
- EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, Rio de Janeiro: Graal, 1985
- _____. As palavras e as coisas, São Paulo: Martins Fontes, 1981
- _____. A ordem do discurso, São Paulo: Loyola, 1995.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HAYEK, F. A. Von. O caminho da servidão. Porto Alegre: Globo, 1977. Direito, legislação e liberdade, 3vols. São Paulo: Visão, 1985.
- _____. Fundamentos da liberdade. Brasília: Universidade de Brasília, 1983
- _____. Arrogância fatal. Porto Alegre: Ortiz, 1995.
- JAMESON, Frederic. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.
- Jean-François, Lyotard. A partir de Marx y Freud. Madrid: Fundamentos, 1975.
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- LUKÁCS, Georg. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1967.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Revista Temasa de Ciências Humanas, São Paulo, (4), 1978.
- LYON, David. Posmodernidad. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- MARX, K. O capital. V.I. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- _____. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1977.
- _____. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, Reginaldo. Hayek e a teoria política do neoliberalismo econômico (1), Coleção Textos Didáticos (Campinas: IFCH/Unicamp, 1999).
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Humano, demasiado Humano: um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras 2000.
- _____. Fragmentos finais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. O Nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1992.

ROUANET, Sergio Paulo. As razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROEDIGER, David. *The Wages of Witnesses: Race and the Making of the American Working Class*. New York, Verso, 1991.

ROBERTO, Lopes Luiz. Pós-moderno. In: Centro de Estudos Marxistas – CEM/RS. Os trabalhos e os dias. Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 200, p.379-380.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença. A perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, 2000.

WAINWRIGHT, Hilary. Uma resposta ao neoliberalismo. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

Notas

1. Andrade, Eliziário. A miragem da “Sociedade pós-industrial”. In: Matta, Alfredo (org.). História em Revista, Salvador: ICFH/ Coletâneas, N. 3, 2002
2. Kosik, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.51.
3. Ibidem.
4. Boron, Atílio. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In: Seoane, José; Taddei, Emilio. Resistências mundiais. De Seattle a Porto Alegre. Rio de Janeiro: Vozes/ Clacso / LPP, 2001.
5. Lukács, Georg. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1967, p.54.
6. Ibid., p.55.
7. Ibid., p.61.
8. Eagleton, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.127-128.
9. Anderson, Perry. El despliegue del neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda. In: Renan, Veja C. Neoliberalismo: Mito y Realidade. Bogotá: Ediciones. Pensamento crítico, 1999. p. 38.
10. Para um estudo mais sistematizado do pensamento de Hayek, sugere-se a leitura das seguintes obras: Hayek, F. A. Von. O caminho da servidão. Porto Alegre: Globo, 1977; Direito, legislação e liberdade, 3 vol. São Paulo: Visão, 1985; Fundamentos da liberdade. Brasília: Universidade de Brasília, 1983; Arrogância fatal. Porto Alegre: Ortiz, 1995. É também esclarecedor e de grande importância didática sobre o pensamento de Hayek, o artigo de Moraes, Reginaldo. Hayek e a teoria política do neoliberalismo econômico (1), Coleção Textos Didáticos (Caminas: IFCH/Unicamp, 1999).
11. Moraes, Reginaldo. Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001, p.43, destaca que esta é a idéia mais importante de Hayek, a concepção de “ordem espontânea”, que trata do modelo de decisões descentralizadas e do conhecimento disperso, que considera como um ideal de otimização no uso dos recursos, da geração de relações sociais livres, harmônicas e dinâmicas. É desse modelo que deriva a afirmação da impossibilidade de planejamento, utopia fundada, a seu ver, na quimera de um conhecimento centralizado.
12. Wainwright, Hilary. Uma resposta ao neoliberalismo. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp.85-86.
13. Lukács, George. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1976, p.29.
14. Smith, Tony. Teoria e política Del pós-modernismo. Espanha: Revista Viento Sur, N. 11/Octubre, 1993.
15. Roediger, David. *The Wages of Witnesses: Race and the Making of the American Working Class*. New York, Verso, 1991.
16. Roberto Lopes, Luiz. Pós-moderno. In: Centro de Estudos Marxistas – CEM/RS. Os trabalhos e os dias. Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 200, p.379-380. 

A pós-modernidade e a universidade

Ernâni Lampert

Doutor em Educação; Professor Adjunto da Fundação Universidade do Rio Grande.

A humanidade, ao longo da história, passou por diferentes etapas evolutivas. Alguns períodos foram mais importantes do que outros para o desenvolvimento. Todos, com suas peculiaridades próprias colaboram com construção e reconstrução da atual dinâmica político-econômico-social-cultural. Da antiguidade à contemporaneidade, medos, incertezas, crises, epidemias, misérias, atrocidades, guerras, catástrofes, conflitos étnicos, ideológicos e religiosos bem como progressos em todas os campos, acompanham o homem, que entrou vazio e inseguro no terceiro milênio, apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos.

No mundo antigo, as comunidades, mesmo desprovidas de ferramentas e instrumentos adequados, vivendo em péssimas condições, em comparação com a época atual, enfrentaram o cotidiano com destreza e conseguiram superar obstáculos, repartindo os escassos recursos que a natureza lhes oferecia para sobreviver. Já na Idade Média, período cronologicamente muito longo, que abrangeu aproximadamente mil anos, o poderio da Igreja era

evidente e o feudalismo foi adotado como regime político-econômico. Nessa fase, percebe-se uma acentuada desigualdade social. No mundo moderno, o capitalismo aflorou, a ciência assumiu papel importante e, conseqüentemente, houve progresso em todas as áreas do saber humano. A modernidade, como momento histórico, refere-se à etapa suscitada pela Revolução Industrial na Inglaterra, pela Revolução Francesa e pela influência exercida pelo raciocínio científico, que emergiu do iluminismo, intencionando organizar racionalmente a vida social.

O paradigma moderno, muito criticado na era contemporânea por não ter cumprido com as suas grandes promessas, foi um marco na história da humanidade, pois, além de se opor aos dogmas e às regras rígidas da igreja, introduziu, de forma sistemática, estudos científicos. Na educação, o ambicioso programa de Comenius ensinar tudo a todos de todas as formas - bem como o pensamento de Rousseau, constituem-se em alicerces da educação contemporânea. A Revolução Industrial na Inglaterra, que transformou a estrutura social e

o tipo de escala de ocupações, foi um referencial da maior importância na produção, distribuição e consumo de bens. Além disso, não se pode olvidar a Revolução Francesa, que abriu as portas para o estabelecimento da democracia, da fraternidade, da igualdade, da justiça social e dos direitos humanos.

Como ruptura e/ou continuidade do período moderno, surge a pós-modernidade, preocupação deste estudo. No parecer de Lyotard, a pós-modernidade “designa o estado de cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (1998: XV). Eagleton (1998), que explorou os primórdios, as ambivalências, as histórias, os sujeitos, as falácias e as contradições do pós-modernismo, assinala que o termo pós-modernidade alude a um período histórico específico, que questiona as noções clássicas da verdade, da razão, da identidade e da objetividade, da idéia de progresso ou emancipação universal, dos sistemas únicos, das grandes narrativas ou dos fundamentos definitivos de explicação.

Conceituar pós-modernidade não é algo fácil, pois não se sabe com exatidão se esse fenômeno, relativamente recente, representa um novo período na civilização; se é uma mudança paradigmática, um movimento cultural ou se pode ser considerado como uma reavaliação crítica dos modos modernos de pensamento, pois questiona as dicotomias rígidas criadas pela modernidade entre realidade objetiva/subjetiva, fato/imaginação, secular/sagrado, público/privado, científico/vulgar. Para Terrén (1999), a análise do que vem depois da modernidade é complexa. O discurso da pós-modernidade oferece uma série de dificuldades específicas que obrigam a aceitá-lo como algo fragmentado, contraditório e incompatível.

O termo pós-modernismo é ambíguo,

tendo passado por diferentes etapas e assumindo diversos significados ao longo da história. Na atualidade, ainda há uma série de polêmicas em relação à terminologia. Certamente, é na arquitetura que encontramos o maior consenso. Para situar o leitor, à luz de Anderson (1999), que abordou os primórdios, a cristalização e os efeitos posteriores da pós-modernidade, e de Compagnon (2003), que analisou os paradoxos da modernidade, apresentar-se-ão algumas idéias indispensáveis à compreensão da evolução histórica da pós-modernidade. O termo apareceu, na década de 30, pela primeira vez no mundo hispânico. Frederico Onís, amigo dos pensadores Unamuno e Ortega, foi

quem o introduziu para descrever um refluxo conservador dentro do próprio modernismo. O termo entrou para o vocabulário da crítica hispanófila, porém raramente foi utilizado pelos escritores subsequentes. Na década de 50, surgiu no mundo anglófono como categoria de época e não estética. Nos anos 60, foi empregado na Teoria da Arquitetura e Crítica Literária Norte-Americana e representava uma nova situação cultural, ou seja, a transição de uma cultura de certeza para uma de incertezas.

A partir dos anos 70, a noção de pós-moderno ganhou difusão mais ampla e se espalhou por diferentes países. Em 1972, a publicação da Revista de Literatura e Cultura Pós-modernas foi um momento decisivo para que o termo fosse fixado e utilizado por diferentes atores sociais, porém com conotações distintas. Em 1979, a obra “A condição pós-moderna do filósofo Jean-François Lyotard abordou a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. Em 1980, Harbermas, um dos opositores da pós-modernidade, proferiu conferência “Modernidade – Um projeto incompleto”, em Frankfurt, na qual relacionou drasticamente o pós-modernismo e o neoconservantis-

Nos anos 60, foi empregado na Teoria da Arquitetura e Crítica Literária Norte-Americana e representava uma nova situação cultural, ou seja, a transição de uma cultura de certeza para uma de incertezas.

mo. Atacou ao mesmo tempo o neoconservantismo social e o pós-modernismo artístico. Esse trabalho ocupa posição peculiar no discurso da pós-modernidade. Em 1982, Jameson, o maior crítico literário marxista do mundo na época, proferiu conferência sobre o pós-modernismo, enfatizando o conflito estético entre o realismo e o modernismo. Esse discurso provocou debates subseqüentes. Em 1989, Callinicos, em sua obra “Contra o pós-modernismo”, fez uma análise do background político. Harvey, em 1990, na obra “Condição da pós-modernidade”, ofereceu uma teoria mais completa de suas pressuposições econômicas e, em 1996, na obra “As ilusões do pós-moderno”, Eagleton abordou o impacto ideológico.

Em face da complexidade, a abrangência, as ambivalências, as contradições, as indefinições, o pouco consenso, muitos questionamentos são suscitados em relação à pós-modernidade: qual o significado real do termo? - a pós-modernidade é uma mudança paradigmática? - uma revolução? - uma renovação? - uma ruptura? - uma ideologia? - uma crise da modernidade? - uma saída da modernidade? - um período de transição? - a pós-modernidade acabou com os dogmas do progresso e do desenvolvimento? - o pós-moderno é mais moderno que o moderno? é antimoderno ou pré-moderno? é conservador? a pós-modernidade existe? ela tem legitimidade? onde e como a pós-modernidade se situa na história? Afinal, por que tanto se fala, discursa e se escreve sobre esse fenômeno? para Compagnon, a pós-modernidade é o “... novo clichê dos anos 80, que invadiu as Belas Artes - se ainda se pode falar assim -, a literatura, as artes plásticas, talvez a música, mas antes de tudo a arquitetura e também a filosofia, etc., cansadas das vanguardas e de suas aporias, decepcionadas com a tradição da ruptura cada vez mais integrada ao fetichismo da mer-

A estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas.

cadoria na sociedade de consumo” (2003: 103).

Grosso modo, podem-se afeirir duas teses em relação ao surgimento da pós-modernidade. A primeira foi um movimento que iniciou nos anos 60, com o esgotamento da modernidade, mais especificamente com o movimento estudantil, com o avanço da tecnologia, com a nova visão de consumo e do capital internacional. Essa primeira concepção constituiu-se na face crítica da sociedade moderna. No segundo argumento, a pós-modernidade representa uma nova época histórica posterior à modernidade. Harvey, referindo-se à pós-modernidade como condição histórica, assinala que

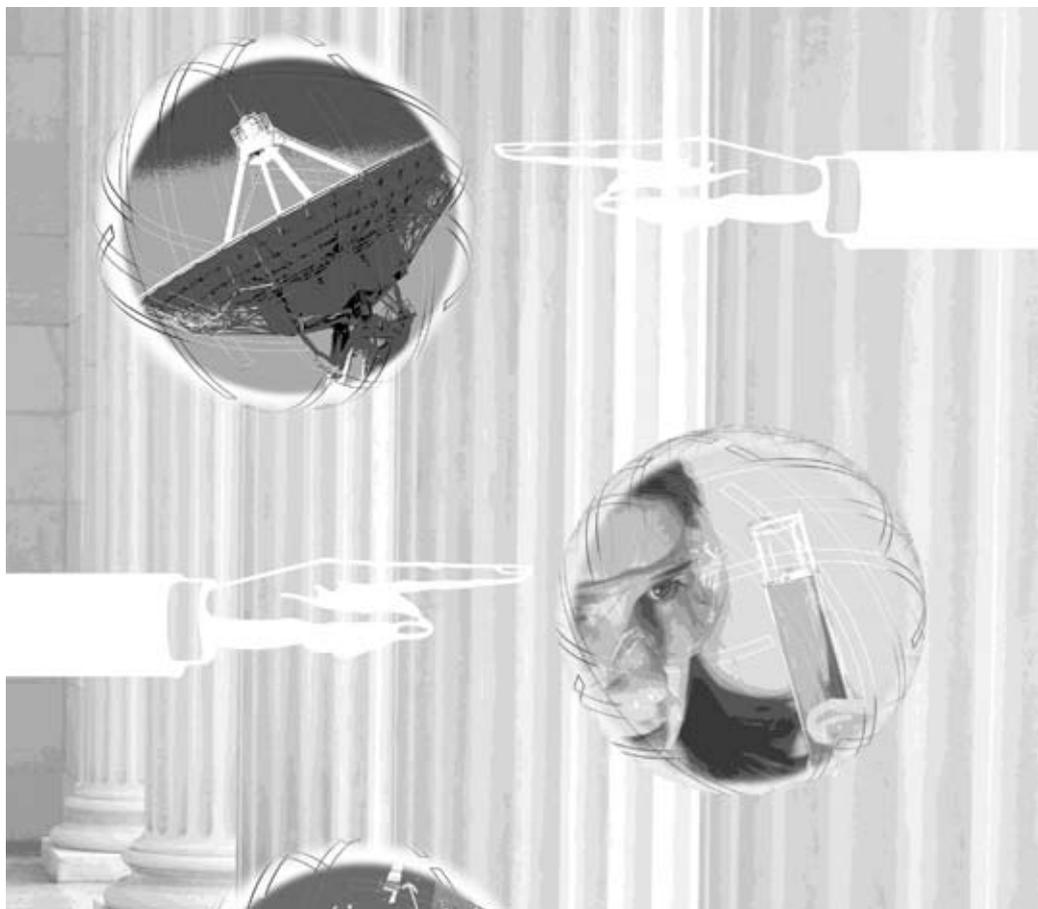
rindo-se à pós-modernidade como condição histórica, assinala que

“[...] a crise de supracumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juizes científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas” (1998:293).

Garboggini Di Giorgi (1993) percebeu o pós-modernismo como uma sensação e uma aposta. Uma sensação de que a modernidade está falida; de que a racionalização da vida é inaceitável e desumana; de que a promessa de progresso é uma ilusão e de que o universal é perigoso. Aposta porque os pós-modernos confiam na heterogeneidade e na diferença;

afirmam a fragmentação de experiências; enfatizam a existência de micropoderes capilares no interior da sociedade e consideram ilusórios o poderio do Estado e a dominação de classe. Já para Gomes “O mundo pós-moderno é descentralizado, dinâmico e pluralista. Nele obsoletaram as regras da maioria absoluta, e cada vez mais há menos lugar para a tirania da sociedade de massas... O sistema internacional passou a ser multipolar, as minorias alcançaram o seu direito de expressão” (1994:7-8).

Cevasco (2003), referindo-se às dez lições sobre estudos culturais, assinala que, a partir da década de 60, percebeu-se outra virada semântica no conceito de cultura, enfeixando mudanças na organização social de um mundo conectado pelos meios de comunicação de massa, onde profundas transformações econômicas e políticas acabaram por enfraquecer um projeto coletivo de mudança social. “Viva a diferença” e “abaixo o universalismo” são as palavras de ordem da época pós-moderna. Neste novo momento, a Cultura, com maiúscula, é substituída por culturas, no plural. A atenção não mais recaí sobre a conciliação de todos nem pela luta de uma cultura em comum, mas pelas disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais. A cultura não mais transcende a política como um bem maior, mas representa os termos em que a política se articula. Deitaram-se por terra as pretensões à neutralidade e à inocência da cultura e



estreitou-se a noção do político, reduzida, agora, a uma prática cultural e à defesa do particularismo de diferenças culturais. Em relação a essa problemática, Santos (2002) alerta que o domínio global da ciência moderna como conhecimento-regulação destruiu muitas formas de saber, sobretudo daquelas que eram próprias dos povos que foram objeto do colonialismo ocidental. Tal destruição produziu silêncios que tornaram impronunciáveis as necessidades e as aspirações dos povos ou grupos sociais cujas formas de saber foram objeto de destruição. Sob a capa de valores universais autorizados pela razão, foi de fato imposta a razão de uma “raça”, de um sexo e de uma classe social. A questão é como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio, e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornaram impronunciáveis.

Como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que pretende fazê-lo falar?

veis? Como fazer falar o silêncio sem que ele fale necessariamente a linguagem hegemônica que pretende fazê-lo falar?

As duas guerras mundiais, marcos na história da humanidade, redesenharam o mundo. Alguns países do ocidente e do oriente começaram a investir pesado na indústria de ponta, como condição indispensável para o desenvolvimento político-econômico-social-cultural; competir entre si; oferecer melhores condições de vida à população, preparando-se, logicamente, para futuros conflitos. Foi nessa época que o progresso científico assumiu, pela primeira vez, formas ameaçadoras. O constante aperfeiçoamento técnico produzia ferramentas cada vez mais sofisticadas e poderosas de destruição e, ao mesmo tempo, a indústria bélica se converteria num princípio permanente de produção industrial, mobilizando orçamentos gigantescos e pessoal especializado. A guerra fria acirrou, ainda mais, a disputa entre os blocos capitalistas e socialistas. Esse período, chamado era pós-industrial, percebeu-se uma mudança paradigmática na ciência, que até então era considerada uma atividade nobre, desinteressada, cujo objetivo era romper com o mundo de trevas. O impacto tecnológico provocou mudanças na forma de como o saber era produzido, distribuído e legitimado. A ciência passou a ser encarada sob o prisma de valor de uso. “No cenário pós-moderno, a ciência associa-se à visão de tecnologia cultural, incorporando em si o valor da troca, prática que se submete ao capital e ao Estado” (Rodrigues, 2003:185).

A pós-modernidade tem uma vinculação com o pós-industrialismo e com todo o arsenal de novas idéias. A cultura da sociedade capitalista avançada passou por um profundo câmbio em relação à estrutura e ao pensamento. O conhecimento assume a principal força de produção. A fonte de todas as fontes se chama informação. A riqueza de uma potência não se dá mais, unicamente, pela abundância de maté-

ria-prima, e sim, pela quantidade/qualidade de informação técnico-científica. À ciência, modo de organizar, armazenar e distribuir informações, cabe mostrar que sem o saber científico e técnico não se tem riqueza, e a universidade, instituição mais importante no cálculo estratégico-político do Estado, assume a pesquisa, quer financiada ou com referência social. O ensino e a pesquisa, funções históricas da universidade, que outrora objetivaram preparar homens para descobrir a verdade, hoje em dia buscam, principalmente, formar competências para a inserção no mercado capitalista.

A história do pensamento ocidental passou por diferentes megaparadigmas: o pré-moderno, o moderno e o pós-moderno. A pós-modernidade, a terceira grande mudança paradigmática, que a partir da segunda metade do século XX está vigorando, segundo Santos Filho (1998), apresenta as seguintes características: a presença ou necessidade de sistemas abertos, o princípio de indeterminação na ciência, a descrença nas metanarrativas, o foco no universo, a denúncia da mídia na representação do mundo, a explosão da informação e o concomitante crescimento das tecnologias de informação, o capitalismo global, a humanização do mundo em todas as dimensões, a integração entre Estado e a economia ou mercado e tendências à hegemonia do mercado, o indivíduo humano como irônico, cínico, fragmentado, esquizofrênico, a queda do sujeito e a nova concepção do tempo e da história, a complementaridade entre alta e baixa cultura.

Dentre as características arroladas, a rejeição da visão de uma racionalidade global, explicação de todos os fenômenos, certamente, afetou com mais intensidade nossa cultura no que concerne à concepção de mundo, de filosofia, de educação, de ciência, modo de viver e encarar a existência e papel das instituições sociais. Os sistemas filosóficos, que ofereceram algum padrão universal, como as obras de Freud,

A rejeição da visão de uma racionalidade global, explicação de todos os fenômenos, certamente, afetou com mais intensidade nossa cultura no que concerne à concepção de mundo

Hegel, Comte e Marx, são rejeitadas em parte. Ficaram abalados, também, o eurocentrismo e as formas de colonialismo, internas e/ou externas. O positivismo, como forma hegemônica de gerar conhecimentos, perdeu seu monopólio e credibilidade, pois já não é mais capaz de explicar a complexidade e a grande gama de fenômenos. Descobriu-se que a razão não é onipotente; que a ciência não é absoluta: que a verdade é relativa e questionável e que qualquer discurso universalizante, que não considerar a diversidade entre as culturas, raças, linguagem, credos religiosos e ideológicos, tende a ser rejeitado. De um lado, percebe-se a necessidade de despertar para o dinamismo da sociedade, entender os contextos dentro de uma visão interdisciplinar; por outro, a falta de um referencial unificador para explicar os fenômenos gerou uma descrença em tudo e todos, ocasionando um caos. Nessa nova forma de entendimento há um destronamento da ciência, que tem implicações diretas na prática da pesquisa e na docência. A universidade, principal gestora de ciência, precisa estudar, refletir sobre esta nova cultura; encontrar saídas viáveis e confiáveis para o desencantamento e admitir a pluralidade ideológica, sem se fechar as portas para nenhuma modalidade de entender o mundo. Em relação a essa problemática, assinalei:

“A universidade, dentro dessa nova visão de mundo, precisa estar aberta às inovações e contradições que a tríade ciência/tecnologia/indústria desenvolve. A universidade não pode ser uma torre de marfim, obsoleta, voltada ao passado. Além da reprodução de conhecimento, a sua incumbência principal está em gerar ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que terá a tarefa de conceber e trabalhar a complexibilidade dos fenômenos, a pluralidade ideológica.

A universidade, que durante, aproximadamente, duzentos anos se amparou no megaparadigma moderno, está sem um paradigma ancorador, capaz de dar sustentabilidade para as funções básicas de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade não poderá focar a unilaridade, mas considerar a bipolaridade como forma de analisar o desenvolvimento que, de um lado, traz benefícios, conforto e bem-estar a poucos, e, por outro, destrói a natureza, a maior riqueza da humanidade e produz a atomização dos indivíduos, que perdem sua identidade, tornando-se objetos manipulados e dominados pela máquina” (2000: 161a).

A universidade, que é tributária dos princípios modernos da razão e do Estado, está sendo questionada, pois tanto o poder político-econômico do Estado-nação quanto a racionalidade estão perdendo o fôlego. Na

ótica da globalidade, o Estado-nação está em declínio porque novas formas de poder estão sendo estabelecidas. Na aldeia global, a nação territorial perde seu significado; não existem fronteiras e o capital é transnacional. O Estado, provedor do bem-estar social, dá lugar ao Estado a serviço de um novo modelo econômico global. Mészáros (2003) salienta que, apesar de todos os protestos contra o Estado e combinados com fantasmas neoliberais relativos ao recuo das respectivas fronteiras, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado, pois este continua sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais.

A universidade, que durante, aproximadamente, duzentos anos se amparou no megaparadigma moderno, está sem um paradigma ancorador, capaz de dar sustentabilidade para as funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Seguindo essa reflexão, Goergen assinala:

“A universidade transita do Estado para o mercado, da razão para a heteronomia, sem que esta travessia seja acompanhada por uma reflexão aprofundada das conseqüências. O que virá depois? Esta é a pergunta que os acadêmicos devem buscar responder e, talvez, a resposta motive propostas alternativas ou resistências. A universidade necessita hoje de uma nova fundamentação filosófica, como ocorreu no momento de sua instituição como universidade moderna. Foi o contexto das transformações que haviam ocorrido, elaborado pelo pensamento de Kant, Fichte, Schleiermacher, Humboldt, Comte, Taine, Descartes e outros, que deu uma nova orientação à universidade medieval, ligando-a às duas forças diretoras então emergentes, a razão e o Estado. Hoje vive-se novamente uma época de profundas transformações em que precisamente aqueles fundamentos modernos estão sendo questionados e a universidade deve resistir a uma reflexão mais radical e aberta sobre si mesma. Numa palavra, é precisa lançar a pergunta sobre o perfil que deverá ter a nova academia do próximo século, que irá nascer das transformações já em curso”(1997:65).

Dentro dessa nova cosmovisão, a universidade precisa repensar suas convicções. A partir de uma visão de criticidade, deverá estudar novos modos de pensar, ler o mundo, gerar conhecimentos e conduzir o processo ensino-aprendizagem. Nessa direção, Dupont e Ossandon (1998) assinalam que a universidade parece ocultar a complexidade do sujeito que

A nova tecnologia da informação e de comunicação ocupa posição dominante na infra-estrutura econômica; onde os meios de comunicação de massa exercem papel importante, e o processo de consumo cultural é a própria essência do funcionamento do capitalismo.

aprende, a complexidade da sociedade que evolui ao ritmo de paradigmas múltiplos e complementares. “Por falta de uma verdadeira modificação das práticas pedagógicas e de uma tentativa de aproximação sistêmica dos problemas, a universidade corre o risco de se cristalizar e... de cristalizar” (p.22). A práxis de produção do conhecimento deverá estar aberta a novas alternativas, até então refutadas, para justificar e explicar fenômenos, mesmo que de forma temporária. “Os desafios, culturais, teóricos, metodológicos e éticos colocados pela pós-modernidade esperam da universidade uma resposta corajosa e urgente” (Santos Filho, 1998:66).

A pós-modernidade, que não tornou obsoleta a modernidade, que questiona a teoria cartesiana e que perdeu a âncora das metanarrativas, considera que há multicamadas de interpretação a realidade e que a dúvida é condição indispensável para a reflexão. Esse movimento cultural representa uma abertura para novas possibilidades e, consciente dos limites da modernidade, busca transformar o moderno ao invés de rejeitá-lo totalmente. Para Kumar, o mundo pós-moderno é

“...um mundo de presente eterno, sem origem ou destino, passado ou futuro; um mundo no qual é impossível achar um centro ou qualquer ponto ou perspectiva do qual seja possível olhá-lo firmemente e considerá-lo como um todo; um mundo em que tudo que se apresenta é temporário, mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência. Aqui não há estruturas profundas, nenhuma causa secreta ou final; tudo é (ou não é) o que parece na superfície. É um fim à modernidade e a tudo que ela prometeu e propôs” (1997:157-8).

O prefixo “pós” é ambíguo no campo

social. A partir do exposto, em que estão evidentes a complexidade e a diversidade no pensamento dos estudiosos, situa-se a pós-modernidade como uma fase cultural do capitalismo em seus estágios mais avançados, onde a nova tecnologia da informação e de comunicação ocupa posição dominante na infra-estrutura econômica; onde os meios de comunicação de massa exercem papel importante, e o processo de consumo cultural é a própria essência do funcionamento do capitalismo. Observa-se que há uma reviravolta na concepção de ciência e no conceito de verdade; uma tendência para a indeterminação; uma ameaça aos valores da cultura humanista; um reforçado aumento no grau de fragmentação, pluralismo, ecletismo e individualismo; isso ocorre, principalmente, em virtude das mudanças ocorridas no trabalho e na tecnologia. Percebe-se que as instituições estão debilitadas; os partidos políticos de massa cedem lugar a novos movimentos sociais baseados no sexo, na raça, na etnia, no meio ambiente e há a preocupação com políticas de diferença. Além disso, a concentração de população em grandes cidades se opõe a um movimento de dispersão. A arquitetura reverte a tendência para arranha-céus de apartamentos e escritórios. A ênfase recai em projetos de pequena escala. Todas essas mudanças, que têm diferentes significados e manifestações nos diversos campos do saber humano e para as pessoas também, invadiram as Artes, a Literatura, as Humanidades, a Administração, a Economia, a Matemática, a Filosofia, as Ciências Sociais, a Teologia, as Ciências Duras e a Educação.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
CEVASCO, M. E. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.
COMPAGNON, A Os cinco paradoxos da modernidade. Belo Horizontes, EFMG, 2003.
DUPONT, P.; OSSANDON, M. A pedagogia universitária. Coimbra. Coimbra Editora, Lda,1998.

EAGLETON, T. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
GARBOGGINI DI GIORGI, C. A Educação popular pós-moderna? Tempo e Presença, Rio de Janeiro, v. 15, n. 272, p.1719, 1993.
GOERGEN, P. A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade, Avaliação, Campinas, v.2,n.3, p.53-65, set. 1997.
GOMES, C. A. A educação no mundo pós-guerra fria: o enfoque da educação comparada e internacional. Em Aberto, Brasília, v. 14, n.64, p.517, 1994.
HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7.ed. São Paulo: Loyola, 1998.
KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
LAMPERT, E. O professor universitário e a tecnologia, Educação, Porto Alegre, v.23 n. 42, p.157-172, nov. 2000.
LYOTARD, J-F. A condição pós-moderna. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
MÉSZÁROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
RODRIGUES, M. M. Modernidade e pós-modernidade: as tarefas da universidade. Inter-ação, Goiânia, v. 28, n.2, jul./dez. p. 181 -194, 2003.
SANTOS FILHO, J.C. Universidade, modernidade e pós-modernidade, Educação Brasileira, Brasília, v. 20, n. 40, jan./jul., p. 41-72, 1998.
SANTOS, B.S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
TERRÉN, E. Postmodernidad, legitimidad y educación, Educação & Sociedade, v.20, n,67, p.11-47, ago, 1999. 

Empresariado industrial, Democracia e o Estado brasileiro

Ramon de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense e Membro do Núcleo de Pesquisa em Políticas, Planejamento e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE.

A interferência do empresariado na confecção de políticas públicas, bem como a sua influência na adoção de um plano nacional de desenvolvimento, relacionam-se diretamente aos seus interesses econômicos. O empresariado, por sua íntima ligação com a reprodução do capital escala global, assimila e propaga valores, ideologias e proposições coetâneos dos novos “donos do mundo”: as grandes corporações internacionais.

Ainda que algumas nações despontem como hegemônicas na divisão internacional do trabalho, são também as grandes corporações que determinam e submetem a dinâmica das economias em desenvolvimento, haja vista que o montante de capital que essas possuem representam, em muitos casos, um volume muito superior, não só ao de pequenos países, mas de quase todo um continente¹.

A relação de submissão/cumplicidade que os governos nacionais mantêm com o grande capital afeta diretamente a sua capacidade de estabelecer um processo cooperativo com outros sujeitos políticos, que não sejam aque-

les representantes do capital. O Estado, ao “resumir” suas práticas em relação ao atendimento dos interesses do capital— ainda que amplie os espaços de participação política na sociedade—, age como instrumento organizador e impositor dos interesses das elites empresariais, fazendo jus às palavras de Marx e Engels quando o interpretaram como um comitê das classes dominantes.

Como mostrou Boron (1999), esses “novos leviatãs” planetários, ou seja, os grandes conglomerados internacionais— ao relacionarem-se com governos que priorizam o mercado como locus definidor das relações políticas e econômicas de cada nação, minimizam a democracia. O mercado, como espaço pautado pela relação de desigualdade, onde em lados opostos estão os que compram e os que vendem a força de trabalho, é totalmente contrário à vida democrática.

Enquanto o mercado se estabelece por uma relação diferencial, a democracia pressupõe a existência de iguais. Ainda que os defensores do neoliberalismo afirmem não existir contradição entre os princípios democráticos e libe-

rais, a possibilidade de democratização social mostra-se algo impossível, em razão de as práticas neoliberais estruturarem as relações sociais a partir das desigualdades. No campo da política, aqueles que dispõem de maior poder de pressão financeira serão, exatamente, os definidores de políticas para os quais o Estado direcionará a sua atenção.

No sistema capitalista, a compra/venda da força de trabalho e a exclusão social prevalecem em detrimento dos interesses daqueles situados na base econômica da sociedade. Em outras palavras, enquanto a democracia privilegia os interesses de todos, inclusive os economicamente em desvantagem, o mercado, contrariamente, favorece aos situados no topo da estrutura econômica, fortalecendo, dessa forma, os interesses dos grandes empresários e das elites econômicas.

(...) se a democracia orienta-se tendencialmente para integração de todos, conferindo aos membros da sociedade o status de cidadão, o mercado opera sobre a base da competição e da “sobrevivência dos mais aptos”, e não está em seus planos promover o acesso universal da população a todos os bens que são trocados em seu âmbito. O mercado é, na realidade, um âmbito de confrontações impiedosas— a esfera do egoísmo universal, como observava Hegel— na qual há ganhadores, que são fortemente recompensados, e perdedores, que são correspondentemente castigados. A participação no consumo, diferente da participação na vida democrática, longe de ser um direito, é, na realidade, um privilégio que se adquire da mesma maneira que se adquire qualquer outro bem no mercado. Se na democracia a participação de um exige e potencia a participação dos demais, no mercado o consumo de um significa o não-consumo do outro. A lógica da democracia é a de um jogo de somas positivas. A do mercado é a de um jogo de soma zero: o lucro do capitalista é a insuficiência do

salário. Portanto, no mercado, para que alguém ganhe, o outro tem que perder” (Boron, 1999, pp. 23-24).

Essa subsunção da democracia pelas relações de mercado põe em questão a própria possibilidade de existir alguma forma de justiça política e social. No âmbito das relações capitalistas o conceito de justiça não incorpora as contradições e antagonismos sociais. Por conta disso, o mercado, ao ser tomado como pólo irradiador dos direcionamentos políticos, econômicos e sociais, determina o aumento da exclusão social, o que, como já dizia Rousseau, referenciado por Boron, esvazia a possibilidade do estabelecimento de um Estado justo e da existência de cidadãos em condições iguais de participação na sociedade.

A regulação da política pelo mercado permite apenas aos grandes empresários e às grandes corporações internacionais o direito de, continuamente, interferirem na política do país. Como afirmou George Soros, um multimilionário húngaro, em entrevista ao Jornal italiano *La Repubblica*, citada por Boron (*op. cit.*), “os mercados votam todos os dias”. Enquanto isso, sabemos, como reafirmou o próprio Boron, que a democracia no sistema capitalista é profundamente precária no referente à possibilidade real das massas interferirem politicamente na vida econômica de uma nação. Enquanto o cidadão comum tem a sua possibilidade de intervenção restrita quase que exclusivamente à escolha de representantes para o parlamento e para o executivo— em espaços longos de tempos e em processos eleitorais questionáveis na sua lisura—, os grandes capitalistas podem, como afirmou aquele grande magnata, atuar todos os dias. Ou seja, estão possibilitados pelo poder econômico a sempre direcionarem a política de acordo com os seus interesses. Na menor das críticas, essa democracia é, no mínimo, defeituosa, como observou Boron (*op. cit.*).

A precariedade da democracia em nações nas quais o capital dispõe de uma regulação estatal intimamente a serviço dos seus interes-

ses explicita-se, entre outras formas, no processo de alargamento das diferenças econômicas entre os trabalhadores e os setores detentores do capital. Conforme Arruda (1991), os governos brasileiros que afirmavam efetivar uma política de valorização da agenda social e de implementação de um novo modelo de desenvolvimento (José Sarney e Fernando Collor de Mello)– ao demarcarem os direcionamentos da política nacional visando ao atendimento dos interesses do capital– empobreceram a possibilidade de construção de uma sociedade com melhor distribuição de renda e fortalecedora da participação dos setores populares na vida política nacional.

Esses governantes, em mandatos consecutivos, ao invés de sacramentarem pelas reformas política e econômica os ganhos democráticos estabelecidos com o fim da ditadura militar, privilegiaram manter um modelo de desenvolvimento econômico concentrador de riquezas e forjador do “apartheid social”².

A política de exclusão social, acentuada pelos governantes acima citados, incluindo o atual presidente Fernando Henrique Cardoso, não representa uma anomalia em relação aos princípios democráticos que estes defendem. Esses governantes, fiéis representantes das classes dominantes – e a eles pertencentes –, pressupõem que os ganhos sociais decorrem da aposta que cada um faz nas suas capacidades individuais.

Os defensores do mercado como regulador da política e da vida social, ideologicamente, propagam que todos são iguais no âmbito na lei e possuem, por conta disso, iguais oportunidades de definição dos destinos de suas nações. Entretanto, sabemos que em virtude da interferência cotidiana dos detentores do capital na confecção das políticas governamentais, ocorre que, como afirmou Arruda, para os trabalhadores sobra apenas a lei e para os empresários resta tudo que for necessário ao atendimento dos seus interesses políticos e econômicos.

Enquanto para as diversas organizações dos trabalhadores são impostos inúmeros empecilhos à sua interferência direta no destino da

nação, o empresariado adentra as diversas esferas estatais, buscando otimizar, na confecção de políticas, os caminhos que assegurem a legitimação dos seus interesses, bem como a confecção de um padrão ético, político e social garantidor de sua hegemonia, obscurecendo outras concepções de desenvolvimento gestadas no interior da sociedade.

Não foi à toa, como demonstrou Diniz (1991), que o empresariado brasileiro, além de se reorganizar institucionalmente– revigorando e dando novas direções às suas organizações representativas como a FIESP e CNI–, buscou também intervir mais diretamente na política nacional, via candidatura de vários empresários, destacando como momento expressivo a Assembléia Nacional Constituinte, em 1997³.

A classe empresarial brasileira, ao estabelecer com o Estado relações corporativistas e clientelistas, menos sujeitas ao debate democrático, reforçou o perfil centralizador deste último. Essa característica da relação entre o empresariado industrial e o Estado brasileiro, segundo Diniz (1993), tem uma influência ou alimenta-se de um modelo presidencialista que ocorreu nos países da América Latina. Segundo a autora, o Estado brasileiro fechou-se a uma intervenção mais direta dos diversos sujeitos políticos, terminando por privilegiar ações isoladas de negociação que atendiam aos interesses privados, notadamente do empresariado industrial.

Para Diniz (1993), o processo de privatização do Estado brasileiro por parte dos empresários industriais decorre, fundamentalmente, da sua incapacidade de explicitar publicamente os seus interesses. Privilegiando relacionar-se com o Estado, sem tornar públicas as suas demandas. Este sujeito econômico (o grande

Essa característica da relação entre o empresariado industrial e o Estado brasileiro, segundo Diniz (1993), tem uma influência ou alimenta-se de um modelo presidencialista que ocorreu nos países da América Latina.

empresário industrial “brasileiro”), esvaziou a possibilidade de discussão de uma proposta efetiva de desenvolvimento econômico. Por outro lado, de acordo com a autora, a incapacidade/ desinteresse do empresariado de dialogar com o restante da sociedade decorre da inexistência de um projeto de desenvolvimento para a nação. Suas propostas emitidas ao governo federal objetivavam, muito mais, o atendimento de seus interesses imediatos.

Conforme as afirmações de Diniz em diversos trabalhos (Diniz, 1991, 1993, IPEA/CEPAL, 1986), pode se observar que essa relação entre o empresariado nacional e o Estado, se,

Ao secundarizar o caráter autoritário do Estado, o empresariado apega-se à crítica de seu expansionismo econômico, defendendo a maior liberação da economia como algo imprescindível à construção de um novo padrão de

por um lado, evidencia o caráter centralizador e privatizado do Estado brasileiro, por outro, demonstra a incapacidade do empresariado de apresentar um projeto nacional a ser seguido por todo o conjunto da sociedade. Isso, para ela, explicita também a incapacidade deste de tornar-se hegemônico no processo político nacional, haja vista que o prevalecimento dos seus interesses em detrimento

das demandas, principalmente, dos trabalhadores, o fazia privilegiar a manutenção de uma relação dúbia com Estado, confrontando-se com ele, sem contudo romper, em definitivo, com o modelo político vigente.

“(...) considerando-se os vários segmentos das elites envolvidas no processo de liberalização ora em curso, não nos parece pertinente a hipótese que atribui ao empresariado condições de assumir a hegemonia da transição. Para tanto, seria necessário que a classe fosse capaz de definir uma proposta consensual que mobilizasse o apoio de suas várias frações e dos demais setores sociais. No caso da burguesia brasileira, entretanto, essa possibilidade encontra alguns obstáculos.

(...) parece-nos que a retirada dos grupos empresariais da coalizão de apoio ao regime (militar), não pode ser entendida como uma cisão radical que implicaria numa rejeição profunda da herança autoritária; ao contrário, a tática dos industriais parece apresentar mais afinidades com um projeto de mudanças sem cortes e sem rupturas, em que as linhas de continuidade sejam preservadas” (IPEA/CEPAL, 1986, pp. 63-64).

O empresariado, em momento algum pode ser encarado como construtor de um novo modelo político e econômico, assegurador de um novo padrão de vida e de distribuição de riqueza. Como demonstraram Eli Diniz e Olavo Brasil de Lima Júnior (IPEA/CEPAL, op. cit.), a classe empresarial mesmo quando opôs-se à ditadura, não o fez por ser mais um entre tantos sujeitos da sociedade que buscavam assegurar uma nova sociabilidade na nação brasileira, mas sim, colocando-se como “opositora” apenas no instante que os seus interesses imediatos foram afetados.

Enquanto os setores envolvidos com o processo de redemocratização criticavam a centralização de decisões no âmbito do Estado—mostrando que esta expressava o autoritarismo dos governantes e impedia a intervenção da sociedade civil organizada nos destinos da nação—, o empresariado atacou essa centralização por meio de suas representações, restringido-se ao aspecto econômico. Ou seja, ao secundarizar o caráter autoritário do Estado, o empresariado apega-se à crítica de seu expansionismo econômico, defendendo a maior liberação da economia como algo imprescindível à construção de um novo padrão de desenvolvimento (IPEA/CEPAL, op. cit.).

Essa posição do empresariado não implica dizer que este não tenha constituído ações que tenham tido como objetivo o redimensionamento político do Estado brasileiro. Entretanto, como foi mostrado por Eli Diniz e Olavo Brasil (IPEA/CEPAL, op. cit.), a busca de construção de uma relação mais próxima entre

o público e o privado defendida pelo empresariado, não pretendeu o alargamento da democracia brasileira, mas expressou sua tentativa de ser reconhecido, por parte da tecnoburocracia, como sujeito importante na edificação do padrão de desenvolvimento nacional.

Ao empresariado não interessa a divisão de poderes com os trabalhadores. O seu caráter excludente e autoritário, o faz cúmplice das características da modernização brasileira: o autoritarismo e a exclusão social.

A defesa do empresariado por uma economia mais aberta ao capital estrangeiro, com menor intervenção estatal, rompendo com o modelo de substituição de importações (Diniz, 1991), demonstra que seu interesse fundamental é a confecção de um modelo econômico e político que coloque a reprodução dos seus interesses em primeiro plano mesmo que, em decorrência disso, ampliem-se as contradições sociais.

A opção neoliberal protagonizada pelos empresários faz com que se torne quase impossível uma articulação dos trabalhadores em torno do seu projeto de desenvolvimento marcado, principalmente, pela busca de maior competitividade internacional. A impossibilidade de contar com o apoio de outras forças políticas da sociedade ao seu projeto de desenvolvimento obriga o empresariado, “paradoxalmente” às suas proposições, a manter uma relação clientelista com Estado, tornando retórico seu discurso de minimização deste (Diniz, 1991).

A crítica à ineficiência do Estado e ao seu caráter corporativista é, de fato, apenas uma articulação ideológica cujo objetivo maior é desconstruir os avanços no campo social e político conquistados pelos trabalhadores. Na medida que as forças ligadas ao empresariado industrial concebem-se capazes de instituir uma nova regulação da ordem social, reforçam a exclusão dos interesses de outros agentes sociais. O que, de fato, não é grande novidade. Como demonstrou Diniz (1991), o caráter particularista e a estreiteza do universo ideológico dos empresários levam-nos a não pautarem

suas intervenções por ações de negociação nem de compartilhamento com outros setores, dos custos das reformas necessárias à implementação de uma nova ordem econômica.

Mesmo convictos da limitada concepção de democracia por parte do empresariado e ainda que reconheçamos sua não-homogeneidade, não podemos desconhecer que este compreendeu, no transcorrer desses anos, a necessidade de ampliar sua atuação para além do interior da esfera governamental.

Os trabalhos de Diniz (1993b), Diniz e Boschi (1993) e Gros (1993), destacando o surgimento, na década de 80, de diversas entidades ligadas ao empresariado industrial— como os Institutos Liberais, o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial)⁴, tendo os primeiros o objetivo de propagar a ideologia neoliberal e fazer proselitismo à ideologia do livre mercado, e o segundo, objetivando discutir e elaborar propostas de desenvolvimento para o país—, nos fazem acreditar que o empresariado, à medida do esfacelamento do Estado autoritário, objetivou hegemonizar a política nacional. Para tanto, de acordo com Diniz e Boschi (1993), foi necessária uma modificação dos seus métodos de atuação, como também a criação, no âmbito da sociedade, de um sentimento favorável à sua imagem.

“Ao se contrastar os principais traços das novas organizações empresariais dos anos 80, observa-se alguns pontos de contato e algumas diferenças entre elas. Entre as convergências, pode-se ressaltar uma avaliação crítica sobre o papel das entidades de representação de interesses do empresariado. Estas são vistas como insuficientes ou mesmo ineficazes no sentido de superar uma perspectiva de curto

A crítica à ineficiência do Estado e ao seu caráter corporativista é, de fato, apenas uma articulação ideológica cujo objetivo maior é desconstruir os avanços no campo social e político conquistados pelos trabalhadores.

prazo, seja pela sua natureza, seja pela incapacidade de fornecer diretrizes de mais longo prazo. A consciência da necessidade de superar tais limitações e de transcender a ótica da defesa dos interesses corporativos constitui-se numa das motivações para o surgimento das novas organizações” (Diniz e Boschi, 1993, p. 125).

Essas ações empresariais, articuladas ao refluxo dos movimentos sociais na década de 90, parecem pouco a pouco terem garantido as condições para que o empresariado pudesse

O empresariado nacional mostra-se sempre ativo na busca da consolidação de seus interesses, principalmente em momentos como o que vivemos agora, marcado pela tentativa de construção de um novo padrão de desenvolvimento.

colocar-se mais à vontade para propor em diversos documentos um novo modelo de industrialização. Sua disposição em tornar a economia nacional mais competitiva, trazendo para si a responsabilidade de reestruturar-se para poder competir com a indústria estrangeira, foi acompanhada de um repositório de propostas que, na sua essência, propagam o descompromisso do Estado para com os setores majoritários

da população.

A busca de um maior entendimento entre capital e trabalho, preconizada pelas lideranças empresariais—chegando a se colocar em um documento da CNI (CNI, 1995) o fim das contradições de classe, apostando na unidade entre patrões e empregados—, não denota que o empresariado tenha rompido com seu segregacionismo.

O que se observa é a manutenção das mesmas posturas do empresariado no trato para com os trabalhadores, tanto no que se refere às questões trabalhistas, quando buscam flexibilizar as relações de trabalho—visando aumentar suas taxas de lucros—, como também sua posição pouco propensa a cobrar do Estado um maior investimento nas políticas sociais.

A manutenção dessa postura do empresariado parece ser coerente com a conclusão a

que chegaram Eli Diniz e Renato Boschi (Diniz; Boschi, op. cit.). Eles constataram que as principais figuras representativas do empresariado nacional continuam sendo aquelas que participaram efetivamente na confecção da política industrial nas décadas de 70 e 80. Para esses autores, tal fato expressa o baixo grau de renovação dos quadros empresariais na política nacional e, por decorrência disto, não haveríamos de esperar substanciais diferenças nas relações entre empresários e trabalhadores.

Fato a ser sempre lembrado, e o que mais interessa para este trabalho, é que o empresariado, mesmo não tendo se constituído no período pós-abertura como sujeito hegemônico na sociedade brasileira e não sendo respaldado por outros sujeitos sociais como protagonista na construção de uma opção de desenvolvimento—até mesmo por, no seu interior, não haver uma unanimidade sobre questões basilares, como a liberação da economia ao capital estrangeiro (FIESP, 1995)—, vem se configurando também como sujeito responsável pela edificação do atual modelo capitalista brasileiro. Como disseram Eli Diniz e Olavo Brasil (IPEA/CEPAL, op. cit.), o empresariado nacional mostra-se sempre ativo na busca da consolidação de seus interesses, principalmente em momentos como o que vivemos agora, marcado pela tentativa de construção de um novo padrão de desenvolvimento.

“Quando observamos o processo de formação e desenvolvimento do empresariado, ao longo da evolução da sociedade urbano-industrial no Brasil não encontramos, portanto, evidência que justifiquem sua caracterização como um grupo amorfo e passivo. Ao contrário, o setor tem revelado capacidade de ação na defesa de seus interesses econômicos, formulando táticas alternativas para fortalecer suas posições. Além disso, em certas conjunturas críticas, os diferentes segmentos empresariais mostraram-se capazes de uma ação comum para alcançar objetivos políticos, ligados à preservação

de seus interesses de classe. Diante de certas situações percebidas como uma ameaça aos princípios de sustentação da ordem capitalista, unificando-se sob diretrizes comuns, o empresariado participaria ativamente de articulações e movimentos políticos de ampla envergadura. Portanto, estamos muito distantes do suposto albeamento político da burguesia. Longe de retrair-se em momentos definidos como decisivos pela elite empresarial, o grupo assumiria seu papel, mobilizando o apoio de outros segmentos sociais e integrando-se a um esquema de alianças comprometido com um dado projeto de reordenação econômica e política da sociedade” (IPEA/CEPAL, op. cit., p. 34).

Considerações finais

Para o empresariado “nacional”, a reestruturação do Estado implementada nesses últimos anos, principalmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, não representou um obstáculo ao seu projeto de aumento da competitividade e dos lucros. Se é bem verdade que em alguns momentos o empresariado industrial tenha se colocado em discordância com os rumos tomados na política econômica nacional, suas divergências não apontaram para uma ruptura com o modelo que está sendo implementado.

Sobre as divergências do empresariado com o projeto neoliberal implementado por Fernando Henrique Cardoso, Diniz (2000) destaca que, ao final do seu primeiro mandato, o chefe do governo brasileiro deparava-se com insatisfações no meio empresarial capazes de colocar em xeque a base de apoio que ele construiu para a implementação das reformas políticas e econômicas durante seu governo. Segundo Diniz, a publicação de dois documentos do IEDI, em 1998, e alguns pronunciamentos de lideranças da FIESP expressavam a insatisfação de parte do empresariado com o caráter centralizador e discriminador do Estado brasileiro.

Ao analisarmos esses documentos (IEDI,

1998a, 1998b), fazemos uma leitura bem distinta da pesquisadora fluminense. Na nossa compreensão, essa instituição empresarial expressou uma insatisfação com o processo de abertura econômica produzida deste o início do governo Collor de Mello e fortalecida na gestão Cardoso. Como destacamos anteriormente, uma das questões nas quais não havia consenso no meio empresarial era a forma como deveria se dar o processo de abertura da economia nacional ao capital estrangeiro—ainda que houvesse quase um consenso sobre a sua necessidade. Constatamos que desde a publicação da CNI, em 1988, advogou-se uma maior liberdade ao capital internacional, considerando este como um grande contribuinte para a alavancagem da economia brasileira.

De fato, com essa abertura, parte do empresariado não conseguiu resistir à competição com os produtos estrangeiros. Mas, também, é fato notório o conjunto de fusões e de associações que se estabeleceram entre empresas nacionais e estrangeiras, não só por fraqueza das primeiras, mas pelo que elas poderiam obter de positivo associando-se às empresas estrangeiras. Nesse sentido, consideramos que as insatisfações entre empresariado e governo não representam uma ruptura com o projeto social e econômico implementado atualmente no Brasil.

A análise dos documentos do IEDI demonstram que o empresariado buscou trazer para junto de si o Estado como parceiro financeiro às suas novas empreitadas. A existência da crítica é constatada, porém não podemos atribuir-lhe uma dimensão maior do que de fato tem. Fundamentalmente, o empresariado manteve-se como base de sustentação do governo e, em contrapartida, advogou que houvesse, cada vez mais, a aproximação entre o Estado e o capital industrial. A questão do Custo Brasil é ainda o

O empresariado “nacional” é plenamente responsável e cúmplice do projeto de desenvolvimento implementado pelo governo brasileiro, fortemente influenciado pelas imposições/recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

elemento para se compreender as possíveis contradições entre parte do empresário e governo brasileiro.

O empresariado “nacional” é plenamente responsável e cúmplice do projeto de desenvolvimento implementado pelo governo brasileiro, fortemente influenciado pelas imposições/recomendações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Essa parcela de representantes das elites políticas e econômicas brasileiras é tão responsável pelo aumento da exclusão social, quanto pelo aprofundamento da relação de subordinação da nossa economia na divisão internacional do trabalho.

As conseqüências políticas e sociais do processo de desindustrialização ocorrida no Brasil, assim como em outros países da América Latina (Argentina, México, etc...) que sucumbiram ao ideário neoliberal, não podem, neste momento, ser atribuídas exclusivamente a uma intervenção equivocada do Estado na economia, como normalmente têm propagado os neoliberais e boa parte do empresariado nacional. Há de se observar que a “nova radiografia” sofre influência direta da escolha e da pressão que o empresariado industrial brasileiro tem feito sobre o governo federal, de modo a tornar a estrutura social e política brasileira tal e qual defendem os princípios da economia de mercado.

Notas

1. Expressão da magnitude das grandes corporações pode ser demonstrada pelos dados colhidos por Stefan (1995) assim descritos por BORON (1999, p. 41-42): “As receitas combinadas dos 500 gigantes da economia mundial alcançara, em 1994 (...) uma magnitude que equivale a uma vez e meia o PIB dos Estados Unidos, dez vezes maior que o PIB de toda a América Latina e o Caribe em 1990, 25 vezes maior que o maior PIB da América Latina (Brasil) e umas 40 vezes maior que o PIB da Argentina”.

2. Segundo dados colhidos por Arruda (1991) junto ao IBGE, no período compreendido entre 1981-1989— período no qual está inserido o governo Sarney—, os 10% mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional de 46,6% em 1981, para 53,2% em 1989. Já os 10% mais pobres, inversamente, diminuíram sua participação de 0,9 para 0,6%, neste período. Há de se registrar que no mesmo processo de concen-

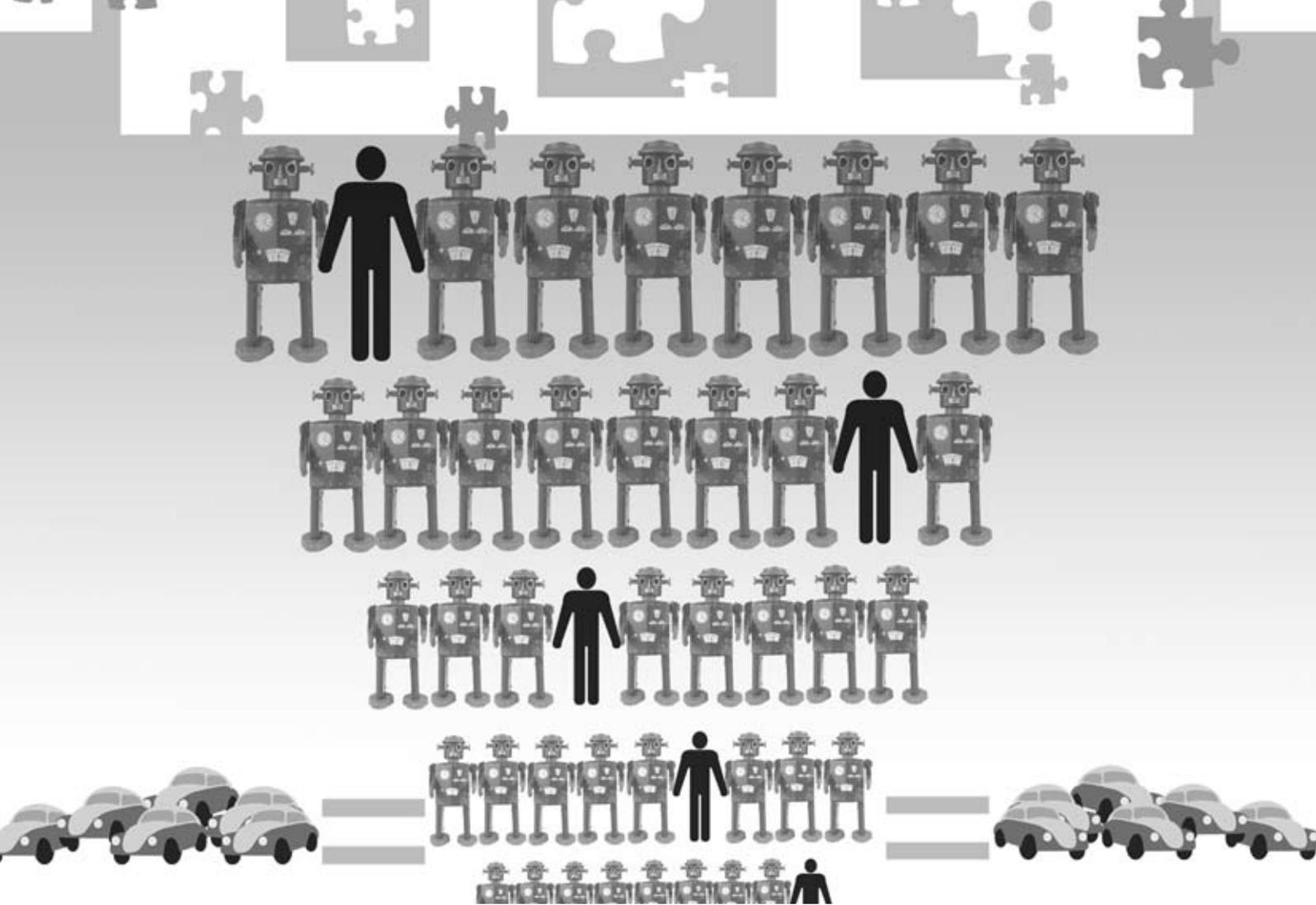
tração da riqueza, os 1% mais ricos saltaram de 13,0 para 17,3% do controle da renda nacional.

3. Citando dados de Walder de Góes, Diniz (2000) registra que algumas entidades empresariais como FIESP e FIRJAN foram responsáveis pela eleição de 23,43% dos congressistas constituintes.

4. Também entre essas organizações surgiu o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) que, embora tenha recebido atenção dos autores citados, preferimos não incluí-lo nesta análise, pois, segundo esses mesmos autores, ele teria muito mais um caráter prático para ações imediatas, que o perfil apresentado pelos Institutos Liberais e o IEDI.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Marcos. Para os empresários, tudo. Para os trabalhadores, a lei: o governo Collor e as perdas dos trabalhadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- BORON, A. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina In: GENTILI, PABLO; SADER, Emir (Org.). Pós Neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 7-67.
- CNI. Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- . Modernização das relações de trabalho: princípios e objetivos. Rio de Janeiro, 1995.
- Diniz, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. Dados, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 349-377, 1991.
- (Org.) Empresários e modernização econômica: Brasil – anos 90. Florianópolis: UFSC/ IDACON, 1993a.
- . Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil In: DINIZ, Eli (Org.) Empresários e modernização econômica: Brasil – anos 90. Florianópolis: UFSC/ IDACON, 1993b. p. 13-42.
- . Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- Diniz, Eli; BOSCHI, Renato. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes In: DINIZ, Eli (Org.) Empresários e modernização econômica: Brasil – anos 90. Florianópolis: UFSC/ IDACON, 1993. p. 113-131.
- GROS, Denise Barbosa. Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República In: DINIZ, Eli (Org.) Empresários e modernização econômica: Brasil – anos 90. Florianópolis: IDACON, 1993. p. 133-153.
- IEDI. Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial: proposta IEDI. São Paulo, 1998a
- . Trajetória recente da indústria brasileira. São Paulo, 1998b. 



Transformações na indústria automobilística brasileira: a planta da Volkswagen—Audi na região metropolitana de Curitiba, modelo produtivo e ação sindical

Lafaiete Santos Neves

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR,
professor do Departamento de Economia da PUCPR e Vice-Presidente da APUFPR.

1. A indústria automobilística brasileira

A indústria automobilística brasileira, desde a sua implantação na década de 50, vem passando por um processo de profundas transformações que se expressam no dinamismo dos investimentos, produtividade, expansão do mercado interno e externo e queda no nível de emprego.

Os dados da tabela 1 revelam o dinamismo da indústria automobilística brasileira desde a sua grande expansão no final da década de 50. Analisando as várias décadas de 1950 a 2000, o que se constata quanto à produção e às vendas no mercado interno e externo é um crescimento constante, particularmente no período de 1990-2002, que compreende os governos

Collor/Itamar e FHC, o primeiro com a abertura comercial que possibilitou um grande fluxo de investimentos que passou, no final da década de 80, de US\$ 657, para US\$ 1.311 de dólares em 1994, repercutindo no aumento da produção anual de veículos de 914.466 em 1990, para 1.581.389 veículos-ano em 1994, passando as exportações no mesmo período de 187.311 veículos para 377.627.

O mercado interno absorveu na época a maior parte da produção de veículos nacionais, passando de 712.626 veículos, em 1990, para 1.206.823 veículos, em 1994, e exportando 377.627 no mesmo ano.

O período FHC, de 1994-2002, foi marcado por uma política que continuou a beneficiar a indústria automobilística, com as Câmaras Setoriais, com o Acordo Automotivo de 1993, para superar a crise de vendas no mercado interno por meio de diminuição de ICMs para veículos de até 1 cilindrada, e o Novo Regime Automotivo de 1995, que criou uma série de

benefícios e incentivos visando diminuir as importações de veículos e componentes para melhorar o desempenho da balança comercial brasileira (FIUZA, 2003, p. A14).

Os dados da tabela refletem o bom desempenho dessa indústria no período. A produção saltou de 1.581.389 veículos ano em 1994, para 1.792.660 veículos ano em 2002.

Com a implantação do Plano Real, a redução de impostos como o ICMs e a queda nas alíquotas de importação, que baixou de 35% para 20% (FIUZA, 2003, p. A14), o Governo FHC aqueceu a demanda de veículos nacionais e importados no mercado interno.

Porém, o aquecimento de demanda se concentrou nos carros populares de baixa cilindrada. Sendo os investimentos dirigidos mais para esse segmento de carros populares, no final da década de 90, já se registrou uma queda no consumo desses carros devido à concorrência entre as montadoras nesse segmento. Isso implica hoje nova crise de produção, estando as

Tabela 1 - **PRODUÇÃO, INVESTIMENTOS, VENDAS, EMPREGO - 1957/2002**

Ano	Produção Brasil (1)	Investimentos	Vendas Internas Nacionais (3)	Vendas Internas Totais (4) (Nacional+Importações)	Exportações	Emprego
1957	30.542	9.773			30.977	30.972
1962	191.194		190.152	190.152	380	40.790
1967	225.487		226.912	226.912	35	48.535
1972	622.171		601.420	601.420	13.528	88.282
1977	921.193		852.970	852.970	70.026	130.298
1982	780.841	558	691.259	691.294	173.351	124.972
1987	920.071	657	580.084	580.085	345.555	141.408
1990	914.466	995	712.626	712.741	187.311	138.374
1991	960.219	938	770.936	790.773	193.148	124.859
1992	1.073.861	945	740.325	764.016	341.900	119.292
1993	1.391.435	967	1.061.467	1.131.165	331.522	120.635
1994	1.581.389	1.311	1.206.823	1.395.403	377.627	122.153
1995	1.629.008	1.800	1.359.332	1.728.380	263.044	115.212
1996	1.804.328	2.438	1.506.783	1.730.788	296.273	111.460
1997	2.069.703	2.158	1.640.243	1.943.458	416.872	115.349
1998	1.586.291	2.454	1.187.737	1.534.952	400.244	93.135
1999	1.358.714	1.883	1.078.215	1.256.953	274.799	94.472
2000	1.691.340	1.745	1.315.303	1.489.481	371.299	98.614
2001	1.817.116	1.825	1.422.966	1.601.282	390.854	94.055
2002	1.792.660		1.383.293	1.482.657	414.790	91.786

Fonte: ANFAVEA, 2003

- (1) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);
- (2) Valores monetários em milhões de US\$ contemplando autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes;
- (3) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);
- (4) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);
- (5) Valores totais em unidades contemplando automóveis, comerciais leves (camionetas e utilitários) e comerciais pesados (caminhões e ônibus);

TABELA 2 - **VENDA DE VEÍCULOS - 1995-2002**

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Veículos Produzidos	1.629.008	1.804.328	2.069.703	1.586.291	1.356.714	1.691.240	1.817.606	1.792.660
Veículos Vendidos	1.359.332	1.506.783	1.640.243	1.187.737	1.078.215	1.315.303	1.422.966	1.383.293

montadoras com uma capacidade ociosa de 44%, segundo a Anfavea (FIUZA, 2003, p.A14).

Em julho de 2002, as montadoras diminuíram a produção em 70%, em relação a junho do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 17/7/02, p.b1). As medidas tomadas pelas montadoras para enfrentarem a crise foram implementar o Plano de Demissão Voluntária, férias coletivas, redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana e utilização do banco de horas.

A Volkswagen acumulou em julho de 2003, no pátio da Via Anchieta, 27 mil automóveis; na fábrica de Taubaté, 15 mil veículos, quando o estoque normal nessa unidade é de 5 mil veículos (FOLHA DE S. PAULO, 17/7/02, p.b1).

A queda nas vendas de veículos se acentuou em 2002, registrando a maior crise que o setor viveu durante a década de 90 (tabela 2).

A crise foi relativamente contornada pelas exportações devido à elevação do dólar. O potencial do mercado interno e externo contribuiu para incentivar os investimentos no setor, onde se constatou uma evolução constante nos investimentos, com um grande pico no período que corresponde ao Regime Automotivo, que passou de US\$ 1.311 dólares, em 1994, para US\$ 2.454 dólares em 1998; o acumulado no período de 1990-2001 foi de US\$ 19.459 dólares em investimentos.

Foi exatamente no segundo mandato de FHC (1998-2002), a partir de 1998, que se deram as instalações das novas plantas da indústria automobilística, no modelo de produção flexível e enxuta, como as novas plantas da Região Metropolitana de Curitiba.

Por um lado, esse grande desempenho de produção e vendas no mercado interno e

O modelo Sloniano, adotado pela Volkswagen Mundial, tem como estratégia de lucratividade o volume e a diversidade da produção.

externo, na década de 90, revela um brutal aumento da produtividade do trabalho e do lucro das empresas automobilísticas e, por outro lado, a face cruel da diminuição de emprego no setor, que registrou no ano de 1990 a existência de **138.374** empregos, enquanto no ano de 2002 verificou-se uma redução para **91.786** empregos.

A queda do nível de emprego na indústria automobilística deve-se ao avanço da produção enxuta,

puxada pela demanda (WOMACK, JONES e ROSS, 1992; HARVEY, 1992; BOYER e FREYSSNET, 2000), e a queda da demanda no final da década de 90.

Esse avanço no modelo produtivo está bem caracterizado nas plantas da Volkswagen no Brasil, na década de 90.

2. O modelo produtivo da Volkswagen

O modelo desenvolvido pela Volkswagen Mundial tem a mesma estratégia dos demais modelos, que, segundo Boyer e Freyssnet (2000), é orientado para a obtenção da lucratividade.

O modelo Sloniano, adotado pela Volkswagen Mundial, tem como estratégia de lucratividade o volume e a diversidade da produção. É modelo próprio para um mercado em crescimento, no qual a distribuição de renda é nacionalmente coordenada e hierarquizada. Há uma adequação da economia de escala com diferenciação de modelos de veículos numa mesma plataforma de produção, com qualidade acima da média e preços também. Esse modelo tem êxito em duas situações: 1) em um mercado em crescimento, onde a economia de escala está em função da plataforma produtiva para atender o mercado doméstico e/ou externo; 2)

com salários indexados à competitividade na exportação via acordo com o sindicato para preservar o trabalho. O trabalho é polivalente, redução de trabalho com redução de salário. As relações entre a empresa e o sindicato são definidas por acordos que garantam lucros para os acionistas e salários elevados para os funcionários.

3. Implantação da indústria automobilística na região metropolitana de Curitiba

A industrialização de Curitiba teve um grande impulso na década de 70, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde foi instalada a fábrica de caminhões e chassis de ônibus Volvo, época em que Curitiba tornou-se um laboratório de experiências urbanas, tendo como vitrine o transporte coletivo, o mais moderno do país pelo tipo de carroceria com chassis Volvo, que evoluiu para o tipo de ônibus biarticulado, também com chassis Volvo para transportar mais de cem passageiros (NEVES, 1995).

O Paraná, sendo na época um Estado eminentemente agrícola, atraiu para a CIC a fábrica de colheitadeiras NEW HOLLAND, que atendia o grande *boom* da expansão da soja no Estado, a partir da década de 70.

A indústria automobilística implantada na Região Metropolitana de Curitiba, no final da década de 90, está dentro de uma nova conjuntura econômica e política do país, marcada pela eleição de Collor de Mello, que desencadeia a fase de abertura econômica da economia brasileira.

Essa nova fase de expansão das multinacionais do ramo automotivo se deve às pressões competitivas da concorrência internacional, que tinha como estratégia competitiva a redução de custos e a ocupação dos mercados.

Um outro fator determinante foi a mudança

da política industrial do Governo Fernando Henrique Cardoso, que, para equacionar o déficit crescente no balanço de pagamentos, baixou medida provisória para beneficiar o ramo automotivo. Essa medida provisória altera totalmente a política industrial, que deixa de ser centralizada no governo federal e passa a ser descentralizada para os estados e municípios da Federação.

O Governo FHC instituiu, assim, uma série de incentivos e benefícios fiscais, com a redução das alíquotas de importação de bens de capital,

componentes e exportação de veículos da indústria automobilística e a elevação das alíquotas para a importação de carros.

A indústria automobilística multinacional, diante dessas medidas e para preservar mercado, desloca para o Brasil novas plantas enxutas e com uma tecnologia de ponta para produzir carros mundiais para o mercado interno a um custo menor e tornar o Brasil uma plataforma de exportação para competir no mercado internacional.

Os estados, com essas medidas de descentralização da política

industrial passam, a disputar acirradamente as montadoras de automóveis, estabelecendo o que se convencionou chamar “guerra fiscal”.

O Governo do Paraná, na gestão Jaime Lerner (1998-2002), entrou na disputa enviando à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná projeto de lei que foi aprovado e assim autorizou a concessão de estímulos fiscais e financeiros para atrair as montadoras para a Região Metropolitana de Curitiba (CASTRO, 1999).

O Governo do Paraná, em convênio com os Municípios de São José dos Pinhais e Campo Largo, atraiu, para o primeiro, a *Renault* e a *Volkswagen-Audi*, enquanto o seguinte teve a instalação da *Chrysler*. Este, um projeto fracassado, cuja planta foi desativada no final de 2002 pela *Daimler-Chrysler* mundial, em razão da não-aceitação do veículo pelo mercado bra-

Os estados, com essas medidas de descentralização da política industrial passam, a disputar acirradamente as montadoras de automóveis, estabelecendo o que se convencionou chamar “guerra fiscal”.

Quadro 1 - AS NOVAS IMPLANTAÇÕES E FIRMAS MULTINACIONAIS AUTOMOBILÍSTICAS - BRASIL - 1996-2001

Localização	Empresa	Origem	Investimento (Milhões de US\$)	Produção
São Paulo	MW/ROVER	Alemanha	150	15000
São Paulo	Toyota	Japão	150	15000
Paraná	Renault	França	750	100000
Paraná	VW/Audi	Alemanha	600	120000
Minas Gerais	Mercedes	Alemanha	820	70000
Minas Gerais	Fiat	Itália	200	100000
Rio Grande do Sul	GM	Estados Unidos	600	120000
Rio Grande do Sul	Navista	Estados Unidos	50	50000
Rio de Janeiro	Peugeot	França	600	120000
Rio de Janeiro	VW	Alemanha	250	50000
Bahia	Ford	Estados Unidos	1200	250000

Fonte: Elaborado por Leite MOREIRA (2000) a partir de Arbix G. et. Rodrigues - POSE (1999, p.55-71)

sileiro e internacional, em função principalmente do elevado preço.

Essa decisão da empresa *Daimler-Chrysler* estabeleceu uma disputa com o Estado do Paraná, que passou a exigir o ressarcimento aos cofres do Estado dos investimentos feitos para a instalação da montadora.

Entre os benefícios concedidos às montadoras, tivemos o de caráter fiscal, prazos de cinco anos depois prorrogados por mais cinco para o recolhimento do ICMS extensivo à rede de fornecedores, de caráter financeiro com a participação do Estado no capital da empresa *Renault*, além de investimentos em infra-estrutura.

Nos acordos estabelecidos entre o Estado e as montadoras por protocolo, havia o compromisso de geração significativa de empregos diretos e indiretos (CARLEIAL *et al.*, 2000b, p.11 e 12).

As montadoras implantadas na RMC no final da década de 90, diferentemente das antigas plantas do ABC paulista no antigo modelo fordista de produção, são modernas tecnológicas e organizacionalmente.

O modelo de produção se dá a partir de plantas flexíveis, enxutas, com tecnologia de ponta, avançada organização da produção, baixa incorporação de força de trabalho e guiado pela demanda, dentro da filosofia *Just-in-time* (JIT), com a presença dos fornecedores mundiais (*follow sourcing e single sourcing*), dentro

do modelo de condomínio industrial.

O quadro seguinte (CARLEIAL *et al.*, 2002a) descreve as empresas localizadas no Brasil entre 1996-2001, seus respectivos investimentos e produção. Ele demonstra que o Paraná foi o Estado que recebeu o maior volume de investimento por parte das montadoras no final da década de 90.

4. A política do governo do Paraná para atrair as montadoras

Assim como nos anos 50, quando o Governo JK, para atrair as montadoras de automóveis para o Brasil, criou uma série de incentivos e benefícios fiscais com o chamado Plano de Metas, o Governo do Paraná, na segunda gestão Jayme Lerner (1994-1998), também criou uma série de incentivos e benefícios, nos marcos da chamada “guerra fiscal” entre os estados, para a atração de indústrias na década de 90 (CASTRO,1999).

Essa política de atração de indústrias por parte dos estados foi bem agressiva com a oferta de terrenos, obras de infra-estrutura, isenção e prorrogação do recolhimento de impostos por até dez anos, como fez o Governo do Paraná, além da concessão de empréstimos com fundos regionais, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com taxas abaixo do mercado. (CARLEIAL *et al.*, 2002a, p.188).

A Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Curitiba (SICT), segundo Meiners (1998, p.30-31), citado por CARLEIAL et al. 2002a, p.189), divulgou entre as vantagens:

- uma estrutura moderna e em expansão, com destaque para os setores metal-mecânico e eletrônico, e ainda uma reduzida atuação da organização sindical;

- localização estratégica do Estado diante de uma nova geografia do Mercosul, estando próximo dos principais mercados de fornecedores e centros econômicos da macrorregião;

- existência de um parque fornecedor ainda incipiente, mas capaz de atender a requisitos de qualidade e especificações técnicas da indústria metal-mecânica. Nesse período havia 16 empresas locais fornecedoras da New Holland, 12 fornecedores da Volvo e 12 das Bernard Krone. Além disso, estavam presentes na região fornecedores de classe mundial como a Denso e a Robert Bosch;

- condições infra-estruturais adequadas nas áreas de telecomunicações, água, energia elétrica e transporte coletivo rodoviário e marítimo, somando-se investimentos para: internacionalização do aeroporto Afonso Pena, implantação do Terminal de Contêineres e Veículos e expansão do Porto de Paranaguá, implantação de estações aduaneiras de interior (porto seco), duplicação das rodovias conectadas ao nordeste de Santa Catarina e a São Paulo, e do atual Anel de Integração rodoviário com o interior do Paraná, expansão da rede estadual de fibra ótica, da rede porto (fibra ótica) em Curitiba e Região Metropolitana e da Rede de Telemática do Paraná, extensão da Ferroeste a Foz do Iguaçu e a Guairá, conclusão das pontes sobre o Rio Paraná, expansão da oferta de energia elétrica, extensão do ramal sul do gasoduto Brasil-Bolívia;

- forte potencial de qualificação da força de trabalho, a partir de centros de educação técnica

ca e universitária voltados a atender a demanda empresarial instalada;

- ambiente de negócios e rede de cooperação existente entre governo, entidades empresariais, instituições de fomento, de apoio e de ensino e pesquisa, com suporte empresarial e tecnológico a novos empreendimentos;

- qualidade de vida (expressa nos níveis de atendimento à educação, saúde, habitação, transporte coletivo, cultura e lazer, assistência social etc.) e de serviços urbanos e sociais existentes em Curitiba e RMC.

Todos esses benefícios e incentivos foram concedidos tendo como contrapartida a geração de empregos. A avaliação que se faz hoje é que esse compromisso não foi cumprido pelas montadoras.

O conjunto da cadeia automotiva instalada Região Metropolitana de Curitiba gerou 18,6 mil empregos de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), sendo que as montadoras totalizaram 8,5 mil empregos diretos, o que representou 2,2 empregos indiretos para cada emprego direto (MURARA, 2001).

Por outro lado, a produção de carros pelas montadoras, no ano de 2000, teve um crescimento de 173% em relação a 1999. Em contrapartida, esse crescimento não teve uma maior contratação de trabalhadores. Ao contrário, a Audi-Volks, no início de 2002, anunciou a demissão de 350 metalúrgicos com a desativação do terceiro turno (CARLEIAL et al., 2002a, p.191).

Uma situação mais grave ainda ocorreu para os trabalhadores do setor automotivo com a desativação da unidade da Daimler-Chrysler, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, no segundo semestre de 2002.

O Governo do Estado foi obrigado a exigir da montadora a devolução dos incentivos fiscais que recebeu, entre os quais o montante de R\$110

Todos esses benefícios e incentivos foram concedidos tendo como contrapartida a geração de empregos. A avaliação que se faz hoje é que esse compromisso não foi cumprido pelas montadoras.

milhões de reais em ICMS não recolhidos à receita estadual e a indenização pelos benefícios de infra-estrutura, realizados pela Copel e pela Sanepar (CARLEIAL *et al.*, 2002a, p.192).

5. A nova planta da Volkswagen-Audi de São José dos Pinhais

A mais nova unidade da Volkswagen-Audi, instalada no Município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba no ano de 1999, é dotada de uma tecnologia de ponta, considerada uma das mais avançadas plantas do Grupo Volks - Audi no mundo.

A planta de São José dos Pinhais, instalada em 1999, é uma planta desverticalizada, no modelo de condomínio industrial, que adota o modelo de produção flexível, enxuta, transferindo para os terceirizados a montagem dos componentes em sistemas, com um elevado nível de inovações tecnológicas e organizacionais. É uma produção puxada pela demanda, com eliminação do desperdício e maximização do tempo de trabalho, flexibilização da produção e do trabalho, baixa incorporação de força de trabalho, com estoques mínimos, produção integrada com os fornecedores em rede e com o uso da terceirização de tarefas pela via da subcontratação (CARLEIAL *et al.*, 2002a, p.175-76).

A planta de São José dos Pinhais constitui a

quinta planta do grupo Volkswagen no Brasil. Sendo a primeira planta a de São Bernardo do Campo, construída no final da década de 50. Existem ainda unidades em Taubaté-SP, São Carlos-SP e Resende-RJ.

A fábrica de São José dos Pinhais, construída no modelo de condomínio industrial, está localizada em uma área de 2 milhões de metros quadrados, sendo a área construída de 200 mil metros quadrados; localizam-se também nesse espaço construído as empresas fornecedoras de sistemas para a montadora.

O projeto é o mais avançado do Grupo Volkswagen no Brasil, com um *leiaute* inovador, em forma de Y que integra as diferentes fases da produção e do controle de qualidade e tem no centro a área administrativa denominada Centro de Comunicação.

A planta é estruturada em forma de Y, 1) iniciando pela carroceria; 2) centro de comunicação (centro-controle de qualidade); 3) pintura e 4) montagem (CARLEIAL *et al.*, 2002a ; CARDOSO, 2002).

Essa planta iniciou suas atividades em julho de 1999. Os equipamentos instalados têm idade média de até dois anos e 60% dos equipamentos têm base microeletrônica. É uma tecnologia que é facilmente atualizada devido às opções de *upgrade*, contando com recursos

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS FORNECEDORES MUNDIAIS DA AUDI/VOLKS

Fornecedor	Item	Localização	
		Dentro do Complexo	Fora do Complexo
1 Hella Ardeb	Módulo front end	X	
2 Perguform	Pára-choques	X	
3 Kautex	Tanque de combustível	X	
4 Jhonson on Controls	Assentos	X	
5 Krupp Presta	Coluna de direção	X	
6 Pirelli	Montagem do conjunto da roda-pneus	X	
7 KMBA	Eixos e quadro auxiliar	X	
8 Kuster/Iramec	Portas para o Audi3	X	
9 Sekurit	Vidros	X	
10 ATH Albarus	Semi-eixos	X	
11 Delphi	Chicotes	X	
12 Walker/Gillete/Tenecco	Emissão de gases	X	
13 SAS Automotive	Montagem do painel	X	
14 Lear	Teto interior para o Audi3	X	
15 Brose	Módulos de portas		X
16 Rutgers	Componentes de tambor de freios, componentes estruturais para som e materiais para absorção de vibrações		X

FONTE: FERRO (2000a.b), apud CARLEIAL *et al.* (2002)

para investimentos futuros visando superar o risco de obsolescência dos equipamentos (CARDOSO, 2002a). É uma planta com um alto índice de automação, tendo 130 robôs e 34 CLPs (CARLEIAL *et al.*, 2002a, p.200).

A capacidade produtiva é de 700 carros por dia, atingindo atualmente a produção de 390 unidades diárias em dois turnos, nos modelos Audi-A3 e 350 Golf e Fox.

Em 1999, quando iniciou a produção, eram fabricados 18.297 carros por ano; em 2000, esse número saltou para 68.600. A maior parte da produção total é exportada para os EUA, México e Canadá.

A planta está organizada no modelo de produção flexível e integrado, com gerenciamento alemão. Adota o método *just-in-time* interno e externo, tendo 13 fornecedores mundiais que vieram para o Brasil junto com a montadora, no sistema *follow sourcing* (CARLEIAL *et al.*, 2002a, p.197).

Os fornecedores que estão instalados na área da montadora têm o regime de comodato por 25 anos e pagam aluguel para a montadora (quadro 2).

É muito baixo o índice de nacionalização, sendo grande parte dos componentes importados pelas fornecedoras, que montam os chamados sistemas.

A divisão de compras está centralizada na planta de São Bernardo do Campo para todo o Grupo Volkswagen. O mesmo ocorre com o controle de qualidade, cuja diretoria fica na planta da Via Anchieta. A divisão de Qualidade é a responsável pelos novos projetos, modificações no produto, índice de nacionalização, resolução de problemas de qualidade dos fornecedores.

Todo o sistema de comunicação do Grupo Volkswagen com os fornecedores é informatizado e integrado.

Referências bibliográficas

BOYER, R.; FREYSSNET, R. Les modèles productifs. Paris: La Decouverte (reperes), 2000.
CARDOSO, A. P. dos S. Emprego e tecnologia na implantação da indústria automobilística no Para-

ná. Dieese/CNPQ, 2002.

CARLEIAL, L. MEZA, M. L.; NEVES, L. S. A gestão da força de trabalho na indústria automotiva: uma primeira aproximação a partir dos casos da Renault e da Audi-Volks. In: NABUCO, R. M.; NEVES, M. A. e NETO, A. C. M. (Org.). Indústria automotiva a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a. p.173-211. (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

___ - Uma reflexão inicial sobre as possibilidades e limites da ação institucional na preparação da

força de trabalho industrial para o setor automotivo no Paraná, Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DOS SOCIOLOGOS, 9., 2002, Curitiba. Anais..., Curitiba, 2002b.

CASTRO, D. A política de incentivos fiscais no Paraná. In: _____. Estudos de economia do setor público. São Paulo: FAPESP: FUNDAP, 1999. p.106-128.

DIEESE/PR. Dados salariais das montadoras da RMC, 2002.

FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Parte II: Demanda e oferta de automóveis no Brasil. Valor Econômico, São Paulo, n.730, 2 de abril de 2003. (1º Caderno).

FOLHA DE S. PAULO, 17 de julho de 2002.

FOLHA DE S. PAULO, 27 de agosto de 2002. p. b 4.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 13 de abril de 2003.

HARVEY, D. Condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

MURARA, Carmem. Montadoras do estado produziram 173% mais. Folha do Paraná, 12 de abril de 2001. Economia p.1.

NEVES, Lafaiete Santos. Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990). São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) - PUCSP.

___; CARVALHO, Gilberto; OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Contribuição ao estudo do movimento operário no Paraná. Greves nas indústrias da construção civil e metalúrgica. Cadernos de Justiça e Paz, Curitiba, v.3, n.4, p.13-36, dez.1982.

RODRIGUES, L. M. O destino do sindicalismo. São Paulo: EDUSP, 1999.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 

Biotecnologia e soberania nacional

Clélia Rejane Antônio Bertoncini*
Hélio Cabral Lima**

*Professora da Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina, CEDEME -
Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia.

**Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Química.

Da origem das espécies a transgênicos e clones

A evolução das espécies só foi possível graças às mutações genéticas que resultaram em vantagens para a sua adaptação ao ambiente. Atualmente, o uso da biotecnologia permite que se manipule o genoma de qualquer organismo vivo, isto é, a sua molécula de DNA, alterando-a ou acrescentando-lhe algum fragmento de DNA de outro organismo. Assim, a espécie que adquire de forma estável uma característica de outra da qual foi retirado o fragmento de DNA é denominada de transgênico. Para fazê-lo, basta que se tenha cópias do DNA da planta ou do animal de interesse e os meios de modificá-la, como uma parte do DNA de um vírus, uma bactéria ou um fator de estresse ambiental, cujos mecanismos de mutação já sejam conhecidos (Bertoncini. & Meneghini, 1995; Watson *et al.*, 1998). Geralmente, esse conhecimento é obtido no estudo de uma mutação espontânea, determinando-se a seqüência do DNA de uma nova variedade e

comparando-a com a mesma seqüência na espécie da qual foi originada (Lima, 2000; Lima *et al.*, 1999).

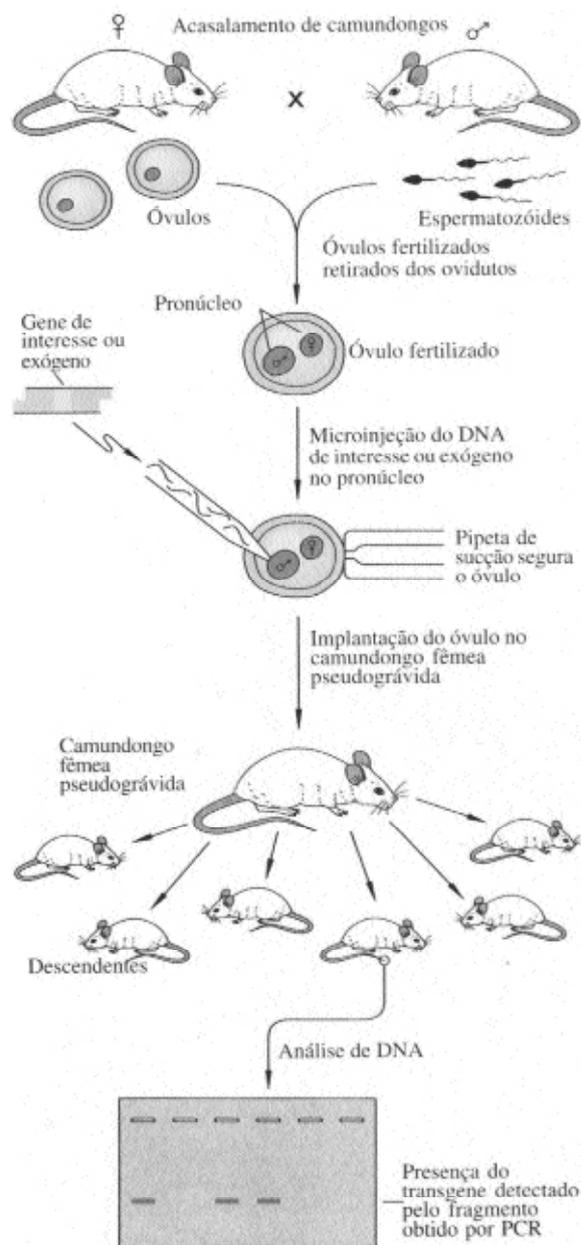
Por exemplo, investigando-se o mecanismo de aparecimento de um tomate mais bonito, poder-se-ia descobrir que ele foi infectado por uma bactéria que lhe transferiu um pedaço de seu DNA e assim causou-lhe uma melhor adaptação ao clima local. Posteriormente, se esse conhecimento é utilizado no laboratório por um pesquisador que propositadamente aproxima a bactéria e o tomate de modo a causar a mesma mutação já observada, esse pesquisador fez um tomate transgênico. Longe de querer introduzir a questão religiosa, mas sem desconsiderar a importância desta, poderíamos dizer que um mutante convencional é um organismo mutado por Deus, enquanto um organismo transgênico foi mutado pelo homem. Noutras palavras, o pesquisador nada mais faz do que plagiar a esperteza da natureza. Assim, se acreditarmos que Deus só faz mutações para melhor, enquanto o homem fre-

qüentemente piora a natureza, teremos aí, talvez, a origem atávica das acirradas controvérsias sobre os organismos transgênicos.

Por certo, a seleção natural se encarrega de extinguir as espécies em desvantagem, qualquer que seja a sua forma de geração. Mas, como os organismos transgênicos são criados em ambientes relativamente artificiais, torna-se imperativo o estudo das conseqüências da disseminação de cada nova espécie no ecossistema terrestre. Nesse contexto, vários estudos relatam que um transgênico tende a ser imunologicamente menos resistente do que a sua equivalente espécie convencional. Por exemplo, as raízes da soja transgênica tendem a ser atacadas por fungos a ponto de ser inviabilizada sua cultura por cinco gerações. Também não têm sido muito animadoras as experiências do controle de doenças com insetos transgênicos: Há dois anos, pesquisadores australianos produziram um mosquito da dengue transgênico. Ele era capaz de competir pelo habitat do transmissor e modificado geneticamente para não transmitir a doença. Porém, quando colocadas no campo de teste, as linhagens transgênicas foram incapazes de sobreviver além de três meses, enquanto a produção de mosquitos transmissores da dengue não foi afetada.

A produção de animais transgênicos foi impulsionada pela técnica de microinjeção de DNA recombinante no pró-núcleo de zigotos – óvulos recém-fertilizados (**Figura 1**). Em 1974, Gordon e colaboradores a implementaram para camundongos, mas como é aplicável a qualquer espécie, já possibilitou a geração de mais cinco mil linhagens de animais transgênicos, incluindo aves, peixes, ovelhas, gado, macacos e uma larga variedade de modelos animais para o estudo de doenças humanas (Godard & Guénet, 1999; Bertocini *et al.*, 2003, Passaglio *et al.*, 2005).

Na pesquisa, utilizamos os animais transgênicos para entender como as mutações produzem no ser humano malformações, defeitos congênitos, câncer, etc. Pela adição de um gene humano a um camundongo, obtém-se um

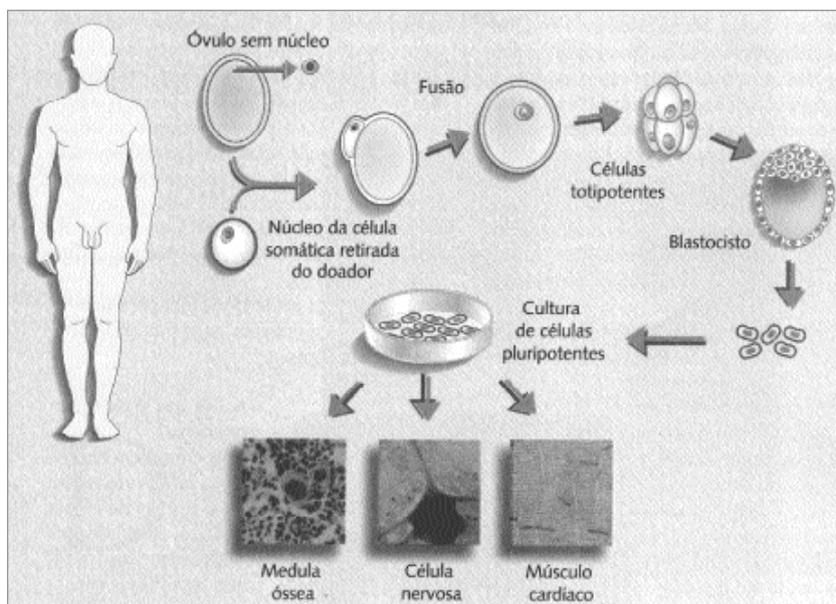


modelo animal com características específicas de uma doença humana, constituindo-se, portanto num modelo experimental valioso para o teste de vacinas e agentes farmacológicos (Jainisch, 1988. Godard & Guénet, 1999).

Alguns animais transgênicos também são utilizados como biorreatores. É o caso das ovelhas transgênicas que produzem leite contendo o fator IX de coagulação do sangue humano (Schnieke, Wilmut *et al.*, 1997). Purificado do leite, portanto sem o risco de contaminação viral, o fator IX pode ser adquirido comercialmente para o tratamento de hemofílicos.

A clonagem de seres vivos é um tema ressonante na história da ciência, além de ter servido de tema para diversas obras da literatura e roteiros cinematográficos. De fato, as primeiras tentativas relativamente bem sucedidas datam de 1957, quando foram produzidos clones de embriões de sapo. O método consistia em isolar e transferir o núcleo de uma célula da pele de um anfíbio adulto para um óvulo cujo núcleo tinha sido destruído, a chamada transferência nuclear. Nesses experimentos, o embrião clonado alcançava o estágio de girino, porém aí estacionava sem conseguir chegar à fase de sapo adulto. Durante as quatro décadas seguintes, até o nascimento da Dolly 1997, esses experimentos alimentaram o dogma da impossibilidade da clonagem.

As primeiras células-tronco embrionárias humanas foram obtidas em 2004 por pesquisadores coreanos, aumentando as possibilidades de clonagem terapêutica para diversas doenças, principalmente as que afetam o sistema neurológico (Figura 2). A Bioética desta questão é altamente polêmica porque cada célula-tronco pode ser utilizada para fazer clones humanos. E no atual estado da arte, o útero onde pode ser implantado o embrião clonado se constitui na única barreira para clonagem reprodutiva de humanos.



A difusão dos transgênicos: entre a pressão das multinacionais e a aversão dos ambientalistas.

Nos últimos dois anos, a liberação do plantio de soja transgênica no país, abriu espaço para a expansão da área plantada mundialmente com sementes geneticamente modificadas dessa cultura. Hoje as culturas transgênicas ocupam 58,7 milhões de hectares em todo o planeta e crescem a taxas superiores a 10% ao ano, segundo a International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications (ISAAA). A área cultivada com soja geneticamente modificada corresponde a mais da metade das lavouras transgênicas, cerca de 36,5 milhões de hectares.

No Brasil, a área cultivada com soja transgênica já ultrapassa 18 milhões de hectares (Soliani, 2004). A liberação do seu plantio pode redundar num salto considerável para os transgênicos em âmbito mundial. Considerando-se o processo de globalização e os irrefreáveis interesses das grandes multinacionais fornecedoras de transgênicos, é sempre necessário ser cauteloso quanto às supostas vantagens dos OGMs, considerando-se conjuntamente os impactos ambientais, econômicos e sociais. O maior risco é a consolidação do monopólio da Monsanto no setor, cuja semente, a Roundup Ready, já é utilizada na maior parte das lavouras de soja em todo o mundo.

No final do ano passado, um acordo entre agricultores do sul do Brasil e a Monsanto determinava que seriam pagos “royalties” no valor R\$ 1,20 por saca de soja transgênica em 2005 (o dobro do valor cobrado em 2004) e a cobrança seria feita nos portos mediante análise do DNA dos grãos em processo de exportação. Como a contaminação da soja convencional com transgênicos (seja pela semente de origem legal ou

contrabandeada da Argentina) já se estende do Rio Grande do Sul até a Bahia, segundo técnicos da própria Monsanto, essa estratégia de controle da transgenia deveria elevar significativamente os lucros da multinacional. No entanto, o texto final da lei aprovada pelo Congresso Nacional em abril do corrente ano dificulta essa estratégia de cobrança dos royalties, principalmente se as sementes forem contrabandeadas: No seu sétimo artigo, determina que “na hipótese de cobrança pela licença de exploração de patente sobre a tecnologia aplicada à soja de que trata o artigo 1º desta lei, a empresa detentora da patente deverá apresentar comprovação da venda das sementes por meio de notas fiscais”.

Além da Monsanto, várias outras multinacionais, como a Dupont, a Bayer e a Dow AgroScience, já estão no Brasil desde o final dos anos 90, com o propósito de adquirir nossas melhores sementes e mudas de feijão, arroz, milho e outros, para fazerem manipulações genéticas (Balbi, 2003). Isto é, nossas melhores cultivares de espécies de alto consumo pelos brasileiros, que são produtos de anos e anos de pesquisa e investimento nacional, poderão ter mais valor agregado ao tornarem-se resistentes a pragas ou a doenças, requerendo um menor uso de agrotóxicos. Se, de fato, essas empresas detiverem bancos de germoplasmas contendo as sementes das espécies mais bem adaptadas às condições climáticas e ao solo brasileiro, a tecnologia (desde a cultivar até a transgenia) poderá vir a ser cobrada inteiramente por quem se apresentar como “dono” ou “autor” da tecnologia do produto final. Assim, sem concorrência, pode ser uma questão de tempo para que nós, os brasileiros, tenhamos de pagar royalties para comer arroz e feijão.

A soja transgênica e o temor de risco

Tal senso comum constitui um perigoso equívoco. Para desfazê-lo bastariam informações corretas, ou seja, aquelas que desmistificam os perigos à saúde e acentuam os riscos de dependência tecnológica e econômica.

para a saúde

Por ser a espécie mais difundida, a soja transgênica pode ser considerada como um sensor dos possíveis malefícios de todos os organismos geneticamente modificados, principalmente no que se refere à saúde humana e ambiental. Paradoxalmente, com frequência nos deparamos com informações sobre as vantagens econômicas do cultivo de soja transgênica em relação à espécie convencional, não só por parte da mídia e das multinacionais fornecedoras de semente, mas também por legisladores, pes-

quisadores e muitos agricultores, dentre os quais pessoas éticas e racionalmente inquestionáveis.

Assim, seguindo a propagação da (des) informação sobre a soja transgênica, vai se cristalizando o senso comum de que transgênico é algo que pode fazer mal à saúde das pessoas e do planeta, mas que em compensação, custaria mais barato. Tal senso comum constitui um perigoso equívoco. Para desfazê-lo bastariam informações corretas, ou seja, aquelas que desmistificam os perigos à saúde e acentuam os riscos de dependência tecnológica e econômica. Essas informações deveriam ser apresentadas em bloco de modo a evidenciar que: 1) além da semente de soja, existem centenas de outras variedades de espécies de organismos transgênicos, e como se faz com medicamentos, é preciso analisar caso a caso; 2) a maioria dos especialistas concorda com bioequivalência alimentar entre alimentos transgênicos e convencionais; 3) o sentido das alterações ambientais pode ser tanto para melhor quanto para pior, pois é possível preservar e/ou aumentar a biodiversidade ao diminuir-se o uso de agrotóxicos; 4) em economia leva vantagem àquele que domina a tecnologia, logo, pagará mais caro o país que dificultar a pesquisa, incluindo o plantio experimental no caso da soja e outros vegetais.

A necessidade de pesquisa vale também para animais transgênicos, pois a biotecnologia de OGMs é, para muito além da polêmica questão do aumento da produção de alimentos, uma ferramenta da maior importância para a ciência. Inúmeros trabalhos utilizando animais transgênicos mostram como eles contribuem para o desenvolvimento de medicamentos, testes de vacinas, compreensão dos mecanismos de envelhecimento e agravamento das doenças, entre outras aplicações (Jaenisch, 1988; Schnieke *et al.*, 1997; Godard & Guénet, 1999; Bertoncini *et al.*, 2003).

Portanto, as informações sobre transgênicos que precisam ser exaustivamente divulgadas não são tanto as de caráter sensacionalista que atemorizam com hipotéticos males à saúde ou ao ambiente, mas sim aquelas que conscientizam sobre as questões da nossa independência tecnológica e econômica. Em geral, há uma confusão no foco das polêmicas sobre a questão dos transgênicos a nos dificultar a visão da importância do domínio dessa tecnologia para o futuro da soberania nacional. E o rumo tomado pela mídia, com frequência também ofusca a importância de estudos de impactos ambientais e da geopolítica de mercados envolvidas na expansão da soja transgênica (Ab'Saber, 2003).

A segurança alimentar dos produtos transgênicos

Por que uma planta transgênica iria fazer mal à saúde? Em que ela difere de uma planta convencional ou orgânica? Uma planta transgênica não é orgânica? Então, do que ela é feita afinal? As respostas passam pelo fato de que uma planta transgênica difere, em geral, em apenas um gene entre os cerca de quarenta mil genes que todas as plantas possuem. Essa diferença aumenta apenas uma proteína do total das mais de quarenta mil proteínas que todas as plantas possuem. E essa proteína diferente é

necessariamente constituída dos mesmos elementos - dos mesmos 20 tipos de aminoácidos - que toda planta possui. E o organismo humano precisa de todas esses aminoácidos para formar suas próprias proteínas, venham eles de onde vierem - a ausência de qualquer um deles é que seria fatal. Essa explicação consiste no que vem sendo chamado de bioequivalência alimentar entre transgênicos e não-transgênicos, ou seja, para a saúde humana, o risco de ambas é o mesmo.

Para a liberação de um alimento transgênico pelos órgãos responsáveis, como o FDA ("Food and Drugs Administration") nos Estados Unidos e CTNbio no Brasil - o alimento tem que passar pelos seguintes testes:

- 1) Degradação no sistema digestivo; 2) alergenicidade e 3) homologia com plantas tóxicas.

O resultado deve ser positivo para o primeiro item e negativo para os dois últimos.

De fato, cerca de um terço da população mundial consome alimentos transgênicos (Lewontin, 2001), e os estudos até o presente não demonstraram indícios dos supostos riscos à saúde. Numa publicação recente sobre um estudo com animais de experimentação analisou-se o efeito da alimentação com soja transgênica nos testículos -

órgão ultra-sensível a qualquer forma de toxicidade - e nenhuma alteração foi observada desde a idade fetal até a adulta (Brake & Evenson, 2004).

A biotecnologia de melhoramento das plantas

O melhoramento das plantas é realizado para: 1) aumentar a produtividade de determinadas culturas pela seleção de variedades que apresentem resistência a doenças e pragas; tolerância a condições ambientais hostis como solos salinos ou ácidos, resistência à seca; maior resposta ou independência a fertilizantes; etc.

De fato, cerca de um terço da população mundial consome alimentos transgênicos (Lewontin, 2001), e os estudos até o presente não demonstraram indícios dos supostos riscos à saúde.

2) agregar valor às culturas de interesse socioeconômico, selecionando variedades com maior valor nutritivo ou maior facilidade de colheita e armazenamento, entre outras (Gander & Marcelino, 1999; Leite *et al.*, 2000, Revista Fapesp 2005).

Até cerca de quarenta anos, tanto na natureza como nos laboratórios, só eram possíveis as mutações espontâneas, mesmo que seguindo as leis da hereditariedade já desvendadas por Gregori Mendel no final do século XIX. Assim, para obter o melhoramento genético de uma planta, por exemplo, eram necessários muitos cruzamentos até obter-se aquela com a vantagem desejada. Essa genética clássica foi responsável por grandes avanços na agricultura. Contudo, esses métodos não permitam ultrapassar as barreiras naturais de cruzamentos, de modo que uma nova espécie só poderia ser lançada no mercado após 10 a 15 anos de cruzamentos. Outra desvantagem do melhoramento convencional é que, além das qualidades desejadas, características indesejáveis são também transferidas para a nova variedade, pois necessariamente há que se trabalhar com a informação genética inteira dos pais.

Na última década, os conhecimentos básicos, derivados da genética molecular, que permitiram a produção dos animais transgênicos e da ovelha Dolly, também têm sido utilizados na pesquisa agrícola (Lima *et al.* 1999, Gander & Marcelino, 1999; Borém & Milach, 1999; Parizotto *et al.*, 2000; Leite *et al.*; 2000).

Os pesquisadores partem do conhecimento de que o genoma de uma bactéria contém aproximadamente 5.000 genes, o de plantas tem em torno de 40.000, enquanto que o genoma de seres humanos consiste na faixa de 30.000 genes. Independentemente do organismo e de sua complexidade, os genes são segmentos de um mesmo tipo de molécula: o DNA. Essa característica é que permite que genes de um organismo sejam potencialmente funcionais em outro.

O desenvolvimento de uma planta transgênica requer o seguinte:

- um gene de interesse;
- uma técnica para transformar células vegetais por meio da introdução do gene de interesse nestas; e
- uma técnica para regenerar, a partir de uma só célula transformada, uma planta inteira.

Após essa última etapa, temos uma planta transgênica porque ela contém, além dos genes naturais, um gene adicional proveniente de um outro organismo, que pode ser uma planta, uma bactéria ou um animal.

Os genes de interesse para a construção de plantas transgênicas

Para o melhoramento das plantas do ponto de vista comercial, têm sido utilizados genes que codificam para proteínas capazes de resistirem à ação de herbicidas, facilitando assim o controle das ervas. É o clássico exemplo do gene da soja transgênica produzida pela Monsanto, o qual leva a expressão de uma proteína que degrada o herbicida glifosato, comercialmente chamado de Roundup.

Outra classe de transgenes é a dos genes bacterianos que codificam para proteínas com propriedades tóxicas para insetos. Assim, insetos que se alimentassem de plantas expressando este gene morreriam ou se desenvolveriam com menor eficiência. Esse é o caso das espécies contendo o gene *Bt- Bacillus thuringiensis* (Loguercio *et al.*, 2002; Sears *et al.*, 2001).

Além desses, há muitos genes clonados cujo interesse pode ser muito mais de caráter puramente científico ou ambiental do que para fins comerciais.

Citamos abaixo dois exemplos de pesquisa básica, realizado nas universidades brasileiras, com possibilidades de preservação ambiental conjugada com aplicação comercial:

1) A *canavalia aff. boliviana* é uma leguminosa (leguminosae, subfamília papilionideae, tribo phaseoleae, subtribo diocleinae) endêmi-

Há muitos genes clonados cujo interesse pode ser muito mais de caráter puramente científico ou ambiental do que para fins comerciais.

ca da Amazônia, no médio Rio Negro, que tem mostrado todas as características necessárias para se constituir uma nova espécie. Os experimentos com essa planta demonstraram que suas sementes contêm uma lectina glicose/manose específica, que pode ser facilmente purificada por cromatografia de afinidade em coluna de sephadex g-50. Mostrou um padrão eletroforético típico de lectinas de sementes de espécies da subtribo *diocleinae*, caracterizado por três bandas protéicas: uma banda principal de 30 kda, caracterizando a subunidade intacta a, e duas bandas minoritárias de 16-18 kda (fragmento b) e de 10-12 kda (fragmento g). Por imunoquímica, a lectina purificada de suas sementes mostrou ser semelhante a outras lectinas glicose-manose purificadas de outras espécies da subtribo *diocleinae*, tanto do gênero *canavalia*, como de outros gêneros como *cra-tylia* e *dioclea*. A sua seqüência primária apresentou um alto grau de homologia com as seqüências de outras lectinas da subtribo *diocleinae*, porém, com diferenças pontuais como, por exemplo, difere da

Os genes responsáveis pela formação de tumores são eliminados e, no lugar deles, devem ser inseridos os genes de interesse.

Con br em apenas três resíduos de aminoácidos. Um fragmento de DNA codificando o gene da cbol foi amplificado por PCR (“polymerase chain reaction”), clonado em *E. coli* dh5a - puc 18 e a seqüência do inserto foi determinada (Lima *et al.* 2000; Lima, 2000);

2) Os genes que favorecem o acúmulo de altos teores de sacarose estão sendo identificados pelo grupo coordenado pela Professora Gláucia Mendes Souza da Universidade de São Paulo. Até 2007, com a ajuda das lâminas, denominadas *microarrays* ou *chips* de DNA, pretende-se identificar os genes que favoreçam a planta a acumular altos teores de sacarose, o popular açúcar de mesa, durante seu processo de maturação (Revista Fapesp, 2004).

As técnicas de produção de plantas transgênicas

Depois que o gene é isolado e clonado

(copiado várias vezes), a etapa seguinte para a obtenção de plantas transgênicas é a inserção de cópias do gene em células vegetais. As duas estratégias mais utilizadas são:

a) **Agrobactéria** - Bactérias naturalmente encontradas no solo do gênero *Agrobacterium* se associam a plantas dicotiledôneas, causando-lhes tumores. Durante a infecção, a bactéria é capaz de inserir seus próprios genes no genoma da planta. Estudos demonstraram que esses genes estão codificados no DNA de grandes plasmídeos de *Agrobacterium*, os plasmídeos Ti (“Tumor inducing”), em um segmento de DNA denominado de T-DNA (Transferred DNA = DNA transferido). O T-DNA, carregando os genes bacterianos, integra-se ao genoma da planta que passa a expressar esses genes. Essa expressão resulta na síntese de auxinas e citocininas, que levam à formação de tumores em plantas. Para aproveitar-se dessas propriedades naturais para a transferência de genes de interesse em plantas, é necessário eliminar as características indesejáveis do T-DNA, mantendo a sua capaci-

dade de integrar-se ao genoma da planta hospedeira. Os genes responsáveis pela formação de tumores são eliminados e, no lugar deles, devem ser inseridos os genes de interesse. Com as enzimas de restrição (proteínas que funcionam como tesouras moleculares), é possível executar a substituição desses genes sem interferir nas propriedades que permitem a integração do T-DNA ao DNA da célula hospedeira. Assim, qualquer gene pode ser introduzido em uma célula vegetal utilizando-se essa ferramenta oferecida pela própria natureza. Nesse caso, não se trata de uma invenção humana. A natureza chegou lá primeiro e há muito tempo! (Gander & Marcelino, 1999).

b) **Biobalística** - utiliza-se um sistema semelhante a uma arma de fogo para disparar microprojéteis de ouro ou tungstênio cobertos com os genes de interesse na direção do núcleo de

sementes ou de células da folha da planta. Os genes entram nas células junto com o projétil e se integram ao genoma celular. A integração do transgene ocorre, de forma aleatória, em qualquer parte do cromossoma, de modo que cada transgene incorporado pode resultar numa nova variedade de planta transgênica.

Uma semente ou uma célula modificada geneticamente, seja por agrobactéria ou por biobalística, pode gerar uma planta inteira transformada, pois o transgene fará parte do núcleo de todas as células deste OGM.

Sobre os transgênicas já produzidas e alguns mitos correlacionados

Mais de mil espécies de plantas transgênicas já foram testadas no campo em várias partes do mundo. No Brasil, o cultivo experimental foi interrompido por força de lei em 2001 e recentemente liberado com a aprovação da lei de Biossegurança. Não por acaso, as OGMs existentes são as mais importantes na alimentação humana e animal e na indústria de tecido: milho, batata, tomate, soja, feijão, algodão e, como planta modelo em experimentos de pesquisa básica, o fumo. Existem também os “planticorpos”, ou seja, anticorpos que são produzidos em plantas transgênicas (Leite *et al.*, 2000). Além disso, alguns pesquisadores estão atualmente investigando a possibilidade de usar plantas transgênicas na produção de vacinas contra doenças humanas e animais, tais como cólera e dengue. Portanto, o potencial das plantas transgênicas é imenso, não somente na agricultura, mas também na saúde humana e no controle das zoonoses.

No entanto, notícias e discussões sobre transgênicos são frequentemente apresentadas em associação com alguns mitos promissores. Convém desfazer alguns desses mitos, especialmente aqueles que foram amplamente alardeados pela mídia e mesmo por respeitáveis pesquisadores brasileiros.

a) A alimentação oral com transgênicos

difficilmente resulta em benefício para a saúde. Isso porque se uma planta não faz mal porque ao ser ingerida é completamente hidrolisada no trato digestivo, também são poucas as chances de que venha a apresentar vantagens alimentares, especialmente quando a vantagem esperada viria na forma de uma proteína. Como exemplo, o arroz transgênico com beta-caroteno, o precursor da vitamina A, também tem sido muito divulgado como um protótipo das plantas transgênicas benfeitoras, que ajudariam a evitar a cegueira e outros males associados ao envelhecimento. Na verdade, a produção adicional de vitamina A pela planta ocorre numa quantidade tão pequena que seria necessária que cada indivíduo ingerisse cerca de nove quilos deste arroz transgênico por dia, para se alcançar à quantidade fisiológica necessária desta vitamina.

A propalada banana transgênica contendo uma vacina também constitui um engodo, além de um real perigo.

b) A propalada banana transgênica contendo uma vacina também constitui um engodo, além de um real perigo. Pois, conforme faz questão de salientar o Professor Isaías Raw, diretor do Instituto Butantã em São Paulo, a eficácia da vacina depende da dose. Se muito abaixo ou acima da quantidade

adequada pode ser até letal. Assim, ao invés de uma mãe se tranquilizar com a “banana vacinante”, poderia acabar atônita com uma banana deixada ao meio pela criança que deveria comê-la inteira. Ou que resolvesse que não quer mais banana, justo no dia de comer o reforço!

Célula-tronco embrionária e célula tronco-adulta: origens diferentes e finalidades comuns

Gritantes controvérsias estão em curso sobre o uso das células-tronco embrionárias, mas as células tronco-adultas já vêm sendo pesquisadas e utilizadas há pelo menos 13 anos, inclusive por vários médicos pesquisadores brasileiros (Ferreira, 2004; O Globo, 02.02.2005). O nó dessa questão é que para o

uso das primeiras é necessário destruir um embrião com mais de 100 células, *i. e.*, 5 a 9 dias após a fecundação, já com o formato de um pequeno ovo chamado blastocisto, para retirar-se de dentro dele as células-tronco. E se podemos ou não “quebrar o ovo” é para muitos, uma questão de responder antes se podemos destruir ou não uma vida, mesmo que seja uma vida em potencial? E, talvez, antes ainda, quando começa a vida?

No Brasil, a recente aprovação da Lei de Biossegurança não permite a manipulação genética dos embriões, isto é, a clonagem terapêutica, mas possibilita o uso das células-tronco isoladas de embriões humanos congelados há mais de 3 anos em estudos básicos e terapêuticos.

De fato são auspiciosas as possibilidades do uso das células-tronco embrionárias humanas, como a reposição de células sadias no tecido cardíaco ou cerebral após infarto e a recuperação dos movimentos musculares, entre outras. E também temos trabalhando com essas células, pesquisadores com vasta experiência e reconhecimento (Zatz2005).

Contudo, sobre as origens e finalidades do uso das células-tronco, embrionária ou adulta, é importante ressaltar as seguintes considerações:

1). Embora seja razoável supor que as células-tronco embrionárias são as mais habilitadas a diferenciar-se em qualquer tecido, há a alternativa de se isolar células-tronco adultas, as quais podem ser retiradas dos cordões umbilicais, da medula óssea e de alguns outros tecidos. Estas últimas já foram utilizadas com sucesso em vários tratamentos regenerativos, cuja finalidade na prática, pode ser qualquer uma das mesmas aventadas para o uso das células-tronco embrionárias. Por exemplo, presentemente está em curso um projeto de uso das células-tronco da medula óssea para a reconstituição do tecido cardíaco de um mil e duzentas pessoas por um grupo do Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras, no

Rio de Janeiro (O Globo, 02.02.2005). Para ampliar o espectro de doenças-alvo dessa terapia, temos pelo menos cinco grupos de pesquisa de células tronco adultas em todo o Brasil (Ferreira, 2004).

2) Células-tronco de embriões congelados podem dar origem a teratomas (tumores de caráter embrionário), muitos deles terrivelmente invasivos. Este é o maior risco do uso das células-tronco embrionárias, pois sua implantação em humanos pode levar ao aparecimento de um câncer ao invés da cura de uma doença menos

agressiva. Porém, desse fato decorre também a importância de implementar, com rigor ético e científico, a pesquisa com células tronco-embrionárias;

3) A Bioética do uso das células-tronco embrionárias deve abranger critérios científicos, filosóficos e culturais. O Brasil é um país de população religiosa na sua quase totalidade, sendo que em geral quando um católico abandona a religião, muito raramente é para se tornar menos religioso ou ateu. Pelo contrário, tende a aproximar-se das religiões que lhe exigem ainda melhor disciplina, o que frequentemente implica a não-aceitação das novas técnicas de reprodução ou de intervenção nos embriões em desenvolvimento. Assim, é importante refletir sobre a expectativa de resultado de uma determinada pesquisa, se ela tende a gerar muita contrariedade na população que supostamente seria beneficiada. Nesse contexto, podemos referendar nossas reflexões no que disse o filósofo iluminista Emmanuel Kant sobre a dignidade humana: “o ser humano não deve ser utilizado como meio para atingir outro objetivo que não a sua própria humanidade”.

Esperança, auto-engano, ética e vaidade

Muitos cientistas estão tão ansiosos em dar curso à suas pesquisas que, por vezes, aparen-

A Bioética do uso das células-tronco embrionárias deve abranger critérios científicos, filosóficos e culturais.

tam mais confiantes do que deveriam estar com as reais possibilidades de seu trabalho. Numa entrevista recente, o pesquisador José Eduardo Krieger do Incor, refere-se a esse comportamento dos cientistas como o auto-engano (Leite, 2004). Porém, mais grave do que isso é a esperança dos familiares e das pessoas acometidas de doenças para as quais serão dirigidas essas terapias. Tornou-se comum o aparecimento de dezenas de pessoas em cadeiras de rodas nos debates sobre células-tronco e tecnologias relacionadas. Infelizmente, as perspectivas de tratamento genético parecem não estar tão próxima dos que clamam por sua aplicabilidade. Tanto assim que, mesmo em países bem menos restritivos ao uso de embriões e a pesquisa é intensa já há alguns anos, como Austrália e Reino Unido, ainda não temos notícias de alguém ter se levantado da cadeira de rodas ou se apresentado curado devido ao tratamento com células tronco-embriônicas!

Tentando também controlar nosso possível auto-engano e ao mesmo tempo nos tranquilizar sobre as questões de natureza ética nos estudos e na aplicação da biotecnologia, façamos lembrar as palavras do Prof Aziz Ab'Saber: "A vaidade do cientista nunca pode se sobrepor aos benefícios de sua pesquisa".

Conclusão

A ganância das multinacionais não pode se sobrepor à soberania de um país.

Na questão dos produtos transgênicos, torna-se cada vez menos relevante focar a atenção no risco a saúde humana, pois a população mundial de consumidores de transgênicos já passa de três milhões de pessoas, sem que nenhum fato que aponte para conseqüências de natureza patológica tenha sido verificado. Por outro lado, vem ganhando cada vez mais atenção o impacto de natureza ecológica, econômica e social dessas plantações. Embora a

É importante centrar a atenção para que os países mais pobres não sejam utilizados como "nações de experimentação" dos impactos socioambientais das novas tecnologias.

maioria dos consumidores de transgênicos concentre-se nos países de primeiro mundo, são extensas as áreas de plantio de transgênicos em países em desenvolvimento.

Assim, dependendo da correlação de forças econômica e tecnológica entre as nações, é importante centrar a atenção para que os países mais pobres não sejam utilizados como "nações de experimentação" dos impactos socioambien-

tais das novas tecnologias. Ao contrário, o desenvolvimento de tecnologia própria, além de possibilitar mais saúde e bem-estar à sociedade, também constitui uma importante blindagem a diversas formas de exploração.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, A. N. Geopolítica de mercados e soja transgênica. *Scientific American Brasil*, 2003.
- Balbi, S. Múltis dominam mercado de sementes. In Folha de São Paulo. Dinheiro, 07.11.2003.
- BERTONCINI, C.R.A. & MENEGHINI, R. DNA strand breaks produced by oxidative stress in mammalian cells exhibit 3'-phosphoglycolate termini. *Nucleic Acids Research*, 23 (15): 2995-3002, 1995.
- Bertoncini, C. R. A. Animais Transgênicos. In: EÇA, L. Biologia Molecular - Guia Prático e Didático. Ed. Revinter, Rio de Janeiro, RJ, 2004. P. 205-211
- Bertoncini, C. R., SMAILI, S. OKUNO, ROSENSTOCK, T. AZEVEDO, A. GUALBERTO T & PESQUERO, J. B. Expression of receptors and apoptotic proteins in transgenic mice models. In: XXXV Congresso Brasileiro de Farmacologia, Águas de Lindóia, São Paulo, 2003. P.34
- Borém, A. & Milach, S.C.K. Melhoramento de plantas. O melhoramento de plantas na virada do milênio. *Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento*, 7, 1999. <http://www.biotecnologia.com.br>
- BRAKE D.G. & EVENSON D. P. A generation

study of glyph sate-tolerant soybeans on mouse fetal, postnatal, pubertal and adult testicular development. *Food Chem. Toxicology*, 42(1): 29-36, 2004.

FERREIRA, A. T. A terapia do futuro próximo: células-tronco adultas. In: EÇA, L. *Biologia Molecular - Guia Prático e Didático*. Ed. Revinter, Rio de Janeiro, RJ, 2004. P. 253-256.

GANDER, E. S. & MARCELINO, L. H. Plantas transgênicas. *Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento*, 1, 1999. <http://www.biotecnologia.com.br>

GODARD, A. L. B. & GUÉNET, J. Genética de Camundongos. Modelos animais de doenças humanas. *Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento*, 9: 96-100, 1999. <http://www.biotecnologia.com.br>

JAENISCH, R. Transgenic animals. *Science*, 240: 1468-1474, 1988.

LEITE, A.; KEMPER, E. L.; DA SILVA, M. J.; LUCHESSI, A. D.; SILOTO, R. M. P.; BONACORSSI, E. D.; EL-DORRY, H. F. & ARRUDA, P. Expression of correctly processed human growth hormone in seeds of transgenic tobacco plants. *Molecular Breeding*, 6:47-53, 2000.

LEITE, M. Paixão emperra debate, afirma cientista. In: Folha de São Paulo. *Ciência*. 21.09.2004

LEWONTIN, R. Genes in the food! The New York Review, 21.06.2001. p. 81-84

LIMA, H. C. Purificação e caracterização parcial de uma lectina de sementes de *Canavalia aff. Boliviana* e clonagem do seu gene. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Ceará, Depto de Agronomia/Fitotecnia, 2000.

LIMA, H. C.; CECCATO, A.K. & GRANGEIRO, T. B. Clonagem do gene da lectina de *Canavalia aff. boliviana* e detecção de seqüências homólogas em outras espécies das subtribos *diocleinae* e *erythrininae* (*Leguminosae: papilionoideae*). In: 45º Congresso Nacional de Genética, Gramado, RS, 1999.

LIMA; F.M; CIDRAC, I. R. C.; LIMA, H. C. GALDINO, A S.; ALVES; M. A. O.; COSTA, F. H. F.; SAMPAIO, A. H. & GRANGEIRO, T. B. Uso de marcadores moleculares do tipo rapd em tilápia do Nilo (*Orreochromis niloticus*): estudos preliminares. In: XI CONBEP e I CONLAP. Recife, 1999.

LOGUERCIO, L. L.; CARNEIRO, N. P. & CARNEIRO, A. A. Milho Bt. Alternativa biológica para controle de insetos-praga.. *Biotecnologia*,

Ciência & Desenvolvimento, 24: 46-52, 2002.

O GLOBO. Brasil testará célula-tronco em 1.200 pessoas. 02.02.2005.

PARIZOTTO, E. A.; DE LUCA, P. C.; JUNG-MANN, L.; KEMPER, E. L.; DA SILVA, A. C. & LEITE, A. Plantas como Biorreatores. *Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento*, 17:12-17, 2000.

PASSAGLIO KT, BALTATU O, MACHADO RP, DOS REIS AM, PESQUERO JB, BADER M,

SANTOS RA Altered renal response to acute volume expansion in transgenic rats harboring the human tissue kallikrein gene. *Regul Pept.*, 124(15): 127-35, 2005.

REVISTA FAPESP. Segredos da Doçura - Projeto Transcriptoma da cana de açúcar coordenado por Gláucia Mendes Souza. São Paulo, 2004. P. 79. <http://www.revistapesquisa.fapesp.br>

SCHNIEKE, A. E.; KIND, A. J.; RITCHIE, W. A. MYCOCK, K.; SCOTT, A. R.; RITCHIE, M.; WILMUT, I.; COLMAN, A. & CAMPBELL, K. H. S. Human factor IX transgenic sheep produced by transfer of nuclei from transfected fetal fibroblasts. *Science*, 278: 2130-2133, 1997

SEARS, M. K.; HELLMICH, R. L.; STANLEY-HORN, D. E.; OBERHAUSER, K. S.; PLEASANTS, J. M.; MATTILA, H. R.; SIEGFRIED, B. D.; DIVELY, G. P. Impact of Bt corn pollen on monarch butterfly populations: A risk assessment. *Proc. Nat. Acad. Sci.*, 98: 11937-11942, 2001.

SOLIANI, A. Brasil é 4º produtor de transgênicos. In: Folha de São Paulo, Dinheiro, 14.01.2004.

WATSON, J. D. & GILMAN, M. Recombinant DNA. Freeman & Company, New York, 1998.

ZATZ, MAYANA. When Science Is Not Enough: Fighting Genetic Disease in Brazil. *Science*, 308: 55-57, 2005. 

Células tronco e a medicina regenerativa

Alice Teixeira Ferreira.

Médica pela Escola Paulista de Medicina, pesquisadora na área Biomédica há 40 anos, há 15 desenvolve pesquisa em Biologia Celular. É livre-docente de Biofísica da UNIFESP/EPM, coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Bioética e professora de Bioética no Curso Biomédico da UNIFESP.

Introdução

Em nosso Congresso Nacional tem-se levado pacientes com as mais variadas doenças degenerativas para pressionar os parlamentares à liberarem as pesquisas com células-tronco embrionárias humanas (CTEHs), afirmando que serão curados com essas células. Sugerem até que teremos nossa vida prolongada, pois tais células são imortais. Trata-se, no entanto, de propaganda enganosa. Confirmando essa afirmação, Jonathan Knight(1) expõe a sua preocupação e da comunidade científica com as expectativas da panacéia proposta pelos meios de comunicação para as CTEHs. Diz que uma boa dose de realidade se faz necessária ao se tratar desse tema.

Passo a dar os seguintes esclarecimentos:

Primeiro:

Células-tronco(CTs) são células indiferenciadas com capacidade de se transformar, de acordo com os estímulos externos recebidos, em diferentes tecidos. Por isto, são chamadas de células pluripotentes. O ovo, que resulta da fecundação do óvulo pelo espermatozóide, é uma célula totipotente pois origina o organismo inteiro. As CTs são divididas em embrionárias, que compõem a massa celular interna (MCI) do embrião -fase de blastocisto- de 5 a

8 dias de vida. A camada celular externa é chamada de trofoderma e é responsável pela formação da placenta. As células da MCI originam o indivíduo (cerca de 250 diferentes tecidos). As CTs adultas estão presentes em todos tecidos do indivíduo adulto e são responsáveis pela substituição das células que todo o dia morrem por apoptose ou por microlesões. No coração, por exemplo, morrem e são substituídas 94.000 células por mês. No sangue são 1 milhão por dia. Por essa razão, a MO é a principal fonte de CTs adultas para transplante autólogo. Tem-se assim que, dependendo da renovação, o tecido tem as suas células mesenquimais (outro nome dado às CTs adultas devido as suas propriedades de caráter embrionário) mais ou menos quiescentes. Essas células podem se dividir dando outras semelhantes a elas ou se diferenciarem dependendo do estímulo de fatores tanto intra como extracelulares (2).

Segundo:

Agora quero tornar claro que não se trata de “A luz da ciência versus as trevas da religião”. Não pretendo fazer uma defesa ideológica do embrião humano, ou seja, vou dar fatos e não dogmas. Desde 1827, quando se descobriu o ovo de mamífero e com o microscópio pas-

Voltam-se agora para as células-tronco embrionárias humanas, pois, por questões éticas e não religiosas, nós pesquisadores de células-tronco adultas recusamos utilizá-las como material de estudo pois para tal temos de matar embriões humanos.

sou-se a estudar o desenvolvimento dos embriões, a Igreja Católica, sob o pontificado do Papa Pio IX, passou a defender a vida humana a partir da concepção(3). Assim não se trata de um dogma religioso, mas de um FATO CIENTÍFICO suportando a posição dos cristãos em defesa da pessoa humana quando se opõe à utilização de embriões humanos em experimentos. O blastocisto, apesar de ser visível somente no microscópio, faz parte de uma fase do desenvolvimento do ser humano. Não é um simples amontoado de células, da mesma maneira que um barco não é um amontoado de tábuas.

Terceiro, agora um pouco de História:

Assim como eu, muitos pesquisadores brasileiros e da Europa, não se deixam seduzir pelos projetos de genomas. Tínhamos certeza de que os resultados seriam pífios pois, trabalhando com animais transgênicos, obtínhamos resultados inesperados e, mais, para um mesmo gene tínhamos expressas várias proteínas (a proteína que estudamos tem 11 isoformas, todas com atividades e ações celulares diferentes). Nos EUA R. Lewontin(4) e Evelin Fox Keller(5) já colocavam em descrédito a ideologia do determinismo genético. O Prof. Dr. Sérgio Ferreira, aqui no Brasil, já dizia que 35 milhões de dólares era um preço muito caro para uma capa na Nature. Foi o que custou o genoma da X.fastidiosa (a do amarelinho) e que não deu solução aos nossos laranjais onde grassava tal praga. O nosso caipira já tem uma solução mais barata: três podas eliminam o amarelinho.

Enquanto a moda era o genoma, os pesquisadores da biologia celular na Itália, Alemanha e França descobriam as células-tronco adultas e suas potencialidades. Em setembro de 1999, ocorre o escândalo da terapia gênica, quando a morte do jovem Jesse Gelsinger leva à desco-

berta de que 691 eventos adversos sérios haviam ocorrido e não haviam sido comunicados ao NIH (National Institute of Health, EUA), e que esse jovem não fora a primeira pessoa a ser morta por tal terapia. Juntando-se a falência da perspectiva do genoma, que era tão grande que levava à uma absurda corrida de obtenção de patentes para genes de função desconhecida, a tão promissora terapia gênica foi abolida. Os pesquisadores que estavam envolvidos naquele projetos perderam assim o “trem da História”. Vendo os bons e inesperados resultados dos biólogos celulares com as células-tronco adultas, voltam-se agora para as células-tronco embrionárias HUMANAS, pois, por questões éticas e não religiosas, nós pesquisadores de células-tronco adultas recusamos utilizá-las como material de estudo pois para tal temos de matar embriões humanos (as CTs devem ser arrancadas mecanicamente do embrião, completamente separadas do trofoderma). Em 1998 houve uma previsão errada de indústrias biotecnológicas: estimavam que se poderia, em curto prazo, produzir maior informação, maior rendimento e agilizar a formação de cultivos de CTEHs que se poderiam utilizar em terapia humana. De acordo com o rabino professor Moshe D. Tendler, a Geron Corporation vem investindo em CTEHs e clonagem humana com fins terapêuticos. De acordo com esse rabino as suas ações valem 1000 vezes o preço original. Assim, se tal linha de pesquisa não der certo ter-se-á uma falência estrondosa dos investidores. Para maiores detalhes consultar: <http://www.chabad.br/biblioteca/artigos/transplante/>

Os bioeticistas, como Leon Kass (Presidente do Conselho de Bioética dos EUA) e Daniel Serrão (Presidente do Conselho de Bioética da Comunidade Européia), apoiados por religiosos católicos, protestantes e budistas, se posicionaram contra a utilização de embriões humanos em pesquisa. Essa discussão chegou ao Brasil e em 16 de dezembro de 2002, em reunião da CTNBio realizada na Universidade Federal de São Paulo, foi juntada à lei dos tran-

gênicos, caracterizando “a carona legislativa”. Essa lei foi aprovada no Senado e agora voltou à Câmara, pois os deputados haviam separado os transgênicos dos embriões humanos e o Senado restaurou o imbróglio.

Porque não à terapia com CTEHs?

Justificativas baseadas em fatos científicos:

1) Quanto a utilização de células-tronco heterólogas obtidas de embriões humanos que são descartados nas clínicas de reprodução assistida (RA). Esses embriões na maioria das vezes não são congelados (a técnica e a manutenção é dispendiosa) e tal informação não é dada aos pais, haja visto o escândalo e processo que está sobre o Hospital Albet Einstein, em São Paulo, por ter jogado fora os embriões de um casal, em agosto de 2003 (Época, 11 de agosto, 2003, pg12). Agora, tendo em vista a possibilidade de serem utilizados e de terem lucro, já existem embriões humanos congelados no Brasil, nessas clínicas de RA. E pior é se pensar que nessas clínicas pode-se “fabricar” embriões humanos para a tal finalidade terapêutica. Tudo visando lucro.

No caso da utilização das células de embriões humanos que provêm das RA, trata-se de um transplante heterólogo, com grande possibilidade de rejeição, visto que a medida que essas células se diferenciam para substituir as lesadas (ou que desapareceram), num tecido degenerado, começam a expressar as proteínas responsáveis pela rejeição (MHC, major histocompatibility complex; (6)). A probabilidade de compatibilidade parcial é de 1 em 1 milhão, sendo que o paciente receptor das CTEHs transplantadas teria de tomar imunossupressores o resto da vida.

2) Allegrucci e col. (7) afirmam que as CT de embriões congelados estão longe de ser a mais perfeita fonte de células para terapias, pois originam teratomas (tumores de caráter embrionário), muitos deles terrivelmente invasivos, no trem posterior de ratos ou camundongos onde são aplicadas as CTs provenientes de embrião humano. Além disso ocorre metila-

ções no DNA dos embriões congelados que não são passíveis de identificação, aumentando o risco de silenciamento de genes importantes para função celular nessas células provenientes de embriões humanos. Discute-se outro problema observado nas culturas de CTEHs: o total descontrole destas, surgindo diferenciação em diferentes tecidos na placa de cultura, de tal modo que surgem vasos, junto de neurônios e mesmo cardiomiócitos pulsantes, etc (um Frankstein em cultura? (2)).

Cada blastocisto dá 154 CTEs, e eu gostaria de saber quantos embriões humanos frescos deveriam ser sacrificados em tal terapia? Na terapia com autotransplante de CTs adultas proveniente da medula óssea, são necessárias um milhão de CTs por mililitro, e injeta-se um total de 40 mililitro dessa suspensão de CTs.

3) Andrews e Thomson (8), em 2003, referem os resultados mostrando que as CT humanas em cultura mostram anormalidades cromossômicas à medida que se diferenciam, havendo risco inclusive de se malignizarem.

4) Na NEWSWEEK (Nov. 8, 2004, pp 38-40), são relatado experimentos de CTEHs realizados na Rússia para o “tratamento” do envelhecimento: suspensões de CTEHs foram injetadas em vários pontos da face e do couro cabeludo para acabar com rugas e cabelos brancos dos pacientes. Alguns dias após estes tinham, além de suas rugas e cabelos brancos, vários tumores do tamanho de ervilhas espalhados pela cabeça, confirmando o que foi dito acima.

Quanto à clonagem terapêutica: não se conseguiu até agora clonar um primata. Ao se tentar obter meia dúzia de células anaeploides (células cujos núcleos contêm números diferentes de cromossomos, diferente de 46 no caso humano). Assim, não se consegue um embrião humano na fase de blastocisto, cujas células seriam necessárias para se fazer um

...para acabar com rugas e cabelos brancos dos pacientes. Alguns dias após estes tinham, além de suas rugas e cabelos brancos, vários tumores do tamanho de ervilhas espalhados pela cabeça.

transplante homólogo de CT tiradas desse embrião clonado (produzido para tal finalidade), que para tal seria obviamente destruído. A razão do insucesso foi explicada: são necessárias proteínas provenientes do espermatozoide para guiar a divisão celular da maneira adequada. Essas proteínas não estão presentes no ovo que recebeu o núcleo transplantado, retirado de uma célula adulta do paciente (9). De acordo com a clonagem de RATO (!), é ainda um desafio técnico de tal maneira que continuam desenvolvendo métodos QUÍMICOS (!) que criam mutações “randômicas” para gerar ratos

“Muitos laboratórios já desprezaram a integração de células-tronco em vários tipos de tecidos, mas sempre em escalas reduzidas”

mutantes e posteriormente selecionar os animais com defeito genético de interesse (10). Logo, não existe a clonagem terapêutica ainda.

Na Coreia do Sul, Hwang e cols., obtiveram de 16 mulheres, com estimulação hormonal, 256 óvulos que tiveram seus núcleos haploides substituídos por núcleos de células do cúmulus (que se encontram no folículo do ovário, donde provieram os óvulos), que são núcleos diploides e conseguiu desenvolver 30 embriões na fase de blastocisto. Desses embriões destruídos para retirar suas células-tronco embrionárias, conseguiu desenvolver com sucesso somente uma linhagem em cultura de CT humanas. Assim, esse pesquisador já afirma que levará muitos anos para se ter sucesso com a terapia com CT humanas autólogas. E atente para o fato de que foram obtidos embriões do sexo feminino (11). Existe uma razão para esse pesquisador conseguir só uma linhagem: essas células se diferenciam muito rapidamente perdendo suas características de pluripotência (capacidade de se transformar em outros tecidos) e é muito provável que ele não saiba a causa, senão teria mais linhagens indiferenciadas. Assim, como diz Jonathan Knight, a clonagem é um método terrivelmente ineficiente para se fazer uma terapia autóloga (Clonagem terapêutica(1)).

Há alternativa:

Vem crescendo o número de trabalhos em que se verifica, com sucesso, a recuperação de tecidos ou órgãos lesados utilizando as CT adulta. O próprio Boletim da FAPESP-06/02/2004 17:32, que costuma defender a clonagem terapêutica e a utilização de CTEHs na medicina regenerativa, referiu-se ao trabalho de Nadia Rosenthal, publicado no Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), sobre o sucesso em usar as CT adultas para recuperar tecido muscular :

Regeneração de volta

Agência FAPESP - Cientistas do Laboratório Europeu de Biologia Molecular (EMBL) e da Universidade de Roma “La Sapienza” acabam de descobrir um modo de restaurar determinadas capacidades regenerativas de tecidos que ocorrem naturalmente em animais em estágio embrionário de desenvolvimento, mas que são perdidas após o nascimento.

O trabalho dos pesquisadores europeus, publicado na edição atual do periódico, traz uma contribuição importante para entender de que forma as células-tronco podem ser utilizadas e como podem assumir determinadas funções num tecido.

“Muitos laboratórios já desprezaram a integração de células-tronco em vários tipos de tecidos, mas sempre em escalas reduzidas”, disse a norte-americana Nadia Rosenthal, coordenadora do Programa de Camundongos do EMBL, em Monterotondo, na Itália, em comunicado do EMBL. “Mas este é o primeiro estudo a mostrar que as células-tronco podem ser utilizadas para atingir a regeneração em grande escala de um tecido danificado.”

O trabalho foi desenvolvido em colaboração com a equipe do italiano Antonio Musarò, professor de histologia e embriologia da Universidade de Roma. Ao investigar tecidos musculares em camundongos, os cientistas descobriram que as células-tronco percorrem grandes distâncias até alcançar uma determinada área lesionada. O trabalho dos pesquisadores



européus, porém, lança uma nova hipótese. “As células que observamos passaram por todas as etapas típicas de especialização antes de se tornarem totalmente integradas ao novo tecido”, disse Nadia Rosenthal. Esse trabalho põe por terra as principais críticas dos que querem usar CT humanas embrionárias: não existe hiperfusão e as CT adultas proliferam adequadamente. Os pesquisadores que querem utilizar as CTEHs na Medicina Regenerativa tentam argumentar dizendo que as CTs adultas não se diferenciam em células do tecido que

regeneraram, mas se fundem às células deste, chamando tal processo de hiperfusão e é caracterizado por células com o dobro do número normal de cromossomas. Fato que é contestado por Nadia Rosenthal, nesse seu trabalho.

Em julho de 2004, no Congresso de Biologia Celular, o Prof. Dr. Radovan Borojevic mostrou os resultados de autotransplante de CT adultas na recuperação de pacientes infartados, na isquemia diabética em que evita-se com esta terapia a amputação de membros inferiores e na recuperação de massa óssea. O Dr. Ricardo Ribeiro dos Santos vem obtendo bons resultados no tratamento dos chagásicos desde 2003 e, no ano passado, a Dra. Rosália Mendez-Otero teve sucesso no tratamento com autotransplante de CTs adultas da MO de acidente vascular cerebral (as CTs foram injetadas na artéria cerebral da paciente a fim de evitar a barreira hématoencefálica).

Quanto as CTs adultas do cordão umbilical/placenta, já vêm sendo utilizadas no tratamento de anemia aplástica e leucemias desde 1988. Aliás, foram os pesquisadores que estudavam os transplantes medulares, como Catherine Verfaillie, que descobriram as propriedades dessas CTs em recuperar tecidos (12). Verificaram o microquimerismo materno devido ao tráfico de CTs mesenquimais durante a gestação e que podem inclusive reconstituir tecidos/órgãos materno lesados (13).

A bioética deve ter fundamento filosófico:

O filósofo iluminista Emmanuel Kant diz sobre a dignidade humana: “o ser humano não deve ser utilizado como meio para atingir outro objetivo que não a sua própria humanidade”. Essa afirmativa exclui categoricamente qualquer instrumentalização de seres humanos para objetivos outros senão aqueles para a sua própria existência. Isto é, é inaceitável a procriação de embriões humanos com o propósito

Quanto as CTs adultas do cordão umbilical/placenta, já vêm sendo utilizadas no tratamento de anemia aplástica e leucemias desde 1988.

de pesquisa científica.

Os sofistas tentam burlar Kant por meio de afirmativas como: não é vida(o que entendem por vida?!), é um amontoado de células, não é um ser humano (como se uma barca , por exemplo, fosse um amontoado de tábuas). Só que, se esse embrião for implantado no útero de uma mulher, poderá resultar numa criança, num adolescente daqui a uns anos, num velho daqui há 90 anos. Obviamente não vai dar nada se implantado no útero de uma vaca, ovelha, égua.

Falta, na verdade, em nosso Congresso, aparecer uma pessoa em cadeiras de roda, como Mary Jane Owen, e declarar -“Solicito aos senhores que em nome do progresso das pesquisas de doenças degenerativas NÃO justifiquem a destruição de embriões humanos para a pesquisa de células-tronco; tal prática é imoral e desnecessária. Não é dessa maneira que se pode resolver o problema dos deficientes”, ao defender a sacralidade da vida, a inviolabilidade do ser humano. Essa declaração foi feita em 26 de abril de 2000, encontra-se em <http://www.ncpd.org/stemcell.htm> (14).

Fraidenreich e cols(15) mostraram que os fatores IGF-1 e Wnt5a injetados na camundonga prenhe de fetos knock-out dos genes Id1, Id2 e Id3 , que levaria à defeitos cardíacos letais, nasceram com corações normais. Isto é, conseguiram com tais fatores tróficos reverter uma malformação cardíaca que era de origem genética! Esses resultados dão outro sentido às pesquisas em Medicina Regenerativa e tornam bizantinas as discussões sobre se é melhor as CTEHs ou CTs adultas.

Finalmente, deixemos de lado a propaganda enganosa, que nos levou a caminhos tortuosos e sem saída da terapia gênica, do genoma, e tomemos consciência que devemos continuar usando os procedimentos clássicos da pesquisa biológica: investigando os processos fundamentais que determinam a diferenciação celular das CT, que são desconhecidos, estudando primeiro nos roedores(ratos, camundongos), passando por mamíferos maiores até chegar-

mos ao homem. Devemos ter cuidado mesmo com os transplantes de CT adultas, pois muitos pesquisadores acham que elas estão na origem dos tumores.

Nancy Reagan não vai achar solução para Alzheimer com as CT humanas. Afinal o corpo amiloide resulta do depósito de proteínas normais que por causa desconhecida mudam sua conformação e precipitam nas células (atualmente sabe-se que não é só nas nervosas que surgem esses depósitos amiloides). A solução está em evitar que ocorra tal alteração de con-



formação, pois nada impede que a esta ocorram nas CTs implantadas. O mesmo vale para as moléstias de Parkinson e Huntington em que os corpos de inclusão são defesas celulares frente às proteínas citotóxicas que, por causa desconhecida, surgem nas células (16).

Referências Bibliográficas

- 1- Knight J., Biologists fear cloning hype will undermine stem-cell research, *Nature*, Vol. 430, (2004): pg 817.
 - 2- Lanza R. e Rosenthal N. O desafio das Células-Tronco. *Scientific American-Brasil*, Ano-3, Fasc. 26, julho de 2004: 46-53. É uma excelente revisão sobre as CTs.
 - 3- Reichhart T., Studies of Faith, *Nature*, vol. 432 (2004):666-669
 - 4- Richard Lewontin, *A Tripla Hélice: gene, organismos e ambiente*, (tradução de José Viegas Filho, revisão de Charbel Niño El-Hani), Editora Shwarcz, Companhia das Letras, São Paulo, 1998.
 - 5- Evelyn Fox Keller, *O Século do Gene*, (tradução de Nelson Vaz), Editora Crisálida, Sociedade Brasileira de Genética, Belo Horizonte, 2002.
 - 6- Drukker M., Katz G., Urbach A., Schuldiner M., Markel G., Itskovitz-Eldor J, Reubinoff B., Mandelboim ° e Benvenisty N, Characterization of the expression of MHC proteins in human embryonic stem cells, *Proc. Natl. Acad. Science*, Vol.99 (2002): 9864-9869.
 - 7- Allegrucci C., Denning C. Priddle H. e Young L., Stem cell consequences of embryo epigenetics defects. *Lancet*, vol. 364 (2004):206-208.
 - 8- Draper J.S., Smith K., Gokhale P., Moore H.D., Maltby E., Johnson J., Meisner L., Zwaka T.P., Thomson J.A. e Andrews P.T., Recurrent gain of chromosomes 17q and 12 in cultured human embryonic stem cells, *Nature BioTech*, Vol. 22 (2004): 53-54. Ver também replica à contestação dos resultados de J.J. Buzzard feita por P.T. Andrews: Kariotype of ES cells during extended culture, *Nature BioTech*. vol.22 (2004): 181-182. Nesta réplica Andrews afirma que as modificações cromossômicas observadas foram semelhantes as de células cancerosas.
 - 9- Simerly C., Dominko T., Navara C., Payne C., Capuano S., Gosman G., Chong K., Takahashi D., Chace C., Compton D., Hawitson e Schatten G., Molecular Correlates of primate nuclear transfer failures, *Science*, vol. 300 (2003): 297. Ver também a resenha sobre esta pesquisa nesta mesma revista feita por Vogel G., Misguided chromosomes foil primate cloning, pgs 225-227.
 - 10- Pennisi E., New sequence boost rats research appeal, *Science*, Vol 303 (2004): 455-458.
 - 11- Hwang W. S., Ryu Y. J., Park J.H., Park E.S., Lee E. G., Koo J. M., Jeon H. Y., Lee B. C., Kang S. K., Kim S. J., Ahn C., Hwang J. H., Park K.Y., Cibelli J. B. e Moon S.Y., Evidence of a pluripotent human embryonic stem cell line derived from cloned blastocyst, *Science*, vol.303 (2004): 1669-1674.
 - 12- Verfaillie C.M., Adult stem cells: assessing the case for pluiipotency, *Trends in Cell Biology*, Vol. 12 (2002): 502-508.
 - 13- O'Donoghue K., Chan J., de la Fuente J., Kennea N., Sandison A., Anderson J.R., Roberts I. A.G. e Fisk N.M., Micochimerism in female bone marrow and bone decades after fetal mesenchymal stem-cell trafficking in pregnancy, *Lancet*, vol. 364 (2004): 179-182.
 - 14- Owen M.J., Calming the Fear and Frenzy: an analyses of stem cell research from disability perspective. *The Subcommittee on labor, Health and Humans Services and Education of the Senate Committee Appropriations*, April 26, 2000.
 - 15- Fraidenraich D., Stillwell E., Romero E., Wilkes D., Manova K., Basson C.T. e Bnezra R., Recue of cardiac defects in *Id* knockout embryos by injection of embryonic stem cells, *Science*, Vol. 306 (2004): 247-252. Ver também a resenha de Chien K.R., Moretti A. e Laugwitz K-L., neste mesmo exemplar desta revista relativo à este artigo nas pgs: 239-240.
 - 16- Orr H.T., Neuron protection agency, *Nature*, vol. 431(2004): 747-748.
- O NIH mantém um "site" atualizado sobre este assunto: <http://www.nih.gov/news/stemcell/scireport.htm> 